

FLÁVIO ROMERO GUIMARÃES

Como fazer?

Diretrizes para elaboração de
trabalhos monográficos



7ª EDIÇÃO – REVISADA E ATUALIZADA
2025





Universidade Estadual da Paraíba

Prof.^a Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof.^a Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (*UEPB*)

Antonio Roberto Faustino da Costa (*UEPB*)

Cidoval Moraes de Sousa (*UEPB*)

José Etham de Lucena Barbosa (*UEPB*)

José Luciano Albino Barbosa (*UEPB*)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (*UEPB*)

Patrícia Cristina de Aragão (*UEPB*)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Complexo Adm. Redentorista - Av. Dr. Francisco Pinto, nº 317, Bairro Universitário.
CEP: 58429-350. Campina Grande - PB.

FLÁVIO ROMERO GUIMARÃES

Como Fazer?

Diretrizes para a Elaboração de
Trabalhos Monográficos

7ª Edição Revisada e Ampliada



Campina Grande-PB | 2026



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Assessorias

Antonio de Brito Freire
Carlos Alberto de Araujo Nacre
Danielle Correia Gomes
Elizete Amaral de Medeiros

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

G963c Guimarães, Flávio Romero.

Como fazer? [recurso eletrônico]: diretrizes para a elaboração de trabalhos monográficos / Flávio Romero Guimarães; prefácio de Milena Barbosa de Melo. – 7. ed., rev. e ampl. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.
175p. : il. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5221-081-4 (Impresso)

ISBN: 978-65-5221-086-9 (16.700 KB - PDF)

ISBN: 978-65-5221-085-2 (11.400 KB - Epub)

1. Trabalhos acadêmicos - Elaboração. 2. Metodologia científica. 3. Normalização acadêmica. I. Título.

21. ed. CDD 001.42

Ficha catalográfica elaborada por Kênia Oliveira de Araújo Costa – CRB-15/649

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A ciência segue sendo o único caminho - seguro, sistemático e objetivo – para salvar a humanidade – é a vacina mais eficiente contra a ignorância. Ou, dito de outra forma:

“A ciência não é uma ilusão, mas seria uma ilusão acreditar que poderemos encontrar noutra lugar o que ela não nos pode dar”.

Sigmund Freud

O CAMINHO PARA O RIGOR CIENTÍFICO

A jornada acadêmica, em seus níveis de graduação e pós-graduação, culmina invariavelmente na elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), monografia, dissertação ou tese. Mais do que um requisito formal, esses trabalhos representam a materialização do seu percurso de aprendizado, sua capacidade de pesquisa e sua contribuição original para o conhecimento em sua área. No entanto, o entusiasmo da descoberta e o esforço da investigação podem ser ofuscados pela complexidade da estrutura e das normas técnicas que regem a escrita científica.

É com este cenário em mente que o presente livro, "Como fazer?: Diretrizes para a Elaboração de Trabalhos Monográficos", foi concebido. Ele não é apenas um manual, mas sim um roteiro teórico e prático essencial, estruturado para desmistificar o processo de elaboração de trabalhos científicos. A obra oferece, de forma clara e acessível, os elementos gerais da metodologia da pesquisa, desde a formulação do problema e dos objetivos até a análise e discussão dos resultados. É um guia que apoia o estudante em cada etapa da pesquisa, transformando a teoria em ação.

Contudo, a excelência de um trabalho científico transcende o seu conteúdo. Para que a sua pesquisa seja plenamente reconhecida, compreendida e integrada ao universo acadêmico, ela deve comunicar-se na linguagem universal da normalização. É aqui que reside a importância crítica de seguir as Diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A ABNT estabelece um padrão rigoroso para a apresentação de trabalhos, garantindo a

coerência, a credibilidade e a rastreabilidade da informação. A correta citação de fontes, a formatação padronizada e a estruturação lógica, conforme exigido pelas normas, são um atestado de rigor científico e ética acadêmica.

Este livro se dedica a fornecer as regras de normalização técnica de maneira didática e concisa, servindo como uma referência indispensável para alunos que almejam não apenas concluir, mas qualificar seus trabalhos. Ao dominar as diretrizes aqui apresentadas, você não apenas cumpre uma exigência formal, mas se capacita para apresentar sua pesquisa com profissionalismo e o impacto que ela merece.

Que este material seja seu parceiro constante na busca pela excelência acadêmica, guiando você a apresentar um trabalho que seja, tanto em conteúdo quanto em forma, uma verdadeira contribuição para a ciência.

Boa pesquisa e sucesso em sua jornada!

João Pessoa, dezembro de 2025.

Professora Doutora Milena Barbosa de Melo

Sumário

UM PAPO RETO!	13
----------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Observações Metodológicas sobre Trabalhos de Graduação e de Pós-Graduação	19
--	-----------

1.1 A Pesquisa acadêmica e científica como Ato de resiliência e de paixão	19
1.2 A Qualidade e a Estrutura dos Trabalhos Monográficos (TCC'S, MONOGRAFIAS, Dissertações e Teses)	27
1.2.1 A Estrutura Geral dos Trabalhos Monográficos:.....	27

CAPÍTULO 2

Citações e Sistemas de Chamada	61
---	-----------

2.1 As Citações	61
2.1.1 Formas de Citações	61

CAPÍTULO 3

Forma Técnica de Registros Bibliográficos	73
--	-----------

3.1. Elaboração das Referências	73
3.1.1 Monografias no Todo (livro, folheto, trabalho acadêmico, manual, guia, catálogo, dicionário etc.)	73
3.1.2 Parte de Monografia (inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor(es) e/ou título próprios) ..	75
3.1.3 Publicação Periódica como um Todo.....	76

3.1.4 Partes de Publicação Periódica (volume, fascículo, caderno ou outras)	77
3.1.5 Artigo e/ou Matéria de Periódico	77
3.1.6. Artigo e/ou Matéria de Jornal.....	78
3.1.7. Artigo, Matéria, Reportagem publicados em Periódicos, Jornais e outros, por Meio Eletrônico.....	78
3.1.8. Trabalhos Apresentados em Eventos Científicos.....	79
3.1.9. Autoria Pessoal.....	80
3.1.10. Autor Entidade	82
3.1.11. Exceções para Critérios de Entrada.....	83
3.1.12. Documentos Jurídicos.....	84
3.1.13. Patentes.....	87
3.1.14. Relatórios Técnicos.....	88
3.1.15. Separatas.....	88
3.1.16. CD-Rom	88
3.1.17. Softwares.....	89
3.1.18. Internet.....	89
3.1.19. Trabalhos Mimeografados, Xerografados, Datilografados etc.....	89
3.1.20. Imagem em Movimento (inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros).....	90
3.1.21. Documento Iconográfico (inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz entre outros).....	90
3.1.22. Documento Cartográfico (inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea entre outros).....	91
3.1.22. Documento Sonoro no Todo (inclui disco, COMPACT DISC , cassete, rolo, entre outros).....	92

CAPÍTULO 4

Estrutura Formal dos Trabalhos de Graduação, Dissertação e Tese	93
--	-----------

4.1. Forma Gráfica dos Trabalhos Monográficos	93
4.2. Formato	93
4.3. Margem	94
4.4. Espacejamento	95
4.5. Notas de Rodapé	95
4.6. Indicativos de Seção	95
4.7. Elementos sem Título e sem Indicativo Numérico	96
4.8. Paginação	96
4.9. Numeração Progressiva	97
4.10. Citações	97
4.11. Siglas	97
4.12. Reprodução e Encadernação	98

CAPÍTULO 5

Publicação Periódica Técnica e/ou Científica	99
5.1. Publicação técnica e/ou científica - objetivos, importância e qualidade	99
5.2. Elementos que constituem a publicação técnica e/ou científica (revista especializada)	104
5.3. Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica impressa	109
SE FOSSE POSSÍVEL CONCLUIR...	117
Referências	121
APÊNDICES	124
Apêndice A - Modelo de Capa	124
Apêndice B - Modelo de Lombada	125

Apêndice C - Modelo de Folha de Rosto (Modelo 1)	126
Apêndice D - Modelo de Folha de Rosto (Modelo 2)	127
Apêndice E - Modelo de Folha de Aprovação	128

ANEXOS 129

Anexo A - Modelo de Ficha Catalográfica (Exemplo 1)	129
Anexo A - Modelo de Ficha Catalográfica (Exemplo 2)	130
Anexo B - Modelo de Resumo em Vernáculo (Exemplo 1)	131
Anexo B - Modelo de Resumo em Vernáculo (Exemplo 2)	132
Anexo B - Modelo de Resumo em Vernáculo (Exemplo 3)	133
Anexo C - Modelo de Resumo em Língua Estrangeira (Exemplo 1)	134
Anexo C - Modelo de Resumo em Língua Estrangeira (Exemplo 2)	135
Anexo D - Modelo de Sumário	136
Anexo E - Modelo de Ilustração (Gráfico) Exemplo 1	137
Anexo E - Modelo de Ilustração (Foto) Exemplo 2	138
Anexo F - Modelo de Tabela (Exemplo 1)	139
Anexo F - Modelo de Tabela (Exemplo 2)	140
Anexo G - Modelo de Quadro (Exemplo 1)	141
Anexo G - Modelo de Quadro (Exemplo 2)	142
Anexo H - Artigo Acadêmico de Conclusão de Curso de Especialização	143

UM PAPO RETO!

No Brasil, tanto no ensino de graduação quanto de pós-Graduação - *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), são exigidos, como requisito à obtenção dos respectivos títulos, além da integralização curricular e do cumprimento da frequência legalmente exigida, a elaboração de um trabalho monográfico (trabalho de conclusão de curso – TCC, monografia, dissertação e tese, respectivamente) que concretize os objetivos do respectivo nível de ensino. Abordar uma determinada problemática, mediante um rigoroso e exigente trabalho de pesquisa, que tem como alicerce uma fundamentação teórica consistente, objetivos claramente enunciados e uma metodologia adequada para alcançá-los, se configura como desafio a ser superado pelos estudantes de graduação e de pós-graduação. Esse desafio se amplia progressivamente, conforme as exigências de cada nível. Certamente, os rigores teóricos, conceituais e metodológicos de uma tese, de longe não se comparam com as exigências de um trabalho de conclusão de curso de graduação.

Independentemente do nível, alguns aspectos devem ser observados quando da redação de um texto acadêmico e científico, a saber: clareza, objetividade, precisão, coerência e impessoalidade. Neste sentido, além da relevante importância da revisão teórica, os trabalhos acadêmicos e científicos, especialmente na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), exigem rigor, metodologia e sistematização de procedimentos.

Com base nestas considerações, destaco que o objetivo principal deste livro é oferecer aos discentes, tanto de graduação quanto de pós-graduação, elementos teóricos e práticos, relativos à elaboração dos TCCs, monografias, dissertações ou teses, a fim de

que estes trabalhos monográficos, sejam adequadamente mais bem estruturados, do ponto de vista formal e metodológico, cumprindo as exigências acadêmicas e de normalização técnica em vigor.

É necessário destacar que existe uma farta literatura especializada sobre a temática objeto do presente livro e que a leitura deste trabalho não deve dispensar outras consultas de aprofundamento. No entanto, apesar de se verificar que existem algumas divergências entre os autores, a estrutura metodológica geral dos trabalhos monográficos de graduação e de pós-graduação segue uma diretriz basililar. Esta estrutura é a que será utilizada como referência neste livro.

Com este trabalho não pretendo instituir um manual de “receitas de bolos” (apesar da minha formação também em gastronomia) que devem ser seguidas à risca, com o objetivo de se chegar ao “bolo ideal”. A experiência acadêmica, como docente de Metodologia da Pesquisa na graduação e na pós-graduação, me fez concluir que há uma dificuldade marcante nos estudantes, tanto no que se refere às bases conceituais quanto aos instrumentos metodológicos que subsidiam a pesquisa científica e, por consequência, a elaboração dos trabalhos monográficos. O objetivo principal deste livro é o de contribuir para que a tarefa de elaboração dos trabalhos monográficos não seja tão árida quanto comumente se pensa. Trata-se, portanto, de um material elaborado com uma preocupação imediata – a de fazer uma abordagem muito mais prática e estrutural do que teórica e conceitual.

Assim, considerando que a estrutura do trabalho monográfico é única, independentemente de ser resultante de uma exigência da graduação ou da pós-graduação, acreditamos que este livro poderá trazer um aporte importante aos alunos e às alunas da graduação e aos (às) pesquisadores (as) em geral. É oportuno enfatizar que neste livro, sigo as recomendações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, uma vez que este órgão de normatização

técnica segue os padrões recomendados pela ISO (Organização Internacional de Normalização) e que, portanto, sob minha ótica, não se justifica a utilização de outras orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos no país.

Destaco, ainda, que esta nova edição foi revisada e atualizada, de acordo com as seguintes normas da ABNT: NBR 6024:2012 (Numeração progressiva das seções de um documento - Apresentação), NBR 6027:2012 (Sumário - Apresentação), NBR 10719:2015 (Relatório técnico e/ou científico - Apresentação) e NBR 6021:2016 (Publicação periódica técnica e/ou científica - Apresentação), ABNT: NBR 6028:2021 (segunda edição), de 18 de maio de 2021, também contemplando as alterações introduzidas pela mais recente norma da ABNT NBR 10520:2023, segunda edição, de 19 de julho de 2023, que atualiza as informações relativas à citações em documentos - apresentação.

O livro com uma nova roupagem gráfica e agora publicado pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba - EDUEPB, busca apresentar uma versão mais didática, a fim de tornar a leitura mais fluida e mais agradável. Também se apresenta um capítulo específico sobre publicação periódica, técnica ou científica, tomando por base a norma ABNT: NBR 6021:2016, com errata publicada em 06 de junho de 2016.

Considero oportuno incluir este capítulo por duas razões básicas: é comum que alguns cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), organizem seus próprios periódicos especializados (revistas), impressos ou por meio eletrônico, como forma de estimular a produção científica dos seus docentes e alunos (as). A estruturação de revistas próprias é um meio importante para a difusão do conhecimento.

No entanto, não pode ser encarada como o único ou prioritário instrumento para a publicação dos artigos do programa que mantém a revista, posto que a endogenia (publicação no âmbito da

própria instituição de origem do aluno do mestrado ou doutorado) é um indicador pouco valorizado pelos órgãos de avaliação e de fomento da pós-graduação no país. A segunda razão é que, tanto nos programas de iniciação científica da graduação quanto nas pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, as publicações técnicas e científicas são cotidianamente estimuladas pelos orientadores e pelas instituições, como forma de não somente contribuir para o enriquecimento curricular do (a) aluno (a), mais, também, como meio para fortalecer e consolidar os grupos de pesquisas institucionais e/ou os programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Assim, nesta edição, faço recomendações sobre a elaboração de artigos técnicos e/ou científicos, tomando como referência a Norma ABNT NBR 6022:2018.

Ressalto que a publicação desta sétima edição demonstra, por um lado, que o objetivo principal da obra foi alcançado e, por outro, que apesar da farta publicação sobre a mesma temática, a estrutura formal do livro, que procurou ser a mais didática possível, favoreceu uma maior acessibilidade por parte dos leitores. Agradeço de forma muito especial a todos os que fizeram sugestões e apreciações sobre as edições anteriores, muitas das quais, por suas pertinências, foram incorporadas neste novo texto, contribuindo com o aprimoramento desta edição. Nesse sentido, também agradeço a Fernanda Mirelle de Almeida Silva, bibliotecária da Universidade Estadual da Paraíba – UEPPB, pelas pertinentes observações quanto às regras de normalização técnica. Certamente, estas observações, integralmente acolhidas pelo autor, contribuíram para alinhar, ainda mais, o conteúdo apresentado com as regras atualizadas da ABNT.

Finalmente, expresso a satisfação em publicar esta sétima edição pela EDUEPB, vinculada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPPB – instituição de ensino superior que me deu “régua e compasso” na caminhada universitária, oportunizando todas as possibilidades de crescimento profissional e amadurecimento

acadêmico, inclusive pelo exercício de cargos de gestão na administração superior da universidade.

Aproveito a oportunidade, ainda, para estimular outros docentes a que ousem publicar o que produzem como fruto de suas atividades de docência. Fazer um livro e ver a sua aplicabilidade no cotidiano acadêmico é muito prazeroso, revigora a nossa alma e fortalece as nossas convicções sobre o papel e a importância do educador.

Produzir um livro, lhe dando “corpo” e “alma”, é uma das formas especiais de impregnar ainda mais de sentido, a nossa ação educativa, para além da sala de aula. Saber que este livro poderá ser utilizado pelo estudante e pesquisador no cotidiano, muitas vezes na ação solitária de construção de um trabalho monográfico, é muito prazeroso, revigora a alma e fortalece a convicção sobre o papel e a importância do educador, notadamente quando ousa sair do espaço da sala de aula, por meio de um livro, assumindo em outros ambientes um papel educativo de significativo valor.

Flávio Romero Guimarães

Observações Metodológicas sobre Trabalhos de Graduação e de Pós-Graduação

1.1 A Pesquisa acadêmica e científica como Ato de resiliência e de paixão

A vivência como docente de metodologia da pesquisa, tanto na graduação quanto na pós-graduação, me fez chegar a uma conclusão: geralmente, os estudantes consideram esse componente curricular (disciplina) muito “árido”. Reclamam que os conteúdos são “enfadonhos” e que despertam pouco interesse. Esse tem sido um dos maiores desafios ao longo das últimas décadas: romper com essa visão cristalizada sobre a disciplina, alicerçada em ideias prévias equivocadas ou conclusões apressadas, desprovidas de uma maior racionalidade. Por isso, busco trazer leveza ao “chão da sala de aula”, aproximando o estudante da realidade que permeia o cotidiano dos que se propõem a enveredar pelos caminhos acadêmicos e científicos, nem sempre fáceis.

Para início de conversa, e considerando esse objetivo de aproximar o contexto de sala de aula da realidade prática da produção acadêmica e científica, penso que uma boa “provocação” seja questionar se você, estimado leitor, tem a devida noção dos desafios que lhe esperam na caminhada.

Considerando que a problematização é o impulso primeiro da caminhada acadêmica e científica, como veremos adiante, que tal começar essa reflexão com algumas perguntas?

- Você é suficientemente obstinado? Ou seja, possui o necessário “apego” às próprias ideias?
- Ante uma situação crítica ou adversa, você é capaz de mobilizar recursos para superá-la? Ou seja, você é resiliente?
- Por fim, você cultiva a paciência como virtude para suportar situações adversas? Enfim, considera que possui controle emocional?

Talvez ao tentar responder a essas perguntas, você se sinta “desestimulado”. Pode concluir: “pelo visto, não preenche esses requisitos”. Portanto, não devo nem tentar fazer uma pós-graduação.

Nada disso... as perguntas são meramente provocativas.

Na qualidade de docente e pesquisador por algumas décadas, aliada ao labor cotidiano de orientador em programas de pós-graduação, posso evidenciar cenários que, de alguma forma, remetem às questões anteriormente citadas, a saber: O aluno que pretende seguir carreira acadêmica ou científica e se qualificar como docente e pesquisador, deve cultivar a autonomia intelectual. Para tanto, deve ter convicção das próprias ideias. É importante que o aluno.

No entanto, também é preciso estar aberto às mudanças, sobretudo àquelas motivadas por reflexões teóricas, resultantes dos estudos em sala de aula ou das pesquisas bibliográficas, muitas vezes realizadas solitariamente. Sobre a questão da autonomia, vale o registro da pertinente contribuição de Severino (2017, p.164), a saber:

Com relação a esta questão de autonomia, o orientando deve se convencer de que é preciso ter até mesmo um pouco de audácia, ou seja, arriscar-se a avançar ideias novas, eventualmente nascidas de suas intuições pessoais, sem que se auto censure por medo das críticas quer do orientador quer de seus examinadores, quer

ainda de seus futuros leitores. É preciso soltar-se, criar, avançar e não ficar apenas num eterno repetir de ideias e descobertas já feitas.

Tem-se visto trabalhos de pós-graduação que não passam de meros conjuntos rearranjados de transcrições ou de repetição de ideias já conhecidas (Severino, 2017).

Na vida acadêmica, certamente, você poderá enfrentar situações críticas ou adversas, decorrentes de “pedras que surgem no caminho”: o objeto de pesquisa se “perdeu no tempo”, a metodologia se mostrou inviável, o tema foi “desatualizado”, o orientar ficou gravemente enfermo, você mudou de cidade, você perdeu material do trabalho que não estava arquivado na “nuvem”, entre outros. Penso que ante essas realidades hipotéticas, vale a pena beber na fonte poética do mineiro Carlos Drummond de Andrade (1928), a saber:

No meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho. No meio do caminho tinha uma pedra (Drummond, 1928).

Coube ao poeta, não somente enfatizar que pedras surgem em nosso caminho – essa é uma característica inerente à condição humana. No entanto, para além dos obstáculos ou dos problemas que impedem uma pessoa de seguir ou de avançar, as pedras, dialeticamente, convidam ao esforço impulsivo para retirá-las do caminho.

Portanto, as pedras também podem caracterizar um acontecimento relevante na caminhada de uma pessoa que, olhando para trás, pode afirmar: havia uma pedra no caminho. Com força interior e equilíbrio emocional, fui capaz de retirá-la do caminho. Nesse caso, a pedra passou a se configurar como mais uma etapa de vida vencida – também é assim, talvez de forma menos poética, que

superamos os percalços na caminhada acadêmica. Feitas essas considerações reflexivas, vamos retomar a abordagem mais específica, considerando a natureza e os objetivos do presente livro.

Antes de abordar os aspectos estruturais das monografias de pós-graduação *stricto sensu*, que também servem de referência para os trabalhos conclusivos da graduação e da pós-graduação *lato sensu* (especialização), é importante destacar que estes trabalhos visam à aquisição de um grau acadêmico, de um título universitário e que, portanto, possuem um nível comum de exigências. A sua qualidade também tem muito a ver com a estrutura formal e metodológica. Entre as características qualitativas destes trabalhos científicos, conforme assevera Severino (2017, p. 165), destacam-se a pessoalidade, autonomia intelectual, a criatividade e o rigor. No entanto, é importante não confundir rigor na construção textual e na organização do raciocínio lógico, com exageros estilísticos.

Sobre o caráter da personalidade, Severino (2017, p. 163) faz um recorte que considero extremamente importante, ao ressaltar o compromisso social do pesquisado, como agente político de transformação. Destaco que o referido autor não fala de política como ação partidária. Fala de política como ação cidadã de transformação. E a Ciência é uma das forças propulsoras das mudanças na sociedade. O pesquisador é um ser político que assume posições. Portanto, não cabe na Ciência a ideia de neutralidade.

Certamente, ao tratar de ciência e da política, o festejado autor, deve ter pensado nas lições do filósofo Aristóteles que desenvolveu uma teoria política que se fundamenta na ideia de que **“somos seres políticos por natureza”**. Assim, ao caminhar nas trilhas da Ciência, também atuamos na dimensão social e política. Penso que é pertinente registrar o pensamento de Severino (2017, p.163) sobre esse tema:

Ressalte-se que o caráter pessoal do trabalho do pesquisador tem uma dimensão social, o que confere o seu sentido político. Esta exigência de uma significação política englobante implica que, antes de buscar-se um objeto de pesquisa, o pós-graduando pesquisador já deve ter pensado no mundo, indagando-se criticamente a respeito de sua situação, bem como da situação de seu projeto e de seu trabalho, nas tramas políticas da realidade social. Trata-se de saber bem, o mais explicitamente possível, o que se quer, o que se pretende no mundo dos homens (Severino, 2017).

Em relação à natureza dos trabalhos de pós-graduação, Severino (2017, p.169) destaca:

Na elaboração de uma tese ou dissertação, não se deve pretender falar de tudo, de todos os aspectos envolvidos pela problemática tratada. O caráter monográfico do trabalho é um significativo aval de sua qualidade e de sua contribuição ao desenvolvimento científico da área. O importante é ater-se ao substancial da pesquisa, não se perdendo em grandes retomadas históricas, em repetições, em contextualizações muito amplas [...].

A coerência interna do texto é imprescindível e ela se impõe em dois níveis: primeiro, a coerência lógico-estrutural da articulação do raciocínio, as etapas do processo demonstrativo se sucedendo dentro de uma sequência da articulação lógica (ver capítulo 2, p. 82-87);segundo, a coerência com as premissas metodológicas adotadas. Este aspecto da opção metodológica reencontra a questão do referencial teórico do trabalho, pois

este implica igualmente uma opção epistemológica básica (Severino, 2017).

A elaboração de uma dissertação ou de uma tese pressupõe o envolvimento do pesquisador com o objeto do seu estudo – é uma atividade de resiliência e de paixão. No entanto, entendo que esta atividade do pesquisador deve estar alicerçada numa clara conceitualização do que é um trabalho científico. Certamente, essa exigência é muito mais evidente na elaboração de uma dissertação ou uma tese, face à natureza e ao rigor desses trabalhos.

Elaborar um trabalho acadêmico-científico é uma tarefa que implica num movimento constante de ir e vir. Do autor para a literatura especializada e das consultas e impressões teóricas colhidas para seu mundo subjetivo. É nesse movimento dialético que o autor re(cria) o texto. É nesse movimento de ir e vir, de revisitar o infinito mundo teórico e conceitual que permeia o objeto de estudo, que o autor elabora seu trabalho.

No entanto, como este livro não tem a pretensão de fazer uma incursão do campo da Filosofia das Ciências para aprofundar os seus elementos teóricos e conceituais, optei por apresentar uma breve visão sobre estas bases e premissas, com o objetivo de estimular o leitor interessado a buscar o necessário embasamento na literatura mais especializada.

Délcio Vieira Salomon (2010) detalha de forma bastante didática as propriedades e características da atividade científica. Entres as características ou propriedades elencadas pelo citado autor, destaco:

- a. a atividade científica é um processo cumulativo do conhecimento e não um produto acabado;
- b. a atividade científica apresenta um corpo de verdades provisórias;

- c. a atividade científica é caracterizada muito mais por probabilidades frequentes do que uma pretensa certeza absoluta, o que permite revisões constantes e novas descobertas;
- d. a atividade científica é um método de abordagem não somente em função da exploração e da predição mais, notadamente, em face da classificação, da descrição e da interpretação do fenômeno ou do objeto de estudo;
- e. a atividade científica tem o rigor como característica fundamental nos processos de obtenção e análise dos dados, além de ter exatidão quando mensurar os fenômenos.

Resumindo o pensamento, o citado autor assevera que uma atividade é científica, quando produz ciência, ou dela deriva, ou acompanha seu modelo de tratamento. Com estas considerações basilares sobre as características ou propriedades da ciência, retomo o caminho inicial, considerando o fazer científico como um ato de paixão.

Neste sentido, o ponto de partida desta paixão é a escolha de uma problemática que diga respeito ao pesquisador. É necessário compatibilizar os interesses institucionais – explicitados na missão, nos objetivos e nas linhas de pesquisa do mestrado ou do doutorado – com o interesse do pesquisador – que têm como traços marcantes o universo que o envolve, a sua leitura de mundo e os seus significados existenciais. No caso dos programas de mestrado ou doutorado interdisciplinares, por sua natureza e especificidade, a definição do objeto de estudo também deve passar pela clara definição da abordagem com base nesta perspectiva. Assim, este objeto de estudo, alicerçado num conhecimento disciplinar, deve ser enriquecido, a partir dos conhecimentos advindos de outras disciplinas. Neste sentido destaco:

Na definição do objeto da pesquisa numa perspectiva interdisciplinar deve-se pensar que de cada disciplina nasce um fio imaginário com infinitas possibilidades de distensão e retração - característicos de sua função elástica (Guimarães, 2002, p. 24).

Acrescento, ainda:

Ao pensar numa pesquisa interdisciplinar o pesquisador, fincado na dimensão consistente de sua disciplinaridade (ou especialidade) distende o fio imaginário do seu saber especializado para buscar em outras disciplinas (ou especialidades) e até em outros campos do conhecimento, subsídios para enriquecer o seu objeto de estudo [...] (Guimarães, 2002, p. 24).

Este viés interdisciplinar somente será possível com a adoção de uma *praxis* metodológica diferenciada, baseada no diálogo entre os pesquisadores. Assim, a construção deste objeto interdisciplinar exige do pesquisador uma ruptura com os pressupostos cartesiano-positivistas, abrindo sua visão para novos olhares sobre o saber e sua construção – olhares multifacetados.

Nesta construção interdisciplinar, a relação entre o mestrando (ou doutorando) e seu orientador deixa de possuir as características das orientações tradicionais. Deixa de ser uma relação meramente *bipartite*. Tanto o mestrando (ou doutorando) quanto o seu orientador, devem estar receptivos às contribuições teórico-conceituais de outros pesquisadores. Neste sentido, se partirmos do pressuposto de que elaborar uma dissertação ou uma tese é um ato de paixão, elaborá-las numa perspectiva interdisciplinar se constitui um ato de paixão e de humildade, mas, também, de coragem – trabalhar o saber numa perspectiva interdisciplinar é não temer desafios.

Tomo como minha as palavras da pesquisadora Ivani Fazenda (1988, p. 82) que ao falar da atitude interdisciplinar, assevera:

[...] atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os e com as pessoas neles envolvidos, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim de vida (Fazenda, 1988, grifos nossos).

Após estas breves considerações, aqui colocadas não como verdades a serem literalmente aceitas, mas sim como elementos de reflexão, passaremos a abordar aspectos da fundamentação e da metodologia dos trabalhos monográficos.

1.2 A Qualidade e a Estrutura dos Trabalhos Monográficos (TCC'S, MONOGRAFIAS, Dissertações e Teses)

1.2.1 A Estrutura Geral dos Trabalhos Monográficos:

Tanto o trabalho monográfico da graduação, por vezes denominado de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), quanto os trabalhos conclusivos da pós-graduação – *lato sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado ou doutorado), seguem os mesmos critérios quanto à organização e a normalização técnica. Assim, de

acordo com a Norma ABNT NBR 14724:2024, tanto a monografia quanto a dissertação ou a tese, são assim estruturadas:

a) Parte externa:

Capa (obrigatório)

Lombada (obrigatório em versões impressas)

b) Parte interna:

• **Elementos pré-textuais:**

Folha de rosto (obrigatório)

Errata (opcional)

Folha de aprovação (obrigatória)

Dedicatória (opcional)

Agradecimentos (opcional)

Epígrafe (opcional)

Resumo em língua vernácula (obrigatório)

Resumo em língua estrangeira (obrigatório)

Lista de ilustrações (opcional)

Lista de tabelas (opcional)

Lista de abreviaturas e siglas (opcional)

Lista de símbolos (opcional)

Sumário (obrigatório)

• **Elementos textuais:**

Introdução

Desenvolvimento

Conclusão

• **Elementos pós-textuais:**

Referências (obrigatório)

Glossário (opcional)

Apêndice (opcional)

Anexo (opcional)

Índice (opcional)

Para esclarecimentos mais detalhados, seguem algumas considerações sobre cada um dos elementos ou itens do trabalho monográfico.

1.2.1.1. Elementos da parte externa

1.2.1.1.1. Capa (Apêndice A)

A capa é a proteção externa da dissertação ou tese, sobre a qual se imprimem as informações indispensáveis à identificação do trabalho monográfico, tais como:

- a) Nome da instituição (opcional);
- b) nome do autor;
- c) título: claro é preciso, que identifique o conteúdo e favoreça a indexação e recuperação da informação;
- d) subtítulo: se houver, deve ser precedido de dois-pontos, evidenciando a subordinação ao título;
- e) número de volumes: se houver mais de um, deve constar em cada capa a especificação do respectivo volume;
- f) local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
- g) ano do depósito do trabalho (ou seja, da entrega).

1.2.1.1.2. Lombada (Apêndice B)

A lombada é um elemento opcional, onde as informações devem ser impressas e, conforme a norma da ABNT (NBR 12225:2023), deve conter:

- a) nome do autor, impresso longitudinalmente e legível do alto para o pé da lombada;
- b) título do trabalho, impresso da mesma forma que o nome do autor;
- c) elementos alfanuméricos de identificação, por exemplo: v. 2.

1.2.1.2. Elementos da parte interna

1.2.1.2.1 Elementos pré-textuais:

a) Folha de Rosto (Apêndice C)

A folha ou página de rosto também apresenta os elementos essenciais à identificação do trabalho. No entanto, como se observará, contempla outras informações relativas ao grau pretendido.

O averso da folha de rosto deve conter:

- nome do autor (responsável intelectual do trabalho);
- título principal do trabalho: deve ter clareza e precisão, identificando o seu conteúdo e permitindo a indexação e recuperação da informação;
- subtítulo: se for o caso, deve ser ressaltada a sua subordinação ao título principal, precedido de dois pontos;
- número de volumes (se for o caso);
- natureza do trabalho (monografia, dissertação ou tese), objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros), nome da instituição a que é submetido e área de concentração (se for o caso);
- nome do orientador e, se houver, do coorientador;
- local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
- ano do depósito (da entrega).

O verso da folha de rosto deve conter a ficha catalográfica (Anexo A), elaborada conforme estabelece o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente. Em geral, a ficha catalográfica é elaborada pelo Setor de Bibliotecas das Instituições.

b) Errata

A errata é um elemento opcional, que tem por objetivo corrigir erros detectados no trabalho após a sua impressão. Elabora-se a errata em papel avulso ou encartado, devendo ser inserida logo após a folha de rosto.

Exemplo:

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
48	13	revolução	evolução

c) Folha de Aprovação

(Apêndice D)

A folha de aprovação é um elemento obrigatório que deve contemplar:

- Nome do autor; título do trabalho;
- subtítulo (se houver);
- natureza, objetivo, nome da instituição a que é submetido, área de concentração;
- local e data da aprovação;
- nome, titulação e instituição dos membros da comissão ou banca examinadora.

A data de aprovação e as assinaturas dos membros integrantes da comissão examinadora são colocadas após a aprovação do trabalho.

d) Página de Dedicatória

Trata-se de uma página opcional. Nela, o autor dedica sua obra ou inclui um pensamento. A dedicatória ou pensamento deve figurar à direita na parte inferior da página. A página de dedicatória não possui nem título, e nem indicativo numérico.

e) Agradecimentos

Também é uma página opcional. Nela o autor faz os seus agradecimentos. A rigor, os agradecimentos deveriam se limitar às instituições ou às pessoas que efetivamente contribuíram com o trabalho monográfico.

Na prática, observam-se agradecimentos que extrapolam a dimensão da pesquisa propriamente dita. No entanto, como os agradecimentos são opcionais e têm um caráter eminentemente subjetivo, a responsabilidade sobre a sua redação deve ser exclusiva do autor.

Ainda assim, recomenda-se restringi-los ao absolutamente necessário, ou seja, os agradecimentos devem ser dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante com o trabalho.

f) Epígrafe

A epígrafe também é um elemento opcional, em que o autor apresenta uma citação (com a devida indicação da autoria), relacionada com o objeto de estudo tratado no trabalho monográfico. Podem também constar epígrafes nas folhas de abertura das seções

primárias. Trata-se de um elemento sem título e sem indicativo numérico. Deve ser elaborado conforme a norma da ABNT (NBR 10520:2023).

g) Resumo em língua vernácula (Anexo B)

Elemento obrigatório, que consiste na apresentação concisa do conteúdo da dissertação, da tese ou do trabalho conclusivo da graduação, tendo por finalidade específica apresentar ao leitor uma visão concisa e clara dos pontos mais relevantes do trabalho. Deve contemplar, portanto, a natureza do problema estudado, o objeto tratado, a justificativa, os objetivos visados, os procedimentos metodológicos adotados, os resultados mais significativos e as principais conclusões.

Quanto ao aspecto formal (NBR 6028:2021), ao se elaborar o texto do resumo deve-se observar os seguintes aspectos:

- O resumo deve ser composto de uma sequência corrente de frases concisas e não de uma enumeração de tópicos; deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular, evitando-se fórmulas, equações, diagramas etc., bem como símbolos e contrações que não sejam de uso corrente;
- deve ser elaborado em um único parágrafo, não ultrapassando 500 palavras, nos relatórios, dissertações e teses, e 250 palavras, para monografias e artigos, utilizando-se o tamanho de letra 12. Quanto ao espaço entrelinhas, a norma da ABNT NBR 14724:2024 não trata do resumo de forma especial. Portanto, deduz-se que o espaçamento seja o mesmo sugerido para todo o texto, ou seja, com espaço duplo. No entanto, em face da omissão da referida norma, por uma questão de estética e diferenciação em relação ao

corpo do trabalho, também é possível optar pelo espaçamento com espaço simples;

- dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa e no tempo presente ou futuro.

Logo abaixo do resumo, devem ser colocadas as palavras representativas do conteúdo do trabalho (palavras-chave e/ou descritores), conforme a ABNT NBR 6028:2021.

h) Resumo em língua estrangeira (Anexo C)

Elemento também obrigatório, que consiste numa versão em idioma de divulgação internacional do resumo elaborado em língua vernácula. Portanto, a estrutura formal obedece aos mesmos critérios adotados no resumo em vernáculo. Dependendo das exigências regimentais de cada programa de pós-graduação, pode-se optar pelo resumo em inglês (*Abstract*), em espanhol (*Resumen*) ou em francês (*Résumé*). Também deve ser seguido das palavras representativas do conteúdo, isto é, palavras-chave e/ou descritores, no idioma selecionado.

i) Lista de Ilustrações

As listas são itens opcionais, que relacionam elementos selecionados do texto, na ordem da ocorrência, com a respectiva indicação de páginas. Para cada tipo de ilustração (mapas, quadros, lâminas, plantas, fotografias, gráficos, organogramas, fluxogramas, esquemas, desenhos, plantas, retratos e outros) deve ser elaborada uma lista própria.

É importante destacar que as ilustrações devem estar dispostas o mais próximo possível da posição em que são mencionadas no texto.

j) Lista de Tabelas

Elemento opcional, elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número da página.

k) Lista de Abreviaturas e Siglas

Elemento opcional. Consiste na relação das abreviaturas ou siglas utilizadas no texto, em ordem alfabética, seguidas de seus respectivos significados, escritos por extenso. Recomenda-se a elaboração de lista própria para as abreviaturas e as siglas.

l) Lista de Símbolos

Também é um elemento opcional. Consiste na relação dos símbolos utilizados no trabalho, apresentados na ordem em que aparecem no texto, acompanhados de seus respectivos significados.

m) Sumário (Anexo D)

O sumário é a relação das principais seções do trabalho, na ordem em que se sucedem no texto e com indicação da página inicial. As seções do trabalho devem ser numeradas em algarismos arábicos. Elementos como listas de figuras, tabelas, abreviaturas, símbolos, resumos e apêndices não devem ser numerados. É aconselhável o uso do sistema de numeração progressiva para indicar as divisões e subdivisões do trabalho, conforme norma da ABNT NBR 6024: 2012, relativa à numeração progressiva das seções de um documento. Devem ser empregados, no máximo, cinco seções e seis algarismos. Havendo mais de um volume, em cada um deve constar o sumário completo do trabalho.

O sumário deve figurar logo após os resumos, com o título centralizado, em letras maiúsculas sem pontuação. A apresentação tipográfica das divisões e subdivisões no sumário deve ser idêntica à do texto. Deve ser elaborado conforme disposto na ABNT NBR 6027:2012.

1.2.1.2.2. Elementos Textuais (Corpo do Trabalho)

O texto é a parte do trabalho na qual o conteúdo é apresentado e desenvolvido, consistindo geralmente em introdução, desenvolvimento e conclusão, a saber:

a) Introdução

É a apresentação do assunto a ser tratado por meio de uma definição objetiva dos objetivos do trabalho e as razões para a elaboração. Na introdução é importante detalhar o tema e a finalidade da pesquisa, justificando a escolha do assunto, os métodos empregados, a delimitação precisa das fronteiras da pesquisa em relação ao campo e períodos abrangidos. Deve fornecer esclarecimentos sob o ponto de vista do assunto a ser tratado.

É importante observar que não se deve antecipar na introdução os resultados e as conclusões do trabalho em toda a sua completude. Assim procedendo, se garantiria, de imediato, o interesse pela leitura integral do texto. Por intermédio da leitura da Introdução o leitor colhe uma impressão genérica do trabalho. Assim, a Introdução pode (ou não) despertar o interesse do leitor pela leitura do trabalho na íntegra.

Como se observa, o resumo e a introdução possuem as mesmas informações, tratadas de forma mais concisa ou mais detalhada, respectivamente. Destacamos, por oportuno, que a Introdução é a

primeira parte do corpo do trabalho. É a primeira parte que se lê. No entanto, é a última que o autor redige.

Finalmente, não existe uma indicação precisa quanto ao número de páginas que deve ter uma introdução. No entanto, a prática nos leva a indicar um mínimo de uma página e meia e um máximo de três páginas, uma vez que dependendo da capacidade de síntese, o autor poderá contemplar os itens da introdução dentro dessa margem. Outra recomendação, a depender da área de conhecimento ou do objeto de estudo, é estabelecer um quantitativo de páginas da introdução, tomando-se por referência o número total de páginas do trabalho. Neste sentido, um percentual de até 10% (dez por cento) do total de páginas do trabalho para dedicar à introdução, já permite que se alcance, com relativa facilidade, os objetivos desta parte essencial do trabalho monográfico. Apesar de não constar como critério restritivo em nenhuma norma, convencionou-se, nos meios acadêmicos, que na Introdução não se faz citação (referência) de autores consultados.

Portanto, considerando essa orientação, sugiro que tanto no Resumo quanto na Introdução não se faça nenhuma citação bibliográfica, a não ser que a citação, excepcional, seja absolutamente necessária para a fundamentação do conteúdo pelo autor e/ou à compreensão do texto pelo leitor.

Neste sentido, é preciso considerar que em algumas áreas, principalmente nas mais técnicas, a introdução assume o papel de fundamentar o conteúdo, de forma mais sucinta, para depois aprofundar no desenvolvimento. Portanto, não há como fundamentar um trabalho acadêmico técnico e/ou científico sem que se façam citações referenciais de autores. Assim, a recomendação anterior não se aplica para estes casos.

Objetivos

Trata-se de uma proposta que se faz com relação à análise, ao estudo e à pesquisa de um determinado fenômeno ou objeto, com a finalidade de explicitá-lo. Alvo que se pretende atingir. É uma proposta de solução ao problema. Em geral, os objetivos estão explicitados na Introdução (já que é um requisito desta). No entanto, alguns autores sugerem que para facilitar sua identificação, os objetivos sejam elencados num item à parte, após a introdução, notadamente quando se tratar do projeto de pesquisa e não da versão final da monografia. Neste caso, deve-se atentar para o fato de que os objetivos são redigidos iniciando-se a frase com um verbo no infinitivo.

É facultativa a divisão dos objetivos em geral e específicos. No entanto, caso se opte por esta divisão, deve-se observar as diferenças entre os dois tipos de objetivos. O geral está associado a uma visão global e abrangente do tema, enquanto que os específicos apresentam caráter de maior concretude. Estas diferenças são expressas pelo verbo utilizado.

Observe os seguintes exemplos:

Exemplo 1:

Objetivo Geral:

- Avaliar a realidade da exploração dos recursos pesqueiros e sua vinculação com os princípios da sustentabilidade em Santarém – PA.

Objetivos Específicos:

- Identificar os principais modelos e/ou técnicas adotadas em Santarém na atividade pesqueira.
- Verificar se as técnicas utilizadas estão em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável.
- Quantificar a comercialização do pescado para exportação no município de Santarém (Pará).

Fonte: CORRÊA, Lincoln Lima. *Realidade e perspectivas do desenvolvimento sustentável na área de pesca no baixo amazonas*. 1999. 92 f. Dissertação. (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade Moderna de Portugal, Lisboa, 1999.

Exemplo 2:

Objetivo Geral:

- Analisar o processo histórico de ocupação e extração dos recursos naturais do município de Itaituba, na perspectiva de compreender a realidade presente em relação ao passado, avaliando os impactos dos diversos *booms* econômicos sobre a qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos.

Objetivos Específicos:

- Explicitar as relações sociais de trabalho no processo extrativista dos seguintes bens minerais e vegetais: borracha, ouro, madeira e palmito do açaí, notadamente em relação aos nordestinos imigrantes.

- Identificar onde se localizavam e ainda se localizam os centros de decisão sobre as atividades econômicas de Itaituba e para onde se destinam os resultados das riquezas extraídas.
- Descrever o processo de ocupação da região Amazônica e do tapajós pelos portugueses e seus impactos sobre a mão de obra utilizada no extrativismo.

Fonte: LIMA, Ireno José Santos de. *A pobreza do homem e a riqueza da Terra: o extrativismo no município de Itaituba – Pará – Brasil*, 1999. 209 f. Dissertação. (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade Moderna de Portugal, Lisboa, 1999.

Objeto

Também é um item que deve estar contemplado na Introdução, de forma sucinta. No entanto, dependendo da natureza da pesquisa e do interesse do pesquisador, o objeto poderá ser contemplado num item à parte, após os objetivos, notadamente quando se tratar ainda do projeto de pesquisa. Neste caso, deverá conter os seguintes tópicos:

- O problema: compreende a caracterização do conteúdo da problemática que vai se pesquisar e estudar. Como bem elucidada Severino (2000, p. 160): “trata-se de definir bem os vários aspectos da dificuldade, de mostrar o seu caráter de aparente contradição [...]”.

Para exemplificar, tomamos como referência a pesquisa desenvolvida pelo magistrado Antônio Silveira Neto, integrante do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e doutorando no programa: “Estudios Interdisciplinarios de Género y Políticas de Igualdad” da

Universidade de Salamanca (Espanha), sob minha orientação. Na pesquisa do citado doutorando, o problema foi assim estruturado:

“Será que os discursos favoráveis e contrários à implantação da Política Nacional de Igualdade de Gênero no acesso de Juízas à Segunda Instância dos Tribunais Estaduais brasileiros, afetam a dinâmica organizacional do Poder Judiciário e a representatividade de gênero na magistratura?”

Portanto, problematizar o tema é considerada a força motriz da pesquisa científica. Não existe pesquisa científica sem um problema claramente definido. A redação do problema será na forma interrogativa.

- A hipótese geral (ou básica): é a ideia central que o trabalho se propõe demonstrar. Todo trabalho monográfico científico terá sempre a forma lógica de demonstração de uma tese hipoteticamente proposta para solucionar um problema. Em síntese, a hipótese geral é uma resposta antecipada ao problema anteriormente proposto.

Com base no exemplo de problema formulado anteriormente, apresentamos as seguintes hipóteses:

- a) Hipótese principal (geral ou básica) é a resposta mais provável e testável ao problema de pesquisa formulado:
- “Os discursos favoráveis e contrários à implantação da Política Nacional de Igualdade de Gênero no acesso de Juízas à Segunda Instância dos Tribunais Estaduais brasileiros, afetam a dinâmica organizacional do Poder Judiciário e a representatividade de gênero na magistratura”.

b) Hipóteses secundárias (complementares) exploram aspectos específicos do problema e ajudam a testar a validade da hipótese principal. Por exemplo:

- “As resistências na aceitação da política pública de igualdade de gênero nos Tribunais Estaduais estão relacionadas às percepções tradicionais de gênero e poder, que veem a presença feminina como uma ameaça à estrutura hierárquica estabelecida”.
- “O desenvolvimento da política pública nos Tribunais reforça o discurso discriminatório contra as mulheres uma vez que altera as relações de poder nos níveis mais altos, sobretudo para os defensores da meritocracia”.
- “Os preconceitos e estereótipos de gênero, alicerçados numa sociedade patriarcal, produz efeitos negativos nas magistradas brasileiras, impossibilitando que elas ocupem os mesmos espaços que os homens, levando-as a se desinteressarem pela carreira e também a aceitarem os estereótipos estabelecidos”.
- “As obrigações sociais impostas às mulheres pelo patriarcado, especificamente o dever de cuidar da família, de se ocupar com tarefas domésticas, de gerenciamento do lar e da maternidade têm forte impacto nas escolhas profissionais das magistradas, relativas à ascensão na carreira”.
- “A necessidade das mulheres de conciliar a vida pessoal, familiar e profissional representa um desafio numa sociedade patriarcal, constituindo um desestímulo à busca por promoções na carreira, aspecto não observado na implantação da ação afirmativa”.

Como se observa, a hipótese principal (geral ou básica) pode ser acrescida por outras, que recebem a denominação de

complementares ou secundárias. Portanto, todo trabalho científico pressupõe a existência de um problema e de hipóteses, ainda que em alguns casos estes itens não estejam claramente explicados. Também é oportuno salientar que enquanto o problema é redigido na forma interrogativa, as hipóteses são escritas de forma afirmativa.

Para que se entenda melhor a relação entre a pesquisa, o problema e a hipótese, destaco o pensamento de Christian Laville e Jean Dionne, que afirmam:

[...] o pesquisador é alguém que, percebendo um problema em seu meio, pensa que a situação poderia ser melhor compreendida ou resolvida, caso fossem encontradas explicações ou soluções para a mesma. Pensando dessa forma, já dispõe, em geral, de uma pequena ideia a respeito das explicações ou soluções plausíveis: algumas hipóteses (Laville; Dionne, 1999, p. 11. grifos dos autores).

Destacam, ainda, que:

Chegar a possíveis explicações ou soluções para um problema pode significar não apenas aquisição de novos conhecimentos, mas, também, favorecer uma determinada intervenção. Um problema é sempre uma falta de conhecimento (Laville; Dionne, 1999, p. 11. grifos nossos).

Finalmente, dependendo da natureza da pesquisa (notadamente nas abordagens quantitativas), no item do objeto ainda é necessário acrescentar as variáveis e a relação entre as variáveis.

b) Desenvolvimento

O desenvolvimento, também denominado de revisão da literatura também, quadro teórico, fundamentação teórica, marco teórico ou antecedentes bibliográficos detalha a pesquisa ou estudo realizado. É o levantamento das publicações mais relevantes na área, que serve de base à investigação do trabalho proposto. O desenvolvimento não é uma simples transcrição de pequenos textos, mas uma discussão sobre as ideias, fundamentos, problemas, sugestões dos vários autores pertinentes e selecionados, demonstrando que os trabalhos foram efetivamente examinados e criticados. Para realizar o levantamento, o usuário deve ter conhecimento das várias fontes documentais disponíveis. Assim, resumidamente, pode-se afirmar que a principal finalidade da revisão da literatura é ressaltar a necessidade do estudo e auxiliar na interpretação dos resultados.

Metodologia

Em algumas áreas de conhecimento mais técnicas, a metodologia carece de um detalhamento mais adequado para além do que foi apresentado de forma mais sucinta no resumo ou na introdução. Nesse caso, é possível escrever um breve capítulo no desenvolvimento para abordar a metodologia de forma mais detalhada. Nas áreas técnicas, esse capítulo pode ser denominado de Material e Métodos ou Procedimentos Metodológicos.

Também tenho observado, com pouca frequência, a denominação desta parte do trabalho acadêmico técnico e/ou científico como *Desenho* Metodológico. A metodologia deve observar a sequência cronológica do desenvolvimento do trabalho, devendo o autor demonstrar capacidade de síntese e de clareza.

A especificação da metodologia pelo autor é de absoluta pertinência. Na metodologia, o autor deve apresentar o tipo de

pesquisa que desenvolverá, bem como os métodos (procedimentos mais amplos de raciocínio) e as técnicas (procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, através de instrumentos adequados).

Quando acompanhamos o cotidiano das pesquisas científicas, compreendemos a complexidade das atividades de caráter operacional e técnico. O pesquisador, a depender de cada área de estudo, se depara com uma infinidade de equipamentos, variados procedimentos de observação, de coleta de dados, de registro de resultados, de catalogação de documentos, de cálculos estatísticos, de tabulações qualitativas, de questionários, de entrevistas, enfim, de múltiplas possibilidades seguir na trilha científica. No entanto, esse conjunto de possibilidades de técnicas, de procedimentos e de instrumentos utilizados na pesquisa científica, não é aleatório.

Pelo contrário, segue um prévio e cuidadoso plano definido, quase sempre, entre o orientador e o orientando, em função de um método, claramente especificado alicerçado, por sua vez, num fundamento epistemológico que o sustenta.

Nesse sentido, é pertinente registrar as palavras de Severino (2012, p.100), quando enfatiza: “A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”.

Assim, é pela metodologia que se delimitam os caminhos da ciência que é caracterizada pela utilização de procedimentos padrões, feita de forma coerente e organizada. A metodologia é uma espécie de manual que irá indicar o que deve ser feito para se realizar uma pesquisa científica.

É a metodologia, com suas etapas seguidas com rigor, que se cria um padrão sistemático e organizado no desenvolvimento da pesquisa. É assim que o pesquisador formula uma teoria para o fenômeno observado. A pesquisa é considerada confiável e criteriosa, quando a aplicação dos procedimentos metodológicos

permite a indefinida repetição – esse é o fundamento da confiabilidade dos resultados.

A metodologia é a explicação detalhada, rigorosa e minuciosa da ação desenvolvida no método do trabalho científico. E o método é o caminho percorrido na busca do conhecimento, conforme se observa na própria origem etimológica do termo. Método deriva do Grego *Méthodos* que significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim”.

Assim, a metodologia pode ser entendida como a base de sustentação da pesquisa, explicando o tipo de pesquisa, as técnicas utilizadas, os instrumentos adotados, o tempo da pesquisa, a equipe envolvida, os meios para coleta de dados, as formas de análise dos dados, entre outros detalhes, importantes para se compreender os caminhos percorridos na pesquisa.

Deu para entender? Com esse resumo conceitual do método científico, vamos avançar, caracterizando os métodos de abordagem e os métodos de procedimentos. Para tanto, vamos pensar na construção de uma casa.

Você pode começar a construção de uma casa pelo telhado? Certamente, quem conhece, minimamente, as etapas de uma construção de casa, vai responder, prontamente:

- Não. A construção de uma casa começa pela base, também chamada de “alicerce”.

Pois bem, o alicerce está para a casa, assim como o método de abordagem está para a pesquisa científica. Portanto, o método de abordagem nada mais é do que o método que vai servir de alicerce para sua pesquisa – é a base do próprio método científico. Logo, o método de abordagem é o caminho que você vai trilhar para alcançar o objetivo geral enunciado na sua pesquisa científica. Ou seja, é o método científico que você vai utilizar para, a partir do problema

de pesquisa proposto, das hipóteses formuladas e dos objetivos enunciados, alcançar os resultados esperados. Em outras palavras: o método de abordagem é o alicerce lógico que fundamenta o seu pensamento, visando a solução do problema de pesquisa.

Outra pergunta:

A construção da casa finaliza com o alicerce?

Certamente, a resposta é negativa. A construção da casa pressupõe a realização de outras etapas, por exemplo: subir as paredes, colocar a laje, fazer os revestimentos de cimento, trabalhar no acabamento, etc.

Essas diversas etapas, existem múltiplos procedimentos, concorda?

Na pesquisa, uma vez definido o método de abordagem, as demais etapas exigem a adoção dos métodos de procedimentos. Assim, se pode afirmar que, geralmente, a pesquisa tem apenas um método de abordagem de finalidade mais ampla, associado ao objetivo geral. Mas, pode ter, por outra parte, diversos métodos de procedimentos, combinados e articulados, associados às finalidades mais restritas. Portanto, intimamente relacionados com os objetivos específicos.

O método de abordagem responde: “o que fazer?” - dimensão fundante do pensamento lógico (científico);

Os métodos de procedimentos respondem: “como fazer?” - dimensão operacional de aplicação do método de abordagem.

Considerando que este não é um livro de Metodologia Científica, não vou apresentar, de forma profunda e detalhada, os métodos de abordagem e, nem tão pouco, os métodos de procedimento. Irei, tão somente, identificá-los, fazendo uma breve

conceituação, a fim de despertar a curiosidade do leitor que poderá encontrar as bases mais fundantes do tema na literatura especializada – vasta e qualificada. Portanto, a especificação da metodologia deve contemplar:

- **O Método de Abordagem adotado:** conforme assevera Gil (1999, p. 27): “os métodos de abordagem esclarecem acerca dos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade”.

Portanto, constituem os métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação.

A adoção de um ou outro método de abordagem depende de muitos fatores: da natureza do objeto da pesquisa, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e, sobretudo, da inspiração filosófica do pesquisador (Gil, 1999, p. 27). Os principais métodos de abordagem são o dedutivo, o indutivo, o hipotético-dedutivo, o dialético e o fenomenológico. Apesar de não ser objetivo primordial deste livro, vamos apresentar de forma sucinta algumas considerações sobre os métodos de abordagem, sintetizadas a partir dos aprofundamentos de Andrade (2010) e de Lakatos e Marconi (2011), a saber:

- a) Método dedutivo: é aquele que por meio de uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, faz um caminho partindo do geral para o particular, chegando à conclusão. Ou seja, partindo-se de teorias ou leis gerais (todo), é possível chegar à determinação ou previsão de fenômenos particulares (partes), por exemplo:

Todo homem é mortal (geral ou todo); João é homem (particular ou parte);

Logo, João é mortal (conclusão).

- b) Método indutivo: é aquele que segue o caminho inverso do método dedutivo, ou seja, por meio de uma cadeia de raciocínio estabelece uma conexão ascendente, partindo do particular (parte) para o geral (todo). Portanto, neste caso, as constatações particulares é que levam às teorias ou leis, por exemplo:

O ferro conduz corrente elétrica (particular ou parte); O cobre conduz corrente elétrica (particular ou parte); O ouro conduz corrente elétrica (particular ou parte);

Logo, todos os metais conduzem corrente elétrica (geral ou todo).

- c) Método Hipotético-dedutivo: é o método historicamente relacionado com a experimentação, sendo considerado lógico por essência. Por esta razão, é o método mais utilizado nas pesquisas das ciências naturais. É importante destacar que a semelhança do método indutivo, este método também é fundamentado na observação. No entanto, a diferença básica é que o método indutivo se limita à generalização empírica das observações realizadas, enquanto que o método hipotético-dedutivo vai mais além, podendo chegar à construção de teorias e leis.
- d) Método dialético: é aquele que busca penetrar no mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre tanto nos fenômenos quanto na sociedade. Dessa forma, o método dialético é contrário a todo conhecimento

rígido, considerando que à luz da dialética, tudo é visto em constante mudança.

- e) **Método Fenomenológico:** é uma abordagem de pesquisa (e, originalmente, uma escola filosófica, a Fenomenologia, proposta por Edmund Husserl) que se concentra na descrição rigorosa e na compreensão da essência dos fenômenos tal como eles se manifestam diretamente à consciência ou à experiência de um sujeito. Na prática, temos observado que o método de abordagem não é devidamente explicitado no corpo teórico da metodologia. Portanto, optamos por afirmar que esta explicitação é facultativa e depende da natureza da pesquisa e do interesse do pesquisador.
- **Os Métodos de Procedimentos:** correspondem às etapas mais concretas da investigação e têm por objetivo proporcionar ao pesquisador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão da pesquisa. Nem sempre um método de procedimento é adotado rigorosa e exclusivamente numa pesquisa. Com bastante frequência, o pesquisador pode utilizar mais de um método de procedimento, uma vez que nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem implementados durante a pesquisa.

Diferentemente dos métodos de abordagem, os de procedimento devem estar devidamente enunciados na metodologia do trabalho.

Entre os métodos de procedimento mais estudados, destacamos: o experimental, ou observacional, o comparativo, o causal-comparativo, o estatístico, o clínico, o monográfico, o histórico, o descritivo, o funcionalista, e estruturalista e o etnográfico. Além dos métodos, conforme o caso, na metodologia, também

deve se apresentar os itens correspondentes à parte prática de coleta de dados (as técnicas e os instrumentos de coleta de dados).

Para o iniciante na pesquisa, também é importante conhecer os tipos de pesquisa científica. Este conhecimento prévio, inclusive, ajuda na definição do trabalho, evitando perdas de energia, de tempo e até de gastos. Ainda recorrendo aos estudos apresentados por Salomon (2010), as pesquisas podem ser graduadas em:

- a) Pesquisas exploratórias e descritivas: “são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis [...] b) Pesquisas aplicadas: são as que se destinam a aplicar leis, teorias e modelos, na solução de problemas que exigem ação e/ou diagnóstico de uma realidade (geográfica, social, econômica, política etc.). [...] c) Pesquisas puras ou teóricas: cujo objetivo é ir além da simples definição e descrição do problema. A partir da formulação de hipóteses claras e específicas, aplicação do método científico de coleta de dados, controle e análise, procuram inferir a interpretação, a explicação e a predição [*sic*].

Apresentação e Discussão dos Resultados

Também é comum, ainda no contexto do desenvolvimento, a inclusão de um capítulo de apresentação e discussão dos resultados, em que o autor deve apresentar os resultados do seu trabalho de pesquisa, estabelecendo, quando possível, eixos de conexão com as bases teóricas que deram alicerce ao trabalho. Para facilitar a leitura e a compreensão, achamos pertinente fazer a discussão ou a análise dos resultados concomitantemente com a apresentação destes, ou seja, constituindo um único capítulo. Esta sugestão evita

a repetitividade ou certa redundância quando são apresentados os resultados e sua discussão em capítulos distintos.

No caso de pesquisas de natureza quantitativa ou qualitativa/quantitativa, para maior facilidade de exposição, os resultados obtidos podem ser acompanhados por tabelas, gráficos, figuras etc. Deve-se evitar, no entanto, a repetição das mesmas informações em gráficos e tabelas. Sugerimos que estes instrumentos sejam colocados no corpo do próprio capítulo da apresentação e discussão dos resultados e não entre os apêndices, uma vez que ao colocá-los entre os apêndices se estabelece uma maior dificuldade para o leitor, que deverá constantemente (ao se fazer referência a uma tabela, por exemplo) ir aos apêndices e retornar ao corpo do capítulo dos resultados.

Quanto aos dados quantitativos, é oportuno destacar a importância da análise estatística (descritiva ou experimental) como instrumento essencial na interpretação dos dados. Recomenda-se que a discussão seja uma objetiva consideração dos resultados apresentados e conduza às principais conclusões. Neste item, o autor tem maior liberdade de expressão, o que coloca em evidência a sua formação intelectual.

Na discussão dos resultados, o autor deve:

- relacionar causas e efeitos;
- estabelecer, a partir da pesquisa, a dedução das generalizações e princípios básicos;
- elucidar contradições, teorias e princípios relativos ao trabalho;
- indicar a aplicabilidade dos resultados obtidos e suas limitações;
- elaborar, se possível, uma teoria para justificar os resultados obtidos;

- sugerir novas pesquisas, a partir das experiências adquiridas no desenrolar do trabalho, visando sua implementação;
- colocar em discussão o tema, problema, hipóteses e variáveis.

No final da discussão, o autor deve evidenciar:

- a) nas dissertações – seu conhecimento da literatura existente sobre o assunto e a sua capacidade de sistematização;
- b) nas teses – sua contribuição original ao progresso da ciência.

c) Conclusão

A conclusão deve ser apresentada de maneira lógica, clara e concisa, fundamentada nos resultados e na discussão anteriormente abordada. Portanto, deve ser redigida de maneira precisa e categórica. O autor deve reafirmar de maneira sintética a ideia principal e os pormenores importantes do corpo do trabalho, respondendo à indagação levantada e aos objetivos do trabalho.

A conclusão não deve ser uma repetição da argumentação teórica já levada a cabo anteriormente e nem deve pormenorizar aspectos que já foram evidenciados na apresentação e discussão dos resultados, se for o caso. Portanto, na conclusão não se faz novo confronto entre o objeto do seu estudo e o que há na literatura especializada, face ao tema da pesquisa. É comum observar nos trabalhos acadêmicos técnicos e/ou científicos, os autores intitulam este capítulo como *considerações finais*. Tomando como referência as normas da ABNT, esta substituição é incorreta. Na finalização ou fechamento de um estudo ou de uma pesquisa acadêmica técnica e/ou científica não há espaço para *considerações finais*, que têm uma natureza genérica e subjetiva, de caráter mais opinativo.

1.2.1.2.3. Elementos do Pós-texto ou Parte Referencial

Incluem-se aqui as referências, o glossário, o(s) apêndice(s), o(s) anexo(s) e o(s) índice(s).

a) Referências

As referências reúnem um conjunto de informações precisas e suficientemente detalhadas, que permitem a identificação do documento no todo ou em parte. A ordenação das referências deve obedecer ao sistema de chamada adotado no texto. Devem constar desta lista apenas os trabalhos consultados e mencionados no texto. Os trabalhos não publicados só devem ser incluídos se já aceitos para publicação.

É comum observar que alguns autores, sem se aterem às regras de normalização técnica, intitula esta parte do trabalho acadêmico técnico e/ou científico como *referências bibliográficas*. À luz das regras da ABNT, trata-se de uma incorreção. Aliás, não passa de uma redundância, afinal, você faz referências de autores utilizados no texto, ou seja, faz referência à bibliografia consultada.

No que se refere aos requisitos para a elaboração de uma referência, há muitas divergências entre os autores. No entanto, a tendência atual é a de tomar como referência as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 6023:2025 e NBR 10520:2023.

b) Glossário

Elemento opcional, elaborado em ordem alfabética.

c) Apêndice(s)

Elemento opcional que consiste em um texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação. As folhas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal. Havendo mais de um apêndice, sua identificação deve ser sequencial, com letras maiúsculas consecutivas, seguidas de travessão e dos respectivos títulos. Excepcionalmente, utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos apêndices, quando esgotadas as 23 letras do alfabeto.

Exemplo:

Apêndice A -

Apêndice B - ...

d) Anexo(s)

Elemento opcional, que consiste em um texto ou documento não elaborado pelo autor, mas que serve de fundamentação, comprovação ou ilustração. As folhas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal. No caso da existência de mais de um anexo, a sua identificação deve ser feita por letras maiúsculas, seguidas de travessão e dos respectivos títulos. Excepcionalmente, utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as 23 letras do alfabeto.

Exemplo:

Anexo A -

Anexo B -

e) Índice(s)

Elemento opcional, elaborado conforme a norma ABNT NBR 6034:2005.

1.2.1.3. Informações Complementares

O texto pode ser complementado, quando necessário, por:

- abreviaturas e siglas;
- equações e fórmulas;
- tabelas – para dados numéricos;
- figuras – para ilustrações;
- citações – para trabalhos consultados;
- notas de rodapé – para citar informações ou referir-se a trabalhos consultados.

a) Abreviaturas e Siglas

Nos trabalhos acadêmicos, é muito comum a utilização de abreviaturas ou siglas. É importante destacar que quando aparecem pela primeira vez no texto, deve-se colocar seu nome por extenso, seguido da abreviatura ou da sigla entre parênteses.

Exemplos:

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

b) Equações e Fórmulas

Devem aparecer bem destacadas do texto, de modo a facilitar a leitura. Caso seja necessário fragmentá-las em mais de uma linha, por falta de espaço, devem ser interrompidas antes do sinal de igualdade ou depois dos sinais de adição, subtração, multiplicação ou de divisão. Quando houver várias equações e fórmulas, devem ser identificadas por números consecutivos, colocados entre parênteses, na margem direita da linha.

Exemplo:

$$n^1b^1 = n^2b^2 = n^3b^3$$

c) Figuras, Tabelas e Quadros (regras gerais)

As figuras e tabelas devem aparecer tão perto quanto possível do lugar em que são mencionadas. Caso acarretem interrupção à sequência do texto, as figuras e tabelas podem ser apresentadas em forma de apêndices.

Figuras (Anexo E)

As figuras compreendem quadros, lâminas, plantas, fotografias, gráficos, organogramas, fluxogramas, esquemas, desenhos ou outras formas pictográficas necessárias à complementação e melhor visualização do texto. A identificação das figuras aparece na parte inferior, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto em algarismos arábicos e do respectivo título e/ou legenda explicativa e da fonte, se for o caso.

Como foi dito, pode haver uma única lista para todos os tipos de figuras ou uma lista para cada tipo. Neste último caso,

se necessário, pode-se atribuir designação e numeração individualizada. Alguns autores vinculam a numeração das figuras aos capítulos correspondentes.

Exemplos:

Figura 3.2 (indica a figura número 2 do Capítulo 3)

Gráfico 4.1 (indica o gráfico 4 do Capítulo 1).

Tabelas (Anexo F)

As tabelas são elementos demonstrativos de síntese que apresentam informações tratadas estatisticamente como, por exemplo, percentuais, média, medianas, entre outras. As tabelas devem ser apresentadas de forma clara e precisa. Têm a finalidade de sintetizar as observações e facilitar a leitura e compreensão do texto. Devem ser designadas como tabelas e numeradas consecutivamente com algarismos arábicos. Alguns autores vinculam a numeração das tabelas aos capítulos correspondentes. É recomendável que na elaboração das tabelas sejam observados os seguintes procedimentos:

- adotar normas de apresentação tabular - para maior uniformidade dos dados; facilitar a comparação dos dados, aproximando as colunas comparadas, quando for o caso;
- cuidar para que a tabela seja autoexplicativa;
- escolher o título de forma a ser o mais completo possível, com indicações claras e precisas de seu conteúdo;
- indicar a fonte de onde foram tirados os dados, quando for o caso;
- caso sejam utilizadas tabelas reproduzidas de outros documentos, é necessária a prévia autorização do autor.

Quanto aos aspectos formais, é importante observar:

- as tabelas têm numeração independente e consecutiva;
- o título é colocado na parte superior, precedido da palavra tabela e de seu número de ordem em algarismos arábicos;
- as fontes citadas e as notas eventuais aparecem no rodapé, após o fio de fechamento da tabela;
- se a tabela não couber em uma folha, deve ser continuada na página seguinte. Nesse caso, não é delimitada por um traço horizontal na parte inferior e tanto o título quanto o cabeçalho são repetidos na folha seguinte;
- utilizar fios horizontais e verticais para separar os títulos das colunas no cabeçalho e fechá-las na parte inferior (evitar fios verticais para separar colunas e fios horizontais para separar as linhas).

Quadros (Anexo G)

Compreendem ilustrações com informações qualitativas (geralmente textuais) dispostas em linhas e/ou colunas, cuja estrutura gráfica caracteriza-se por serem fechadas nos seus quatro lados. Quanto ao título e às notas de rodapé, utilizam-se para os quadros os critérios adotados para as figuras, uma vez que os quadros, segundo a Norma da ABNT NBR 14724:2024, também são uma espécie de figura.

Citações e Sistemas de Chamada

2.1 As Citações

As citações além de demonstrarem a profundidade da pesquisa, são importantes para enriquecer o trabalho e dotar a construção argumentativa do pesquisador de maior consistência.

É importante destacar que, apesar da importância anteriormente enunciada, não se deve abusar nas citações, evitando-se que o trabalho se torne uma “colcha de retalhos” em que predomina muito mais o pensamento dos outros autores do que o argumento pessoal do autor da dissertação ou da tese. Assim, o autor pode utilizar este recurso para mencionar as fontes das informações obtidas e indicar, no texto, a documentação que serviu de base à pesquisa. Nesse sentido, destaca Severino (2000, p. 106-107):

As citações são os elementos retirados dos documentos pesquisados durante a leitura de documentação e que se revelam úteis para corroborar as ideias desenvolvidas pelo autor no decorrer do seu raciocínio. Tais citações são transcritas a partir das fichas de documentação, podendo ser transcrições literais ou então apenas alguma síntese do trecho que se quer citar (Severino, 2000) [*sic*].

2.1.1 Formas de Citações

De acordo com a ABNT NBR 10520:2023 - segunda edição, a citação é uma menção ou referência no texto de uma informação

extraída de outra fonte. Como regras gerais, as citações devem permitir sua correlação na lista de referências ou em notas, devendo ser elaboradas conforme ABNT NBR 6023.

As citações classificam-se em:

- a) Citação Direta ou Transcrição** – é a transcrição exata de palavras ou de um trecho (aquilo que se convencionou chamar de *ao pé da letra*) de um autor, respeitando-se rigorosamente a redação, ortografia e pontuação, adotadas pelo autor.

No caso de citações textuais curtas (de no máximo três linhas), a reprodução textual deve aparecer entre aspas e incorporada no próprio corpo do parágrafo.

Exemplo 1:

Conforme assevera Severino (2000, p. 106): “As citações são os elementos retirados dos documentos pesquisados durante a leitura da documentação [...]”

Exemplo 2:

Ao falar das suas reflexões, o poeta destaca: “As ondas que perdiam a força à medida que banhavam meus pés, apagavam marcas pretéritas deixadas por mim na areia [...]” (Guimarães, 2019, p.30).

Exemplo 3:

Na citação:

De acordo com Guimarães (2019, p.79): “A almejada felicidade não é uma conquista de fim de caminhada. A felicidade é conquista de múltiplos momentos na trilha da vida”¹

Na nota:

- ¹ GUIMARÃES, Flávio Romero. **Diálogos Silenciosos**. Campina Grande: LATUS, 2019. 334 p.

É importante destacar que, quando na citação já existir uma palavra entre aspas, estas devem ser transformadas em apóstrofos ou aspas simples.

Quando a citação literal possuir mais de três linhas (citações longas) deve ser destacada em parágrafo próprio, não se utilizando aspas duplas.

Nesse caso, o destaque da citação será feito pela diminuição no tamanho da letra (tamanho 10), pelo recuo do parágrafo da margem esquerda (4 cm), pelo alinhamento à direita (justificado) e pelo espaçamento em espaço simples.

Exemplo:

Conforme assevera Severino (2000, p.106):

As citações são os elementos retirados dos documentos pesquisados durante a leitura da documentação e que se revelaram úteis para corroborar as ideias desenvolvidas pelo autor no decorrer do seu raciocínio. Tais citações são transcritas a partir das fichas de documentação, podendo ser transcrições literais ou então apenas alguma síntese do trecho que se quer citar. Em ambos os casos, é necessário indicar a fonte, transpondo os dados já presentes na ficha (Severino, 2000) [*sic*].

- b) Citação Indireta ou Paráfrase** – é transcrição não literal das palavras de um autor, em que se reproduzem fielmente as ideias do documento original, com uma redação própria ou pessoal. Neste caso, se dispensa o uso de aspas duplas.

Exemplo:

Segundo Severino (2000), citações são elementos extraídos do material consultado, que denotaram importância para o desenvolvimento do trabalho do autor.

a) Citação de Citação – é a menção de um documento ao qual não se teve acesso direto. No texto deve ser indicado o sobrenome do(s) autor(es) do trabalho original, não consultado, seguido da preposição latina *apud* e do sobrenome do(s) autor(es) da obra consultada, seguido do ano da publicação e de acordo com o sistema de chamada escolhido.

Exemplos:

Segundo Sánchez, Santiago-Alvarez (1995 *apud* Guimarães, 1996) [...]

(Sánchez, Santiago-Alvarez, 1995 *apud* Guimarães, 1996, p. 67).

Destaca-se, por oportuno, que este tipo de citação deve ser evitado ao máximo, uma vez que a obra final ou original não foi consultada pelo autor e há sempre o risco de má interpretação ou de incorreções. Em todo caso, os dados do documento original devem ser sempre mencionados em nota de rodapé, enquanto que os dados da obra consultada serão colocados nas referências (no final do capítulo ou do trabalho).

Exemplo:

No texto:

Segundo Davydov¹ (1997 *apud* Carneiro, 2000) cada disciplina constitui uma singular projeção do conhecimento científico no plano da assimilação, tendo as suas regularidades determináveis pelos fins do ensino, às peculiaridades assimilativas, o

caráter e as possibilidades das atividades psíquicas dos alunos e outros fatores – elementos que as universidades devem considerar ao organizarem o conhecimento sob eixos estruturantes.

No Rodapé:

- ¹ DAVYDOV, V.V.V. *Tipos de generalización en la enseñanza*. Havana: Ed. Pueblo y Educación. 1981, p. 6.

Na Referência Final:

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 134 p.

AMADO, Frederico. *Direito Ambiental Esquematizado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. 826 p.

Quando no corpo de uma passagem citada literalmente se encontre algo que julgue estar incorreto ou lhe chame a atenção, causando-lhe estranheza, coloca-se logo em seguida à palavra um [*sic*], dessa forma fica claro que a palavra estava escrita no texto de origem tal e qual foi citada. No caso de se fazer uma citação omitindo trechos incluídos na passagem citada, procede-se de duas formas:

- a) No caso das supressões de texto, usam-se reticências, entre colchetes, quando se omitem trechos no início ou no final da transcrição.

Exemplo:

[...] Santo Agostinho desenvolve um pensamento de grande originalidade, retomando temas centrais da filosofia de Platão, como a reminiscência, o dualismo, a natureza do Bem, e interpretando-os à luz da doutrina cristã (Marcondes, 1999, p. 59).

b) Usam-se reticências, entre colchetes, quando o texto omitido (suprimido) encontra-se no meio da passagem transcrita.

Exemplo:

Nas **Confissões**, escritas entre 397 e 401, Agostinho apresenta um relatório gráfico de sua existência [...]. Trata-se de uma obra em estilo confessional, pode-se dizer quase existencial, dada a ênfase em sua experiência pessoal (Marcondes, 1999, p. 59, grifo próprio).

Quando se pretende enfatizar uma passagem de uma transcrição literal, deve-se destacá-la (em negrito, itálico ou em grifo). Concluída a transcrição, a ênfase pessoal, que serviu de destaque, deve ser assinalada com a expressão *grifo nosso*, colocada entre parênteses, após a devida citação.

Exemplo:

Não podemos esquecer que a maioria dos casos de dependências às drogas não se iniciou com o consumo de heroína, por exemplo, e sim, com drogas de maior disponibilidade e menor custo, como o álcool, o tabaco, as substâncias inalantes, para citar apenas algumas (Fernandes; Brandão; Pereira, 1999, p. 23, grifo nosso).

Caso o destaque seja do autor consultado, usa-se a expressão grifo do autor. Em caso de tradução de texto em língua estrangeira, acrescenta-se o termo tradução nossa, conforme exemplo abaixo:

O Conselho Europeu de Copenhague (12 e 13 de dezembro de 2002) concluiu as negociações de ampliação para dez novos Estados, avançando para “uma Europa”. Este fato recebeu

muita atenção por parte dos meios de comunicação porque tem especial importância, pelo menos desde o ponto de vista teórico, por ser um processo de inovação política gerado nos últimos dois anos e que, no entanto, está passando despercebido (Luzarraga, 2003, p. 13, tradução nossa).

Feitas estas considerações, como reforço do conteúdo, é importante remeter o leitor às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10520:2023 que trata especialmente da apresentação de citações em documentos.

2.1.2 Sistema de Chamada

De acordo com a norma NBR 10520:2023: “As citações devem ser indicadas no texto por um sistema numérico ou autor-data [...] Qualquer que seja o método adotado, deve ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho”.

Portanto, cabe ao pesquisador optar por uma das formas de sistema de chamada, a saber:

a) sistema numérico:

Neste sistema de chamada, as citações devem ter uma numeração única e consecutiva (para todo o documento ou por capítulo). Ainda que não seja incorreto, deve-se evitar reiniciar a numeração das citações a cada página. A numeração no texto pode ser feita entre parênteses, entre colchetes ou situada pouco acima da linha do texto (sobrescrito), situada após a pontuação que encerra a citação.

No sistema numérico, a numeração da fonte consultada deve ser consecutiva, em algarismo arábico, remetendo à lista de

referências ao final do documento, do capítulo ou da parte, na mesma ordem que aparece no texto. A numeração não pode ser reiniciada a cada página.

Veja os exemplos:

Ao comentar o Art. 45 da LDB, Carneiro assevera:

A educação é, por essência, tarefa pública. Mesmo quando oferecida por instituição privada, esta é permissionária de um serviço público. Daí, a obrigação de o Estado acompanhar a qualidade deste serviço e avaliar os resultados. No caso do ensino superior, a própria LDB estabelece, no Artigo 9º, inciso VI, a responsabilidade de a União, sob regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar.⁽¹⁾

A educação é, por essência, tarefa pública. Mesmo quando oferecida por instituição privada, esta é permissionária de um serviço público. Daí, a obrigação de o Estado acompanhar a qualidade deste serviço e avaliar os resultados. No caso do ensino superior, a própria LDB estabelece, no Artigo 9º, inciso VI, a responsabilidade de a União, sob regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar.^[1]

A educação é, por essência, tarefa pública. Mesmo quando oferecida por instituição privada, esta é permissionária de um serviço público. Daí, a obrigação de o Estado acompanhar a qualidade deste serviço e avaliar os resultados. No caso do ensino superior, a própria LDB estabelece, no Artigo 9o, inciso VI,

a responsabilidade de a União, sob regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar.¹

A numeração que foi atribuída à passagem citada, será relacionada com a respectiva nota de rodapé, que deve ser separada do corpo do texto da lauda e figurar na própria página em que for feita a chamada, utilizando-se caracteres menores do que os usados no texto.

Observe o exemplo da citação do trecho do professor Moaci Carneiro:

¹ CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 127.

b) sistema autor-data:

No sistema autor-data, a indicação da fonte bibliográfica é feita pelo sobrenome do autor, pelo nome da instituição responsável ou, ainda, pelo título de entrada, seguido da data de publicação do documento, separados por vírgula e entre parênteses.

Observe os exemplos:

Ao comentar Art. 53 da LDB, que trata do exercício da autonomia pelas universidades, Carneiro (2000, p.137) assevera que:

A detentora da autonomia é a comunidade acadêmica a quem cabe a autogestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estas são viabilizadas pela autonomia administrativa e de gestão financeira [...]. Por fim, convém compreender que o conceito de autonomia é igualitário para as instituições públicas e para as instituições privadas. Afinal, o conceito de universidade é o mesmo para uma e outra (Carneiro, 2000).

Neste exemplo, colocou-se o ano da publicação e a página, uma vez que o autor foi citado na sentença. Caso não fosse citado, a referência ao autor viria antes do ano de publicação.

Vejamos:

Em estudo recente sobre a LDB (Carneiro, 2000) se discute a questão da autonomia da universidade [...].

É importante destacar que tanto no sistema numérico, quanto no autor-data, as entradas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas, inclusive quando estiverem entre parênteses.

Exemplos:

O casamento, portanto, é um ato que diz respeito à sociedade como um todo e não somente aos nubentes, conforme esclarece Melo (2001).

O casamento é um ato que não diz respeito apenas aos nubentes, mas à sociedade como um todo. Trata-se de algo de interesse público. Daí por que cabe ao Estado acompanhar e supervisionar a sua realização, para verificar se o mesmo atende às condições exigidas para tal. Cada país estabelece, soberanamente, as condições para que um seu nacional ou estrangeiro contrair validamente matrimônio em seu território (Melo, 2001, p. 165).

No caso em que houver coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data de edição (ano de publicação), deve-se acrescentar

as iniciais dos seus prenomes após o sobrenome, antecedido de vírgula e seguido de ponto e vírgula.

Exemplo:

(Guimarães, F., 1996)

(Guimarães, A., 1996)

As citações de diversos documentos de um mesmo autor, publicadas em um mesmo ano, serão distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas após a data e sem espaçamento, conforme o seguinte exemplo:

(Fernandes, 1999a)

(Fernandes, 1999b)

Forma Técnica de Registros Bibliográficos

3.1. Elaboração das Referências

Neste capítulo, destaco alguns aspectos sobre a forma técnica de elaboração de registros bibliográficos, geralmente dispostos no final do documento ou de cada capítulo. Nas referências se mencionam apenas os autores efetivamente consultados e devem ser elaboradas de acordo com o sistema de chamada escolhido.

Apresento aos leitores as informações ou diretrizes básicas com vistas à elaboração de uma referência. Ressaltamos, no entanto, que tomamos por base as Normas da ABNT NBR 6023:2025 e NBR 10520:2023. Portanto, os exemplos se atêm aos mais comumente utilizados pelos alunos de graduação e de pós-graduação na elaboração de seus trabalhos monográficos. Na sequência, apresenta-se alguns exemplos de referências:

3.1.1 Monografias no Todo (livro, folheto, trabalho acadêmico, manual, guia, catálogo, dicionário etc.)

Exemplos:

a) Livros

FERNANDES, A.; GUIMARÃES, Flávio R.; BRASILEIRO, Maria do Carmo E. (Orgs.). *O fio que une as pedras: a pesquisa*

interdisciplinar na pós-graduação. São Paulo: Biruta, 2002. 161 p. ISBN 85.88159-03-1.

GUIMARÃES, Flávio R. *(Ins)pirações*. Campina Grande: Latus, 2014. 322p. ISBN978.85.63984-36-4.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. 184 p. ISBN 85-7110-520-0.

b) Trabalhos Acadêmicos de Conclusão de Curso de Graduação

CAVALCANTE, Jéssica P. S. *Impacto social da Emenda Constitucional nº 72. De 02 de abril de 2013, no mercado de trabalho: a realidade do município de Campina Grande – Paraíba*. 2016. 22 f. Artigo (graduação em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

ROCHA, Renata de Andrade C. P. *As doenças periodontais e a sua relação com a dieta e distúrbios cardiovasculares em idosos na cidade de Campina Grande - PB*. 2002. 36 f. Monografia (especialização em Saúde Coletiva). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002.

SOARES, Luisa de Marillac. R. *Profissionais da educação infantil e suas representações de educação e educador*. 1999. 47 f. Monografia (Especialização em Educação: Formação do Educador) - Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 1999.

c) Dissertação

AMORIM, Mércia Marisia N. *Igualdade entre os sexos na ordem constitucional brasileira*. 2002. 310 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal do Ceará/Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002.

PRATES, Paula Licursi. *Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas*. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, 2007.

d) Tese

MIRANDA, Severiano Antônio A. *La nueva regulación del trabajo del hogar familiar en Brasil: Estudio de la Enmienda Constitucional 72/2013*. 2016. 375 f. Tese (Doutorado em Direito) – *Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca*, Salamanca, Espanha, 2016.

SILVA, Silvio Fernandes da. *Municipalização da saúde e poder local: sujeitos, atores e políticas*. 2001. 288 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

3.1.2 Parte de Monografia (inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor(es) e/ou título próprios)

a) Parte de Coletânea

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. In: JANTSCH, A.P.;

BIANCHETTI, L. (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 11-49.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes B. Escola pública: de utopia de igualdade a bem de mercado. In: MARTIN. Sebastián S.; SWARNAKAR, Sudha (Orgs.). *Educação e literatura em tempo de globalização*. Campina Grande: EDUEP, 1999. p. 57-86.

b) Capítulo de Livro

SAVIANI, Demerval. A trajetória da nova LDB. In: *A Nova Lei da Educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 35-188.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mari Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 63-92.

3.1.3 Publicação Periódica como um Todo

a) Coleção de Revista

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995-2000. Trimestral. ISSN 1413-1439.

REVISTA DO UNIPÊ. João Pessoa: Ed. Universitária, 2000 - 2002. Trimestral. ISSN 1414-3194.

3.1.4 Partes de Publicação Periódica (volume, fascículo, caderno ou outras)

a) Fascículo de Revista

ROTEIRO: REVISTA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Campina Grande: Eduerp. a. VII, n. 7, jun. 2000. 62 p.

REVISTA DIREITOS DIFUSOS. São Paulo: ADCOAS/IBAP. a. I, n. 5, fev. 2001. p. 555-697.

3.1.5 Artigo e/ou Matéria de Periódico

a) Artigo em Revista Institucional/Acadêmica

FERNANDES, A.; MANZANARES, M.; GUILLÉN. Os Conceitos de Biologia e sua sequência na primeira fase do 1º Grau: um estudo de caso. *Ciências Humanas – Revista da Universidade de Taubaté*, Taubaté, ano III, v. 3, n. 1, p. 31-38. jan./jun. 1997.

MACHADO, Edna Moreira de Lima. O princípio da responsabilidade pessoal: uma garantia constitucional do *Status Libertatis*. *Revista do Curso de Direito*. Associação do Ensino Unificado do Distrito Federal, Brasília, v. 2, n. 2. p. 87-99. jul./dez. 2001.

b) Artigo em Revista Científica

GUIMARÃES, F. R.; VARGAS-OSUNA, E.; MARACAJÁ, P. B.; SANTIAGO-ALVAREZ, C. Presencia de *Spodoptera exigua* Hb. (Lepidoptera: Noctuidae) y sus agentes bióticos asociados en la provincia de Córdoba. *Boletín Sanidad Vegetal. Plagas*. Madrid, v. 21, n. 4, 4º Trimestre, p. 641-646. 1995.

VÁZQUEZ, Ángel; MANASSERO, Maria A. Característica del conocimiento científico: creencias de los estudiantes. *Enseñanza de las Ciencias: Revista de investigación y experiencias didácticas*. Barcelona, v. 17, n. 3, nov., p. 377-395. 1999.

Observe que, nos dois exemplos, o destaque é dado à revista (pode ser com a letra em negrito ou com o tipo de letra em itálico).

3.1.6. Artigo e/ou Matéria de Jornal

a) Artigo de Jornal Diário

EVANGELISTA, João. Um grande ator. *A União*. João Pessoa, 27 abr. 2001. Folha Política, p. 4.

CRISPIM, Luiz Augusto. Coisas do circo. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 08 fev. 2003. Opinião, p. A-6.

3.1.7. Artigo, Matéria, Reportagem publicados em Periódicos, Jornais e outros, por Meio Eletrônico

a) Artigo em Revista

MAINARDI, Diogo. Tenho inveja de Amis. *Veja*, São Paulo, ano 34, n. 17, 2 mai. 2001. Disponível em: <<http://www.veja.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2001.

BOCK, Lia. Meu ombro direito. *Isto É*, São Paulo, n. 1737, 15 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2003.

b) Artigo de Revista Científica

MENIN, Maria S. De Stefano. Representações sociais de Justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades

de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 29 abr. 2001.

MENDES, Antônio Carlos; SILVA, Jefferson de Vasconcelos; DALLARI, Sueli Gondolfi. *Bioética e Direito*. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.cfm.org.br/revista/bio.1v5/biodireito.htm1>>. Acesso em: 28 fev. 2001.

c) Artigos sem Versão Impressa

BRAMANTE, Ivani Contini. *Prerrogativas processuais da fazenda pública e princípios da isonomia* [artigo científico]. 2002. Disponível em: <<http://www.genedit.com.br/2rdt/rdt81/estudo5-ivani.html>>. Acessado em: 22 mai. 2002.

TORRE, Mariani Melero de la. *La ética liberal como fundamentación política en Ronald Dworkin* [artigo científico]. 2003. Disponível em: <<http://www.serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/mariano.html>>. Acesso em: 05 fev. 2003.

3.1.8. Trabalhos Apresentados em Eventos Científicos

a) Resumo de Trabalho em Congresso ou similares

GUIMARÃES, F. R. et al. Expresión de infecciones latentes causadas por VPN (Baculovirus) en larvas de *Spodoptera exigua* (Hübner) (*Lepidoptera:Noctuidae*) sometidas a diferentes condiciones ambientales. In: JORNADAS CIENTÍFICAS, 6., 1997, Lleida. *Resumos...Lleida*: Sociedad Española de Entomología Aplicada, 1997, p. 121.

MADEIRA, Margot C.; MADEIRA, Vicente de Paulo C. Representações Sociais do Administrador Escolar para a

Comunidade Educativa. In: JORNADA INTERNACIONAL SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 2., 2001, Florianópolis. *Resumos...* Florianópolis: [s. n.], 2001. p. 77-78.

b) Trabalho Publicado na Íntegra em Anais ou Atas de Congresso ou similares

FERNANDES, A.; MANZANARES, M. Representaciones de los alumnos sobre Salud: el caso de los estudiantes de Magisterio. In: CONGRESO DE EDUCACIÓN PARA LA SALUD, 1., 1995, Sevilla. *Anais...* Sevilla: Ayuntamiento de Dos Hermanas, 1995. p. 275-280.

FERNANDES, A.; MANZANARES, Mercedes. A la recherche d'une base conceptuelle solide de la Biologie dans L'Éducation pour la Santé. In: REENCONTRES EUROPEENES DE DIDACTIQUE DE LA BIOLOGIE, 7., 1995, Montpellier. *Actes...* Montpellier: Université de Montpellier II, 1995. p. 81-88.

3.1.9. Autoria Pessoal

a) Único autor

JAPIASSU, Hilton. *A crise da razão e do saber objetivo*. São Paulo: Letras & Letras, 1996. 231p.

MOREIRA, Daniel A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002. 152 p.

b) Dois autores

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. *Temas para um projeto político-pedagógico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 176p.

CARNOY, Martin; LEVIN, Henry M. *Escola e trabalho no Estado Capitalista*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 350 p.

c) Três autores

SAMPAIO, J. J. C.; BORSOI, I. C. F.; RUIZ, E. M. *Saúde mental e trabalho em petroleiros de plataforma*. Fortaleza: FLA-CSO/EDUECE, 1998. 160p.

CINTRA, Antônio Carlos de A.; GRINOVER, Ada P.; DINAMARCO, Cândido R. *Teoria geral do processo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, 359 p.

d) Com quatro ou mais autores

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre *et al.* *Saber preparar uma pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 215 p.

FRIEDE, R. Reis *et al.* *Reflexões sobre o Direito doutrinário e positivo*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 1994. 121 p. 2

Quando houver indicação explícita de responsabilidade (individual ou coletiva) destacada da obra, como no caso de coletânea.

TRINDADE, Hégio (Org.). *Universidade em ruínas na República dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 224 p.

VALENTES, F. L. S. (Coord.). *Fome e desnutrição: determinantes sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 107 p.

FERNANDES, Aliana; GUIMARÃES, Flávio R.; BRASILEIRO, Maria do Carmo E. (Orgs.). *O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação*. São Paulo: Biruta, 2002. 161 p.

DURHAM, Eunice R.; SCHWARTZMAN, Simion (Orgs.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: EDUSP, 1992. 207 p.

Caso seja necessário, outros tipos de responsabilidade podem ser acrescentados, logo após o título, a exemplo dos documentos traduzidos ou adaptados:

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?*. Tradução de Ivette Braga. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991. 79 p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Adaptação de Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 340 p.

Observe que o registro da edição somente ocorre a partir da segunda. Quando existirem mais de três nomes exercendo o mesmo tipo de responsabilidade, aplica-se o que foi anteriormente recomendado para mais de três autores.

3.1.10. Autor Entidade

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

UNIVERSIDADE LUSÍADA. *Os descobrimentos e a expansão portuguesa no mundo*. Lisboa, 1996. 541p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 50., 1998, Salvador. *Resumos...* Salvador: ABEn, 1998.

Conforme disposto na norma da ABNT 6023, quando a entidade tem uma denominação genérica, seu nome é precedido pelo nome do órgão superior ou pelo nome da jurisdição geográfica a que pertence, por exemplo:

BRASIL, Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. 2000, 393 p.

3.1.11. Exceções para Critérios de Entrada

Autores de nome espanhol ou hispano-americano. Nestes casos, o sobrenome paterno antecede o materno. Portanto, a entrada é feita pelo penúltimo sobrenome.

GARCÍA MÁRQUES, Gabriel. *Noticia de un secuestro*. Barcelona: Mondadori, 1996. 327 p.

VARGAS LLOSA, Mario. *La guerra del fin del mundo*. Barcelona: Plaza & Janés / Literaria. 1981. 531 p.

CABRERA INFANTE, Guillermo. *La ninfa inconstante*. Madrid: Galaxia Gutenberg. 2008. 288p.

a) Sobrenomes que Indicam Grau de Parentesco

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 189 p.

LIMA NETO, Francisco Vieira. Direitos humanos de quarta geração: saber pensar. *Conselho Federal de Medicina*, Brasília, a. 12, n. 95, p. 24, jul. 1998.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Juizados especiais federais cíveis e criminais*:

comentários à Lei 10.259, de 10.07.2001. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, 799 p.

3.1.12. Documentos Jurídicos

a) Legislação:

De acordo com a norma NBR 6023:2025 da ABNT, legislação compreende a Constituição, as emendas constitucionais, os textos legais infraconstitucionais, bem como as normas emanadas das entidades públicas e privadas, a exemplo dos atos normativos, as portarias, as resoluções, as circulares, as decisões administrativas, entre outros. Na citação de legislação consideram-se como elementos essenciais a jurisdição (ou cabeçalho da entidade quando se tratar de normas), título, numeração e data, ementa e dados da publicação.

Veja os exemplos:

Constituição Federal

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

Constituição Estadual

PARAÍBA. Constituição (1989). *Constituição do Estado da Paraíba*. João Pessoa, PB: Assembleia Legislativa, 1989.

Emenda Constitucional

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 32, de 11 de setembro de 2001.

Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial*

[da] *República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de setembro de 2001.

Medida Provisória

BRASIL. Medida provisória n.º 1.774-24, de 8 de abril de 1999. Acresce e altera dispositivos do Dec. Lei 3.365, de 21/06/41, e da Lei 8.629, de 25/02/93, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de abril de 1999.

Lei Ordinária

BRASIL. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e promove outras alterações. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de outubro de 2012.

Lei Complementar

BRASIL. Lei no 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção ao meio ambiente. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de dezembro de 2011.

Decreto

BRASIL. Decreto n.º 3.834, de 5 de junho de 2001. Regulamenta o art. 55 da Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona, e dá outras providências.

Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, a. 6, n. 23, p. 276-277, jul.-set., 2001.

Resolução

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução n.º 20.564, de 2 de março de 2000. Regulamenta a utilização das cédulas oficiais nas eleições de 2000. *Compêndio de Legislação Eleitoral*. TRE-PB, João Pessoa, PB, p. 323-325, 2000.

Código

BRASIL. *Código eleitoral*. Coordenação de Sandra Julien Miranda. São Paulo: Rideel, 2001

b) Jurisprudência (decisões judiciais):

A jurisprudência corresponde às súmulas, enunciados, acórdãos, sentenças e demais decisões judiciais. Os elementos essenciais de uma citação de jurisprudência são: jurisdição e órgão judiciário competente, título (natureza da decisão ou ementa) e número, partes envolvidas (se for o caso), relator, local, data e data da publicação.

Observe os exemplos:

Apelação Cível

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça. Poluição Sonora Ambiental. Ação civil pública. Dano reparado no curso da ação. Reconhecimento por parte da ré. Julgamento pelo mérito. Apelação Cível 138.594.5/0-00. Apelante: Igreja do Evangelho Quadrangular. Apelado: Ministério Público. Relator: Antônio Rulli. São Paulo, 9 de agosto de 2000. *Revista de Direito Ambiental*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, a. 6, n. 23, p. 365-367, jul.-set., 2001.

Súmula

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Súmula nº 20. A falta do nome do filiado ao partido na lista por este encaminhada à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 19 da Lei 9.096, de 19.9.95, pode ser suprida por outros elementos de prova de oportuna filiação. *Revista dos Julgados*. João Pessoa: TRE-PB, volume único, n. 4, p. 542, 2000.

c) Doutrina

Inclui toda e qualquer discussão técnica sobre questões legais, consubstanciadas nos diversos instrumentos de divulgação, tais como livros, artigos, monografias acadêmicas, *papers*, entre outros. Neste item não serão utilizados exemplos, uma vez que a forma de citação segue a mesma estrutura dos exemplos anteriormente referenciados (vide itens de 3.1.11 a. a 3.1.11 b.).

3.1.13. Patentes

a) Documento Original

ALLIED CHEMICAL CORPORATION, HECKLINGER, C. F.; CROOK, D. E. Recovery of sodium nitrite from by product process liquors containing sodium chloride. Int. cl. CO1B 21/50. US 3, 965, 247. June 22, 1976.

b) Documento Citado

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BATISTA, L. Trocarte. Int. CI A 61B 17/34 BR. n PI 8903303 5 Jul. 1989. *Revista da Propriedade Industrial: Seção I*, Rio de Janeiro, n. 1006, p. 3,6, 1990.

3.1.14. Relatórios Técnicos

ALFREDINI, P.; CUOMO, A. R. Técnica de traçadores em modelo de fundo fixo aplicada a estudos sedimentológicos: resumo. São Paulo, CTH/DAE/EDUSP, 1989. (Boletim Centro Tecnológico de Hidráulica, 15)

CORRERA, F. S.; MATTEO, A.D.; VERRI, A.S. Substituição de transistores MSC por transistores Thomson em amplificadores de potência: 6 GHZ. São Paulo, LME/USP, 1989. (Relatório Interno LME/USP. HIB.41.RT, 01)

HAYANO, R. H.; KAMINSKI, P.C. Curvas de flexibilidade. São Paulo, Escritório Técnico de Construção Naval em São Paulo, 1990. (Estudo Técnico, 1025-1990).

PAVANI, O. D. Procedimento para dimensionar a boca de descarga do silo e de dutos inclinados. São Paulo, PMC/EPUSP, 1990. (Monografias. Departamento de Engenharia Mecânica. 54-90)

3.1.15. Separatas

MARTINELLI, J. A.; NOGUEIRA FILHO, J. V. Prospecção geoquímica de cobre no Rio Grande do Sul. *Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia*, v.8, n.1, p. 5-15, maio 1989/Separata/

3.1.16. CD-Rom

FRAME, J. Herbage production and quantity of a range of secondary grass species at five rates fertilizer nitrogen application.

Grass and Forage Science, v.46,n.2,p.139-151, 1991./Resumo em *CAB Abstracts on CD-ROM*, 1990-91/

UNIBIBLI – CD ROM: catálogo coletivo de livros e teses) Compact disc). São Paulo: USP/UNESP/UNICAMP,1994.

HEINRICHS, R.; VITTI, G. C.; FANCELLI, A. L. Influência do tipo de folha amostrada para avaliação do estado nutricional da cultura do milho(*Zea mays* L.) (compact disc). In: CONGRESSO LATINO-MERICANO DE CIÊNCIA DO SOLO, 13., Águas de Lindóia, 1996. *Solo-suelo 96*: Trabalhos. Piracicaba: SBCS/SLCS, 1996.

3.1.17. Softwares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Interligado de Bibliotecas. Comissão de Estudos sobre Comutação Bibliográfica. Programa SISCOMUT: programa automatizado para controle de atendimento da comutação bibliográfica (software) São Paulo: SIBI/USP,1994. 26p.+ 1 disquete.

3.1.18. Internet

ALIGHIERI, Dante. A divina comédia, Obtida via Internet. <http://www.cswit/htm/literatura>, 1997.

3.1.19. Trabalhos Mimeografados, Xerografados, Datilografados etc.

FIGUEIREDO, P. L. Crédito ao consumidor. São Paulo, 1970. 152p. Monografia (Trabalho de Graduação) Departamento de Engenharia de Produção, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo./ Datilografado/

3.1.20. Imagem em Movimento (inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros)

Os elementos essenciais deste tipo de referência são: título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas. Para melhor identificar o documento, podem ser acrescentados à referência outros elementos complementares.

Exemplos:

Videocassete

UEPB 15 anos. Produção de Flávio Romero Guimarães. Campina Grande: Estúdio no Ar, 2002. 1 videocassete (8 min), VHS, son., color ESALQ. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Direção: M. H. R. Nunes. Roteiro: J.L. de Azevedo e L. A. Marfirani. Produção: J. L. B. de Moura. Piracicaba, 1992. 1 videocassete (36 min), U-matic, son., color.

ELETROBRÁS. Tecnologia digital: aplicada a controle de processos em subestações. Brasil, 1988. 1 videocassete (43 min), VHS, son., color.

Filme

AS LOUCURAS do Rei George. Direção: Nicholas Hytner. Produção: Stephen Evans e David Parfitt. Intérpretes: Nigel Hawthorne; Ian Holm; Helen Mirren e outros. Roteiro: Alan Bennett. Inglaterra: Samuel Goldwyn Company; Channel Four Films, 1994. 1 bobina cinematográfica (110 min), son., color., 35 mm.

3.1.21. Documento Iconográfico (inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material

estereográfico, transparência, cartaz entre outros)

Para este tipo de referência, os elementos essenciais são: autor, título (quando não existir, deve-se atribuir uma denominação ou colocar a indicação Sem título, entre colchetes), data e especificação do suporte. Quando necessário, podem ser acrescentados elementos complementares à referência, a fim de melhor identificar o documento.

Fotografia

DIAS, João. **Primeira equipe do Treze Futebol Clube**. 1925. 1 fotografia, preto e branco. 10 cm x 15 cm. Acervo do Museu Histórico de Campina Grande.

VILAR, Euclides. **Jazz Band no Campinense Clube**. 1926. 1 fotografia, preto e branco. 10 cm x 15 cm. Coleção particular.

Gravura

COLUNGA, Alejandro. **Mago**. 2000. 1 gravura, serigraf., color., 53 cm x 39,5 cm. Coleção do Museu de Arte Assis Chateaubriand.

3.1.22. Documento Cartográfico (inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea entre outros)

As referências devem obedecer aos padrões indicados para outros tipos de documentos, quando necessário. Os elementos essenciais para este tipo de referência são: autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala. Em alguns casos, para melhor identificação do documento, acrescentam-se elementos complementares à referência.

Exemplos:

Atlas

ATLAS climatológico do Estado da Paraíba. 2. ed. Campina Grande: UFPb/NMA, 1987. 1 atlas. Escalas variam.

Mapas

BRASIL, Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Mapa geológico do Estado do Maranhão. S. 1., São Luís, 1986. 1 mapa. Escala 1:1.000.000.

3.1.22. Documento Sonoro no Todo (inclui disco, *COMPACT DISC*, cassete, rolo, entre outros)

Os elementos essenciais para a referência são: compositor(es) ou intérprete(s), título, local, gravadora (ou equivalente), data e especificação do suporte. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência a fim de melhor identificar o documento.

CD (*compact disc*)

SIMONI. **Fica comigo esta noite.** Direção artística: Max Pierre e Antônio Moogie Canázio. São Paulo: Universal Music, 1994. 1 CD (42 min).

Estrutura Formal dos Trabalhos de Graduação, Dissertação e Tese

4.1. Forma Gráfica dos Trabalhos Monográficos

Conforme explicitado anteriormente, a estrutura dos trabalhos monográficos independe do nível de Ensino - Graduação ou Pós-Graduação (*lato ou stricto sensu*). Portanto, na apresentação do texto devem ser observados criteriosamente os seguintes itens:

- Formato;
- margem;
- espaçamento;
- notas de rodapé;
- indicativos de seção;
- paginação;
- numeração progressiva;

Para melhor entendimento, abordaremos cada item separadamente.

4.2 Formato

Os trabalhos monográficos devem ser apresentados em cor preta, podendo ser utilizadas outras cores somente para as ilustrações. Se impresso, de ver usado papel branco ou reciclado, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitalizados.

A Norma da ABNT NBR 14724:2024 - quarta edição, assevera que o projeto gráfico é de responsabilidade do autor da monografia e recomenda que na digitação se deve utilizar de fonte tamanho 12 para todo o texto, inclusive a capa, com exceção das citações diretas com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, dados internacionais de catalogação na publicação, fontes e legendas das ilustrações e tabelas, que devem ser usados tamanho menor e uniforme - sugerimos tamanho 10).

Um detalhe importante: as notas de rodapé devem ser digitadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples entre as linhas e por filete de 5 cm, a partir da margem esquerda. As notas devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente, sem espaço entre elas e com fonte menor.

O tipo de letra não é especificado na Norma ABNT NBR 14724:2024. No entanto, o autor poderá optar por *Times New Roman* ou *Arial* - corpo 12. No caso de citações de mais de três linhas, deve-se observar também um recuo de 4cm da margem esquerda.

4.3. Margem

Na folha de rosto e na folha de aprovação, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que é submetida e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha para a margem direita. No corpo do texto as folhas devem apresentar margens esquerda e superior de 3 cm, sendo de 2 cm as margens direita e inferior.

4.4. Espacejamento

O texto deverá ser digitado ou datilografado com espaço 1.5 entre linhas, com exceção das citações longas (mais de três linhas), as notas, as referências, as legendas das ilustrações e tabelas, a ficha catalográfica, a natureza do trabalho, o objetivo, o nome da instituição a que é submetida e a área de concentração, devem ser digitados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por dois espaços simples em branco.

Os títulos das seções devem ser separados do texto que os precede ou que os sucede por dois espaços 1.5. Cada capítulo deve ser iniciado em uma nova página. O mesmo espaçamento observado entre cabeçalhos e textos deve ser obedecido entre o término de um item e o cabeçalho do item seguinte e, assim, consecutivamente da introdução à conclusão do trabalho.

Na folha de rosto e na folha de aprovação, o tipo de trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita.

4.5. Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem ser digitadas ou datilografadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples de entrelinhas e por filete de 3 cm, a partir da margem esquerda.

4.6. Indicativos de Seção

Conforme recomenda a Norma da ABNT NBR 14724:2024, o indicativo numérico de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço de caractere. Nos títulos, sem indicativo numérico, como lista de ilustrações, sumário, resumo,

referências e outros devem ser centralizados, conforme a NBR 6024:2012.

Observação importante:

Para trabalhos apresentados em anverso e verso, os títulos das seções primárias devem começar em página ímpar (anverso). Para trabalhos apresentados apenas no anverso, os títulos das seções primárias devem começar em nova página.

O título das seções (primárias, secundárias, terciárias, quaternárias e quinárias) deve ser colocado após o indicativo da seção, alinhado à margem esquerda, separado por um espaço. O texto deve iniciar em outra linha. Ponto, hífen, travessão, parênteses ou qualquer sinal não podem ser utilizados entre o indicativo da seção e seu título. Todas as seções devem conter um texto relacionado a elas.

Outra informação importante: os títulos das seções devem ser destacados tipograficamente, de forma hierárquica, da primária à quinária. Podem ser usados recursos gráficos de maiúscula, negrito, itálico ou sublinhado e outros.

4.7. Elementos sem Título e sem Indicativo Numérico

Fazem parte desses elementos, a folha de aprovação, a dedicatória e a epígrafe.

4.8. Paginação

As folhas, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas. O verso da folha de rosto, que contém os dados internacionais de catalogação, não pode ser contado ou numerado. A numeração é colocada apenas a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto

superior direito da folha, a 2cm da borda superior, ficando o último algarismo a 2cm da borda direita da folha. A paginação dos anexos e das referências bibliográficas deve ser contínua à do texto principal. Os resumos não são paginados.

As listas de figuras, tabelas, abreviaturas e símbolos e os apêndices não possuem paginação (caso não sejam incluídas no próprio corpo do texto, conforme recomendado). A linha inicial de cada parágrafo distancia-se da margem esquerda oito ou dez toques ou 1cm.

4.9. Numeração Progressiva

Deve ser elaborada conforme a ABNT NBR 6024:2012, adotando a numeração progressiva para as diversas seções do texto. Os títulos das seções primárias devem ser iniciados em folha distinta. Para destacar gradativamente os títulos das seções, deve-se usar os recursos de itálico, negrito, grifo, caixa alta ou versalete.

4.10. Citações

As citações referenciais no trabalho monográfico devem ser apresentadas conforme disposto na norma ABNT NBR 10520:2023.

4.11. Siglas

É importante observar que quando a sigla é citada pela primeira vez no texto, a designação completa do nome antecede a sigla, colocada entre parêntese, conforme exemplo:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

4.12. Reprodução e Encadernação

A forma de reprodução fica a critério do autor que, para definição da tiragem do documento, deve considerar:

- número de exemplares que deseja distribuir;
- número de exemplares que é exigido pela Secretaria do Curso.
- Os exemplares para entrega aos membros avaliadores por ocasião da Pré-Banca, deverão ser apresentados através de brochuras com capa de plástico transparente (se for o caso).

Publicação Periódica Técnica e/ou Científica

5.1. Publicação técnica e/ou científica - objetivos, importância e qualidade

Antes de comentar sobre os aspectos formais das publicações técnicas e/ou científicas, considero oportuno fazer algumas considerações sobre os objetivos, a importância e a qualidades dessas publicações. Ênfase, neste aspecto, que ao se falar de conhecimento científico, deve-se considerar duas fases essenciais e que são indissociáveis: a produção e a divulgação desse conhecimento.

A produção do conhecimento, realizada por meio das pesquisas desenvolvidas notadamente na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) ou nos grupos de pesquisa, envolve uma série de etapas que configuram o fazer científico cotidiano, e pressupõe a definição do problema e do objeto a ser investigado, a elaboração do *desenho metodológico* com a clara definição do método de abordagem e do(s) método(s) de procedimento(s) que darão suporte ao estudo, além do detalhamento sobre o campo de estudo, os instrumentos de coleta de dados, etc. É importante destacar que a metodologia depende do tipo de pesquisa que se pretende realizar. A pesquisa quantitativa, qualitativa ou associada às duas opções, pressupõe a seleção de metodologias próprias.

Para enfatizar a relevância da metodologia para a pesquisa científica, costumo dizer em sala de aula que assim como a coluna vertebral tem fundamental importância na sustentação do corpo, a metodologia dá sustentação à pesquisa. Neste sentido, uma

metodologia inconsistente, compromete, significativamente, a robustez científica da pesquisa. Ainda nesta primeira fase, como consequência lógica da condução da investigação, ocorre a coleta e a interpretação dos resultados obtidos.

A segunda fase é a divulgação do conhecimento produzido, que pode ocorrer por diversos meios, como, por exemplo, em eventos científicos (simpósios, congressos, *workshop*, entre outros). Apesar da importância da divulgação dos resultados das pesquisas nestes eventos, considero que esta fase somente se consolida, cumprindo o seu papel primordial, com a divulgação realizada por meio de publicação em periódicos especializados.

Isso porque, num evento científico, a divulgação é restrita aos participantes, enquanto que a publicação em periódicos especializados favorece a divulgação em massa, alcançando, principalmente, os pesquisadores da área objeto do estudo. Também é importante ressaltar que a publicação da pesquisa num periódico especializado conceituado, atesta a qualidade do estudo realizado, inclusive porque a publicação é precedida de criteriosa apreciação de mérito. Portanto, o trabalho somente é aceito para fins de publicação, se atender aos critérios mínimos de excelência, definidos pelo corpo editorial do periódico especializado. Nas duas etapas, *produção e divulgação*, espera-se que o comportamento dos atores envolvidos (autores, consultores, editores etc.) implique compromisso irrestrito com normas éticas.

Nos últimos anos, notadamente como consequência das mudanças no sistema de avaliação da pós-graduação no país, o número de artigos publicados em periódicos especializados cresceu de forma bastante expressiva. A questão da produtividade (número de publicações) dos pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) passou a ser um requisito imprescindível à consolidação dos citados programas.

No entanto, não faz parte do objetivo deste livro aprofundar a discussão sobre esta temática. O que pretendo discutir é a importância de cada pesquisador na produção e divulgação do conhecimento científico para a qualidade das publicações nos periódicos especializados. Assim, a qualidade do material publicado depende, fundamentalmente, da atuação do autor, que deve conhecer amplamente a bibliografia da sua área e conduzir a fase da produção do conhecimento com rigor metodológico e compromisso ético.

Tenho dito que não existe uma “receita pronta” para a elaboração dos trabalhos monográficos (dissertações e teses). Esse mesmo entendimento, também se aplica à questão da produção do material (artigo) a ser encaminhado para uma possível publicação. No entanto, algumas recomendações podem ser feitas com o intuito de contribuir com a tarefa de elaboração de um artigo.

É preciso ter bastante atenção com a redação do artigo, tanto no que se refere à correta utilização da língua, quanto no que tange à estrutura do texto. Neste sentido, cabem duas observações: a linguagem de um trabalho científico (artigo) não pode ser nem popular (coloquial) e nem culta (erudita). Escrever um artigo pressupõe a utilização de uma linguagem clara, com certo grau de formalidade. Não há espaço para a utilização nem de uma linguagem rebuscada (erudita), nem para uma linguagem popular, inclusive como o uso de gírias, jargões e calão. A outra observação é quanto à estrutura lógica e coerente do texto. Se estes critérios não forem observados, o conteúdo pode ser prejudicado, por meio de uma redação precária.

A referência bibliográfica deve ser relevante e atualizada. Portanto, o autor deve citar publicações substanciais relacionadas com o seu objeto de estudo, inclusive em relação aquelas contrárias às conclusões da sua pesquisa. Quanto à atualidade, não há uma regra relativa ao período temporal que deve ser definido. Isso

depende de diversos fatores, como da área ou do objeto de estudo. No entanto, na academia em geral se utiliza como recomendação a referência bibliográfica dos últimos 5 (cinco) anos.

No entanto, não se trata de um critério impositivo. Se um determinado autor é fundamental no seu estudo e a publicação dele não se insere no tempo recomendado, não há nenhum problema em fazer a citação.

A elaboração do seu estudo deve ser bem justificada, inclusive com ênfase na relevância da pesquisa. Em se tratando de pesquisas quantitativas, que utilizam tabelas, gráficos, figuras, etc. o autor deve evitar redundâncias na apresentação e análise dos dados. Por exemplo, se os dados são apresentados em um quadro ou em uma tabela, não há necessidade de repeti-los em gráficos ou figuras.

Confrontar, com a devida imparcialidade, os resultados da sua pesquisa com os já divulgados na literatura especializada, inclusive para ressaltar as relações de consonância (ou não) constatadas entre os autores, é uma questão que deve ser observada. Certamente, que a depender do objeto do seu estudo, essa confrontação com outros autores pode ser mais ou menos complicada. Trabalhos com alto grau de ineditismo tendem a apresentar maior grau de dificuldade para estabelecer essa confrontação com a literatura especializada.

Em geral, o corpo editorial dos periódicos especializados, apresentam critérios bem específicos para que os artigos sejam submetidos à aprovação. Assim, a inobservância desses critérios pode causar a rejeição imediata do artigo, mesmo antes da apreciação de mérito e relevância. Neste sentido, é necessário observar com rigor as normas de publicação do periódico escolhido com vistas à publicação.

A escolha de um periódico especializado conceituado na sua área de atuação é muito importante, considerando que a possível publicação contribui para um reconhecimento público do mérito técnico e/ou científico do seu artigo.

É imprescindível que o artigo seja submetido a uma revisão preliminar, tanto no que se refere aos aspectos linguísticos quanto aos de conteúdo, propriamente dito. Neste sentido, é sempre oportuno que o artigo seja revisado por outro pesquisador da área que não figure como autor ou coautor. Esse tipo de revisão de conteúdo permite que outro pesquisador analise o texto com um olhar crítico e imparcial.

Em nenhuma hipótese um mesmo artigo deve ser encaminhado para fins de publicação em mais de um periódico especializado. Excepcionalmente, um mesmo artigo pode ser submetido à apreciação de uma segunda revista especializada, caso haja um grande atraso na emissão do parecer pelo corpo editorial e/ou consultores do primeiro periódico especializado. Nesta situação, face ao atraso, o autor entra em contato com os representantes do primeiro periódico solicitando o cancelamento da apreciação do artigo. Somente após recebida a confirmação do citado cancelamento, deve-se proceder o envio a um segundo periódico.

Alguns periódicos especializados adotam como procedimento a emissão de pareceres prévios, elaborados por seus consultores. Ou seja, não rejeitam de imediato o artigo. Assim, podem fazer sugestões de reformulações com base na identificação de falhas, notadamente no que se refere às questões de forma ou de conteúdo, inclusive metodológicas.

No entanto, essa não é uma regra. Inclusive, há revista especializada que apenas emite um documento ao autor, comunicando a rejeição ou não aceitação do artigo, sem sequer apontar as falhas do material enviado.

Pelo exposto, fica evidente que o processo de divulgação do conhecimento é uma tarefa complexa e laboriosa, que requer do autor não somente o comprometimento com os aspectos éticos, mais, também, expressiva disponibilidade de tempo, de paciência, de determinação e de presteza.

Ressalto, por fim, que muitas instituições universitárias estão permitindo a elaboração de um artigo como trabalho conclusivo dos cursos de graduação ou de pós-graduação *lato sensu* (Especialização). Talvez seja uma forma de não somente evitar a elaboração de monografias tradicionais que muitas vezes têm como destino final as estantes das bibliotecas, mais, também, como estratégia para estimular a que os (as) alunos (as) façam publicar os seus artigos nas revistas especializadas.

5.2 Elementos que constituem a publicação técnica e/ou científica (revista especializada)

A Norma ABNT NBR 6021:2016 publicada em 26 de abril de 2015 e corrigida em 06 de junho de 2016, estabelece os critérios gerais para a apresentação dos elementos que compõem a publicação técnica e/ou científica (revista especializada), tanto na forma impressa quanto na eletrônica, no que couber.

A leitura à citada norma não prescinde da consulta de outros documentos da ABNT relacionados com o tema, a exemplo das normas NBR 5892:2019, NBR 6022:2018, NBR 6034:2005, NBR 10525:2025 e NBR 12225:2023.

Enfatizo que a decisão quanto a inclusão destas informações no presente livro, leva em conta que muitas estruturas acadêmicas, notadamente vinculadas à pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), de forma isolada ou em parceria com outras unidades e/ou instituições, decidem criar suas revistas técnicas e/ou científicas, carecendo de instruções formais sobre os elementos que compõem as citadas publicações.

De acordo com a Norma ABNT NBR 6021:2016, a estrutura da publicação deve contemplar os seguintes elementos obrigatórios: capa, lombada (quando comportar), elementos pré-textuais e elementos pós-textuais.

No que se refere a capa, a estrutura formal deve contemplar:

a. Primeira capa com os seguintes elementos padrões:

- Número padrão internacional para publicações seriadas (ISSN), colocado no canto superior direito (de acordo com a Norma ABNT NBR 10525:2025;
- Título e subtítulo (se houver) da publicação, por extenso;
- Número do volume e número do fascículo em algarismos arábicos;
- Data da publicação, contemplando o mês, por extenso, o ano em algarismos arábicos;
- No caso de periodicidade inferior à mensal, a data completa, conforme ABNT NBR 5892:2019;
- Logomarca, se houver, e nome da instituição responsável pelo periódico.
- Indicação suplementar e outros.

A disposição de todos os citados elementos na primeira capa, com exceção do ISSN, fica a critério do editor (ou corpo editorial) da publicação. É importante destacar que a legibilidade dos citados elementos, sendo facultada a inclusão do sumário na página de rosto ou na primeira capa.

b. Segunda capa: é reservada para a citação das autoridades do órgão e/ou entidade responsável pela edição da publicação, o conselho editorial, anúncios publicitários e outros.

c. Terceira capa pode contemplar os seguintes elementos:

- Objetivos da publicação;
- Instruções editoriais para os autores;

- Anúncios publicitários.
- d. Quarta capa: reservada para comentários sobre a própria publicação, lista de lançamentos e de outras publicações da editora, anúncios publicitários e outras informações, a critério do editor.
- e. Quando a publicação comportar lombada, a mesma deve ser estruturada conforme disposto na Norma ABNT NBR 12225:2023, devendo contemplar o título da publicação, a indicação numérica do volume, número e data do fascículo (se for o caso) e a logomarca de editora.

Os elementos pré-textuais de uma publicação periódica impressa, deve contemplar:

- a. Folha de rosto, com os seguintes elementos:
 - Anverso: título da publicação por extenso ou complementado por subtítulo, deixando claro a área do assunto objeto do estudo, podendo ser impresso com destaque visual em relação aos demais elementos, mas mantendo a mesma tipologia em todos os fascículos do volume (se for o caso), desde a capa até os elementos pós-textuais;
 - ISSN, disposto logo acima da legenda bibliográfica;
 - Legenda bibliográfica.
 - Verso: deve constar as informações relativas ao direito autoral, às autorizações de reprodução de artigo ou de parte deles, bem como outros suportes disponíveis, a exemplo de dados internacionais de catalogação, créditos, entre outros.

A indicação da propriedade de direitos autorais deve contemplar o ano em que se firmou o respectivo contrato, antecedido do símbolo © e o nome do detentor dos direitos autorais, por exemplo:

Exemplo 1

© 2016 EDUEPB

Exemplo 2

© 2017 EDIJUR

No que se refere a autorização para a reprodução da íntegra dos artigos publicados ou de parte deles, essa informação deve ser impressa com clareza, por exemplo:

Exemplo 1

Os artigos poderão ser reproduzidos na íntegra ou parcialmente, desde que se faça o devido registro da fonte.

Exemplo 2

Todos os direitos desta publicação, reservados à Editora da Universidade Estadual da Paraíba – EDUEPB.

Exemplo 3

É vedada a reprodução integral ou parcial dos artigos publicados nesta revista, sem prévia autorização desta editora.

Também podem ser incluídas informações sobre outros suportes disponíveis para acesso à publicação, como CD-ROM e *site* institucional.

É obrigatória a citação dos dados internacionais de catalogação na publicação, elaborada conforme os códigos vigentes.

No que se refere aos créditos, os mesmos devem ser impressos sempre na mesma posição, em todos os fascículos (se for o caso), a critério do editor, devendo contemplar: nome e endereço da editora (incluindo *homepage* e correio eletrônico), créditos institucionais, conselho editorial ou comissão técnica (conforme o caso), órgão de fomento (se for o caso), bases de dados em que o periódico é indexado, filiação da publicação e nome e endereço da distribuidora (se for o caso).

O sumário é um elemento obrigatório que deve ser elaborado de acordo com as orientações da norma ABNT NBR 6027:2012 e deve ser incluído no anverso da folha de rosto e concluído no verso (se for necessário). Pode estar na primeira capa, concluído na quarta capa (se for o caso).

Se houver inclusão de sumário em língua estrangeira, o mesmo deve figurar após o sumário na língua do texto. O Editorial deve preceder os elementos textuais.

Os elementos textuais de uma publicação técnica e/ou científica são constituídos de artigos, revisões, resenhas críticas, estudos de caso, entre outros que podem ser agrupados em seções, de acordo com o assunto, o gênero e a linha editorial da revista.

No que se refere aos elementos pós-textuais (índice e instruções editoriais para os autores), recomenda-se:

- O índice deve figurar como parte integrante do último fascículo de cada um dos volumes de publicação;
- Em se tratando de fascículo independente, o índice poderá ser definido conforme interesse editorial, dependendo do fim a que se destina, por exemplo: índice de assunto, índice de autor, índice geográfico entre outros;
- Cumulativamente, de forma independente, abrangendo vários volumes, com paginação individual e folha de rosto registrando informações próprias.

As instruções editoriais para os autores devem figurar na última página numerada do fascículo ou na terceira capa. O índice deve ser elaborado com base nas orientações previstas na Norma ABNT NBR 6034:2005.

5.3 Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica impressa

Após estas considerações sobre a estrutura dos periódicos especializados, notadamente das revistas técnicas e/ou científicas, considero oportuno detalhar as recomendações da Norma ABNT NBR 6022:2018 que trata da elaboração do artigo para fins de publicação em revistas especializadas.

Conforme destaquei anteriormente, o número de publicações de artigos em revistas especializadas têm crescido de forma expressiva no país, notadamente na última década, como consequência dos novos instrumentos de avaliação da pós-graduação e, também, do incentivo à produção intelectual dos alunos, vinculados,

notadamente, aos programas de iniciação científica dos alunos da graduação ou dos alunos da pós-graduação (mestrado e doutorado).

De acordo com a norma anteriormente citada, o artigo pode ser classificado como original (relatos de experiência de pesquisa, estudo de caso etc.) ou de revisão.

A estrutura de um artigo técnico e/ou científico é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Os elementos pré-textuais compreendem: a) título, e subtítulo (se houver); nome (s) do(s) autor (es); c) resumo na língua do texto; d) palavras-chave na língua do texto.

Já os elementos textuais constituem-se de:

- a) introdução;
- b) desenvolvimento;
- c) conclusão.

Finalmente, os elementos pós-textuais são constituídos de:

- d) título, e subtítulo (se houver) em língua estrangeira;
- e) resumo em língua estrangeira;
- f) palavras-chave em língua estrangeira;
- g) nota (s) explicativa (s);
- h) referências;
- i) glossário;
- j) apêndice (s);
- k) anexo (s).

A citada norma também apresenta as regras gerais para a elaboração de um artigo. É importante enfatizar que a observação criteriosa dessas recomendações, contribui para a qualidade do artigo e, conseqüentemente, facilita a aprovação pelo corpo editorial da revista selecionada pelo autor para fins de publicação.

Recomenda-se a seguinte ordem para a apresentação dos elementos pré-textuais:

- O título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois-pontos (:) e na língua do texto.
- Autor(es) Nome(s) do(s) autor(es), acompanhado(s) de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do artigo. O currículo, bem como os endereços postal e eletrônico, devem aparecer em rodapé indicado por asterisco na página de abertura ou, opcionalmente, no final dos elementos pós-textuais, onde também devem ser colocados os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico;
- Resumo na língua do texto é um elemento obrigatório, constituído de uma sequência de frases concisas em parágrafo único (sem recuo de primeira linha) e sem numeração de tópicos). Não deve ultrapassar 250 (duzentas e cinquenta) palavras, seguido, logo abaixo, das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras-chave e/ou descritores, conforme as Normas NBR 6028:2021 e NBR 6022:2018.
- Palavras-chave na língua do texto também é um elemento obrigatório. As palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão Palavras-chave, seguida de dois pontos, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos.

Exemplo 1

Palavras-chave: gastronomia mediterrânea; Espanha; influência árabe.

Exemplo 2

Palavras-chave: ordenamento jurídico do Brasil; direitos trabalhistas; trabalhadoras domésticas.

Recomenda-se que as palavras-chave sejam organizadas, quando possível, da mais genérica para a mais específica, não ultrapassando 4 (quatro) referências.

Em relação aos elementos textuais, a norma recomenda a seguinte ordem:

- **Introdução:** é a parte inicial do artigo, onde devem constar a delimitação do tema ou do assunto objeto do estudo, a especificação dos objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo.

A norma não define o número de páginas (folhas) que a introdução deve ter. Certamente, esse número depende de diversos fatores, como a área objeto do estudo, a natureza da pesquisa, a abordagem metodológica, entre outros. No entanto, a experiência como docente da área de Metodologia da Pesquisa e como orientador da pós-graduação (*lato e stricto sensu*), me fez entender que uma introdução com um número de páginas correspondente a no máximo 10% (dez por cento) do total de páginas do artigo, já permite que o autor evidencie com relativa facilidade os elementos que devem ser contemplados neste item.

Outro aspecto que não faz parte de recomendação normativa, se refere à citação de autores na introdução. Mesmo sem ser uma regra formalizada, também se convencionou que não é pertinente a referência bibliográfica na Introdução, à semelhança do Resumo, a não ser que esta citação prévia do autor (ou de autores) seja absolutamente necessária para o contexto em que se insere no texto.

- **Desenvolvimento:** é a parte fundamental do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do estudo realizado. Divide-se em seções e subseções (se for o caso), de acordo com as recomendações da Norma ABNT NBR 6024:2012, que variam em função da abordagem da área de conhecimento, do objeto de estudo, do tema e do método.

É importante enfatizar que o nome “desenvolvimento” não precisa figurar como título de abertura da seção, ou seja, o autor pode iniciar, imediatamente, a discussão com o título que faça referência ao conteúdo a ser abordado, seguidamente. Ou seja, diferentemente da Introdução e da Conclusão, cujas respectivas seções recebem os seus nomes como títulos de abertura, o “desenvolvimento” existe no corpo do texto, sem o nome figurar no título.

- **Conclusão:** é a parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e aos pressupostos do estudo (hipóteses). É importante destacar que um equívoco bastante comum dos autores é retomar na conclusão o confronto do seu estudo com outros trabalhos relacionados com o tema. Portanto, a conclusão, ao contrário do que muitos pensam, não é espaço para se repetir o que já foi dito, notadamente no desenvolvimento. A conclusão deve ser vista como um fechamento do estudo realizado.

Pode até se configurar como uma retomada da discussão, mas de uma forma sintética, que não se limita às repetições teórico-conceituais e metodológicas. Em geral a conclusão por ser entendida como o espaço para aflorar a análise mais crítica do autor face ao tema abordado, também sendo possível fazer sugestões, a depender da área de conhecimento do artigo, por exemplo das Ciências Sociais, Ciências Humanas, entre outras.

Os elementos pós-textuais, seguem a seguinte ordem:

- Título, e subtítulo (se houver) em língua estrangeira: diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos, precedendo o resumo em língua estrangeira;
- Resumo em língua estrangeira: é um elemento obrigatório que corresponde a versão do resumo na língua do texto, para idioma de divulgação internacional, com as mesmas características (em inglês *Abstract*, em espanhol *Resumen*, em francês *Résumé*, por exemplo);
- Palavras-chave em língua estrangeira: também é um elemento obrigatório, correspondente a versão das palavras-chave na língua do texto para a mesma língua do resumo em língua estrangeira (em inglês *Keywords*, em espanhol *Palabras clave*, em francês *Mots-clés*, por exemplo).
- Nota(s) explicativa(s): a numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos, devendo ser única e consecutiva para cada artigo. Não se inicia a numeração a cada página;
- Referências: é elemento obrigatório, elaborado conforme a NBR 6023:2025;
- Glossário: é um elemento opcional, elaborado em ordem alfabética e de acordo com a Norma ABNT NBR 6022:2018;
- Apêndice(s): também é um elemento opcional;

- Anexo(s): outro elemento opcional que devem ser identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos. Excepcionalmente utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos anexos, quando esgotadas as 23 letras do alfabeto;
- Indicativo de seção: precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere;
- Numeração progressiva: deve ser apresentada conforme a NBR 6024:2012;
- Citações: devem ser apresentadas conforme a NBR 10520:2023;
- Siglas: quando aparecem pela primeira vez no texto, a forma completa do nome precede a sigla, colocada entre parênteses;
- Equações e fórmulas: aparecem destacadas no texto, de modo a facilitar sua leitura. Na sequência normal do texto, é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices e outros). Quando destacadas do parágrafo são centralizadas e, se necessário, se deve enumerá-las. Quando fragmentadas em mais de uma linha, por falta de espaço, devem ser interrompidas antes do sinal de igualdade ou depois dos sinais de adição, subtração, multiplicação e divisão;
- Ilustrações: qualquer que seja seu tipo (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros), a identificação aparece na parte inferior, precedida da palavra designativa, seguida do número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma breve e clara, dispensando consulta ao texto, e da fonte. A ilustração deve ser inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere, conforme o projeto gráfico;

- Tabelas apresentam informações tratadas estatisticamente.

Sobre a elaboração dos artigos, é preciso que o autor também observe se o periódico especializado (revista) para o qual enviará o material para apreciação com vistas a uma possível publicação, também dispõe de normas específicas. No mesmo sentido, também se recomenda aos alunos de graduação e de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) que verifiquem a instituição em que eles estão matriculados, dispõem de normas próprias para a elaboração de artigos.

É fato que as Normas da ABNT são majoritariamente utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior. No entanto, pode ser que alguma instituição decida fazer outras recomendações, além daquelas normatizadas pela ABNT. Como contribuição exemplificativa, inclui entre os apêndices um artigo elaborado como requisito para conclusão de uma Especialização (ANEXO H) e outro publicado em revista científica especializada (ANEXO I).

SE FOSSE POSSÍVEL CONCLUIR...

A ideia de elaborar este livro surgiu de uma situação-problema, observada ao longo da minha experiência docente em cursos de graduação e de pós-graduação, qual seja: grande parte dos alunos, independentemente do nível do curso, apresentam as mesmas dificuldades em elaborar os seus trabalhos monográficos de forma sistemática e eficiente.

Para mim, estas dificuldades podem ter duas razões. A primeira, de natureza teórico-conceitual, que reflete, quando muito, as “noções de pesquisa” que os alunos trazem do ensino básico, carregadas de impressões que pouco diferem do senso comum, que os levam a confundir experiência com experimento e pesquisa com cópias, como se estes termos fossem sinônimos (Inácio Filho, 1999). A segunda razão diz respeito aos aspectos de natureza mais prática. Os alunos apresentam dificuldades quanto aos aspectos técnicos e formais da monografia, não estando devidamente habilitados ou instruídos quanto ao discurso da ciência e da linguagem acadêmica.

Observei que tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação, os professores da área metodológica tentam preencher as lacunas da formação acadêmica dos alunos e alunas, ensinando as mais elementares normas de metodologia da pesquisa e de técnicas de estudo. Com isto, pela convencional limitação da carga horária das disciplinas que tratam desta temática, acabam por não terem tempo para o que seria mais fundamental – o estudo sobre o conhecimento científico e os métodos, propriamente ditos, sem o qual não há pesquisa científica.

Este quadro de deficiências teórico-práticas acumuladas terminou por criar o “mito” de que as monografias, especialmente as dissertações e teses, são trabalhos de difícil elaboração, acessível apenas a alguns “seres” privilegiados da “criação”. Esta visão é reforçada pela ideologia cientificista, que mitificou a ciência, confundindo-a com magia ou religião, dotando-a de poderio ilimitado sobre homens e coisas. Pela Mitologia da Ciência, também se reproduziu a ideologia da competência, isto é, a falsa ideia que há, na sociedade, de que uns poucos sabem fazer ciência, enquanto que muitos não o sabem (Chauí, 1999).

Portanto, segundo o cientificismo, uns poucos “iluminados” podem fazer ciência. Talvez esta ideologia possa justificar o temor que muitos apresentam em relação ao fazer ciência. Como consequência desta visão distorcida, a elaboração dos trabalhos monográficos é aprioristicamente encarada como algo extremamente complexo. A tarefa de fazer uma monografia é quase sempre encarada como um fardo muito pesado e, muitas vezes, assumida subjetivamente como uma punição.

De fato, como fruto das deficiências acumuladas ao longo do processo de escolarização, a elaboração dos trabalhos monográficos é, muitas vezes, uma tarefa árdua. No entanto, jamais pode ser encarada como uma barreira intransponível. A abordagem adotada neste livro não desconsidera estas dificuldades iniciais. Procuramos proporcionar aos leitores as informações básicas e específicas, com um objetivo predeterminado – tornar menos árida a tarefa de elaboração das monografias.

Por isso, trata-se de um trabalho que buscou atender às necessidades instrumentais dos alunos de graduação e de pós-graduação, uma vez que, como já ressaltamos, quanto aos aspectos eminentemente formais, não há diferenças profundas entre os diversos tipos de monografias, inclusive as dissertações e teses.

Assim, procuramos deixar claro que não há motivo para que o aluno de graduação não se utilize dos mesmos critérios formais para elaboração do seu trabalho conclusivo. Ainda que exista diferença quanto à profundidade da investigação, quanto ao tempo gasto para elaboração e quanto à extensão do trabalho, a qualidade de qualquer trabalho monográfico também tem muito a ver com seus aspectos formais, ou seja, com os requisitos de normalização técnica.

Finalmente, **se fosse possível concluir**, afirmo que este é um livro didático e de consultas que, por meio de exemplos práticos, pode levar à aquisição de conhecimentos instrumentais adequados à pesquisa, notadamente no que se refere aos aspectos de normalização técnica. Espero que os leitores também possam chegar a **uma possível conclusão**.

Flávio Romero Guimarães

João Pessoa, novembro de 2025

Referências

ANDRADE, Maria M. de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997, 151 p.

AZEVEDO, Israel B. de. *O prazer da produção científica*. 8. ed. São Paulo: Prazer de Ler, 2000, 205 p.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 6.ed. Campinas: Papirus, 1997, 175 p.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999. 440 p.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 164 p. COSTA, Sérgio F. *Método científico: os caminhos da investigação*. São Paulo: Harbra, 2001, 103 p. D'ONOFRIO, Salvatore. *Metodologia do trabalho intelectual*. São Paulo: Atlas, 1999, 120 p.

FERNANDES, Aliana; GUIMARÃES, Flávio R.; BRASILEIRO, Maria do Carmo E. (Orgs.). *O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação*. São Paulo: Biruta, 2002. p. 13-25.

GALLIANO, A.G. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Mosaico, 1979, 200 p. GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993, 159 p.

- INÁCIO FILHO, Geraldo. *A monografia na universidade*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995, 200 p.
- KÓCHE, José Carlos. *Fundamentos da metodologia científica*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997. 180 p.
- LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991, 249 p. LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. *A Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992, 214 p.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas/Ed. UFMG, 1999. 340 p.
- LUZARRAGA, Francisco A. Inovación política europea. *Política Exterior*, Madri, v. 17, n. 91, p. 13-24. 2003.
- MAIA, Newton F. *A ciência por dentro*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, 262 p. MEDEIROS, J. B. *Redação científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999, 237 p.
- OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira, 1997, 320 p.
- OLIVEIRA, Paulo de S. (Org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998, 219 p.
- ROESCH, Sylvia M. Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999, 301 p.

RUDIO, F. R. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1992, 128 p.

SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 11. ed. Porto Alegre: Sulina, 1986, 254 p.

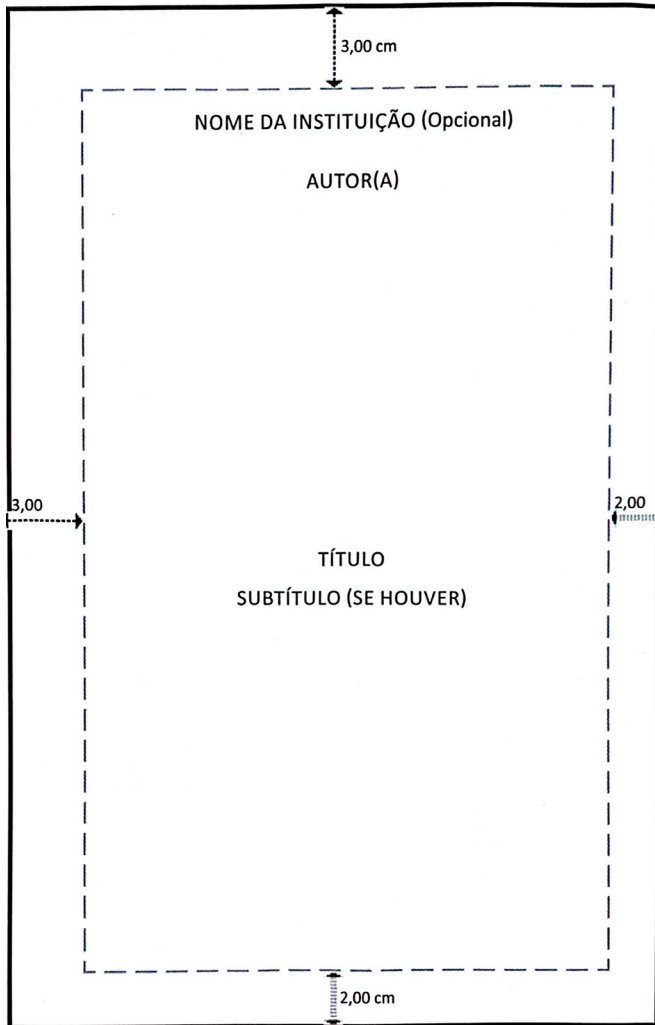
SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017, 233 p.

TAVARES, C. S. C. *Iniciação à visão holística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994, 167 p.

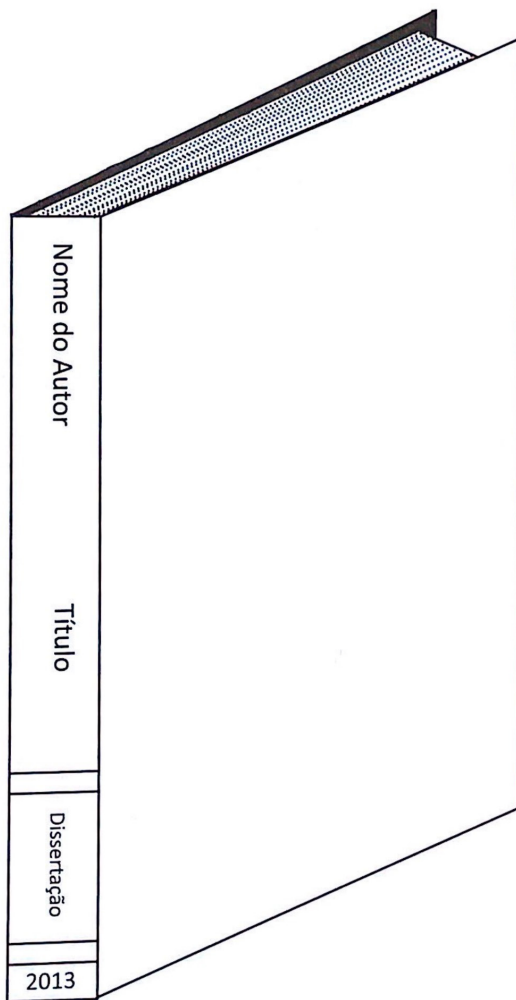
VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 90 p.

APÊNDICES

Apêndice A - Modelo de Capa



Apêndice B - Modelo de Lombada



Apêndice C - Modelo de Folha de Rosto (Modelo 1)

The diagram shows a rectangular page layout with a dashed border. Dimensions are indicated by double-headed arrows: 3,00 cm at the top, 2,00 cm at the bottom, 3,00 cm on the left, and 2,00 cm on the right. The text is centered within the page.

AUTOR(A)

TÍTULO

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em _____, área de concentração _____, linha de pesquisa _____, elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. _____

Co-Orientador: Prof. Dr. _____

CAMPINA GRANDE - PB
2003

Apêndice D - Modelo de Folha de Rosto (Modelo 2)

The diagram shows a rectangular cover page template with a dashed border. Dimensions are indicated by arrows: 3,00 cm at the top, 2,00 cm at the bottom, 3,00 cm on the left, and 2,00 cm on the right. The text is centered and includes the following fields:

AUTOR(A)

TÍTULO

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual da Paraíba
- UEPB, em cumprimento dos
requisitos necessários para a
obtenção do grau de Mestre em _____

_____, área de concentração _____
_____, linha de pesquisa _____

elaborada após integralização
curricular do Mestrado
Interdisciplinar em Ciências da
Sociedade, sob a orientação do
professor Dr. _____.

CAMPINA GRANDE - PB
2017

Apêndice E - Modelo de Folha de Aprovação

The diagram shows a rectangular template for a thesis approval sheet. It features a dashed border and several key elements:

- Top Margin:** A vertical double-headed arrow indicates a distance of 3,00 cm from the top edge to the start of the dashed box.
- Author Field:** The text "AUTOR(A)" is centered at the top of the dashed box.
- Title Field:** The text "TÍTULO" is centered below the author field.
- Text Block:** A block of text is centered: "Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em _____".
- Approval Date:** The text "Aprovada em: ___ de ___ de ____." is centered below the text block.
- Commission Header:** The text "COMISSÃO EXAMINADORA" is centered below the date.
- Member 1:** A horizontal line is followed by the text "Nome - Titulação - Intituição (Presidente - Orientador)".
- Member 2:** A horizontal line is followed by the text "Nome - Titulação - Intituição (2º Membro)".
- Member 3:** A horizontal line is followed by the text "Nome - Titulação - Intituição (3º Membro)".
- Bottom Margin:** A vertical double-headed arrow indicates a distance of 2,00 cm from the bottom of the dashed box to the bottom edge of the page.
- Side Margins:** Horizontal double-headed arrows indicate margins of 3,00 cm on the left and 2,00 cm on the right.

ANEXOS

Anexo A - Modelo de Ficha Catalográfica (Exemplo 1)

The diagram shows a rectangular catalog card template with a dashed border. Dimensions are indicated by arrows: 3,00 cm at the top, 2,00 cm on the left, 3,00 cm on the right, and 2,00 cm at the bottom. A solid border at the bottom contains a sample catalog entry.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

Araújo, Angela Maria Barbosa de

A663r Repelência e toxicidade de extratos vegetais sobre *Spodoptera frugiperda* (J.E.Smith, 1797) (Lepidoptera: Noctuidae) / Angela Maria Barbosa de Araújo. – Campina Grande: PRODEMA, UFPB, UEPB, 1999. 106p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba.

1. Praga - Controle - Inseticida I - Título

Anexo A - Modelo de Ficha Catalográfica (Exemplo 2)

The diagram shows a rectangular card template with a solid outer border and a dashed inner border. Dimensions are indicated by arrows: 3,00 cm at the top, 2,00 cm on the left, 3,00 cm on the right, and 2,00 cm at the bottom. The text 'FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB' is centered between the borders. A sample entry is contained within a solid rectangular box at the bottom of the card.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

Brito, Christiane Maria de Souza

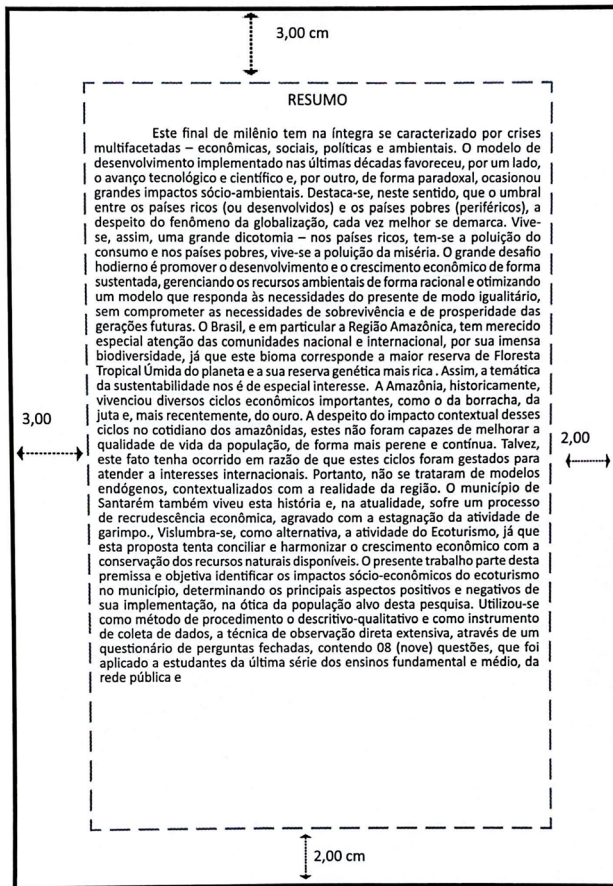
B862r Imunidade parlamentar no ordenamento constitucional brasileiro / Christiane Maria de Souza Brito. – Fortaleza: UFC, 2002. 116p.

Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual da Paraíba.

1. Imunidade Parlamentar	2. Parlamentar I - Título
--------------------------	---------------------------

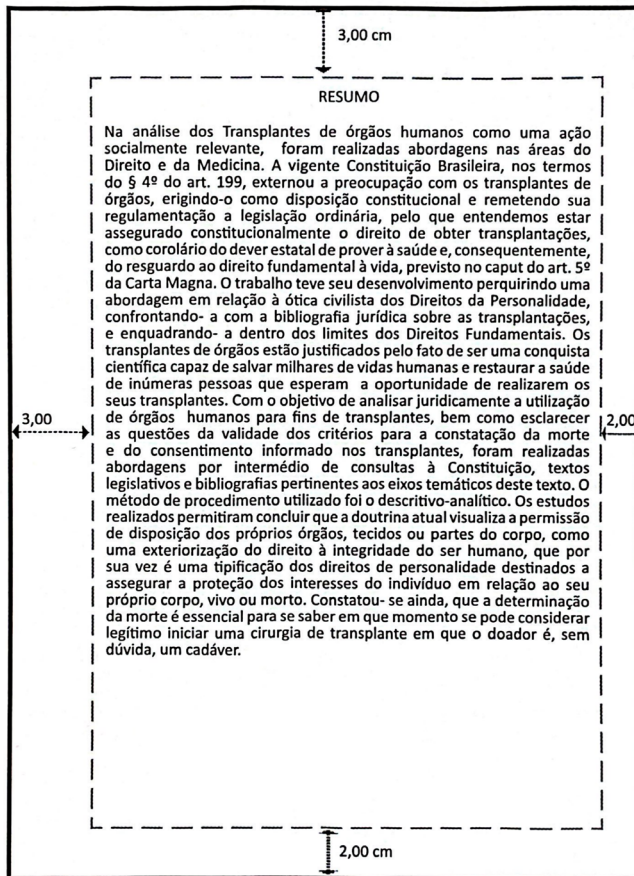
21 ed. CDD 328.348

Anexo B - Modelo de Resumo em Vernáculo (Exemplo 1)



Fonte: VALLE, Gina C. Carneiro do. Ecoturismo: Uma Alternativa de Desenvolvimento Econômico para o Município de Santarém – Oeste do Pará – Amazônia – Brasil. 1999. 221 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Univ. Moderna, Lisboa, 1999.

Anexo B - Modelo de Resumo em Vernáculo (Exemplo 2)



Fonte: CATÃO, Marconi do Ó. Transplante de órgãos humanos: ação socialmente relevante. 2001. 282 f. Dissertação (Mestrado em Direito - Área de Concentração Direito Constitucional) - Universidade Federal do Ceará/Universidade Est. da Paraíba, Campina Grande, 2001

Anexo B - Modelo de Resumo em Vernáculo (Exemplo 3)

3,00 cm

RESUMO

Há no mercado brasileiro um crescente interesse por diversos tipos de seguros. Através deles se mitigam os danos, inclusive os de ordem social. As seguradoras nacionais e internacionais só crescem e, conseqüentemente, as relações de consumo e o abuso por parte dos que se encontram em posição econômico-contratual privilegiada. Essa pesquisa tem o seu altruísmo social ao estudar um assunto tão presente na vida das pessoas como são os seguros. Este trabalho se pauta nos seguintes objetivos: analisar a função econômico-social do seguro no Brasil; realizar um estudo da legislação aplicável; observar dados coletados sobre práticas abusivas por parte das seguradoras em Campina Grande; analisar cláusulas contratuais das apólices (vida e automóveis) que não estão em conformidade com a legislação aplicável. Para consecução de tais objetivos, observou-se os arquivos da Curadoria do Consumidor, do Procon municipal e das varas cíveis do Fórum Afonso Campos a fim de detectar-se a existência de reclamações de práticas abusivas. Analisou-se cinco contratos de seguro pinçados aleatoriamente da lista fornecida pela SUSEP das 10 maiores seguradoras em 2001. Fez-se fichamentos das obras constantes na referência bibliográfica incluindo o estudo da legislação. Desta forma, constatou-se a importância que os seguros têm para o desenvolvimento econômico-social do Brasil por promoverem o melhor sistema de garantia da atividade econômica contra os riscos que a ameaçam de aniquilamento. A indústria de seguros é, no contexto mundial cada vez mais sólida; em relação à América Latina, com um imenso potencial de crescimento. O Brasil dispõe de uma legislação extensa aplicável aos seguros. Em virtude da dispersão, problemas têm surgido ao gerar conflitos de interpretação; dificultar o conhecimento por parte dos destinatários e não favorecer a difusão do estudo da matéria nos meios universitários. Ante a falta de uma normatização unificadora, seguradoras privadas puderam, pelo poder econômico que detinham na relação contratual, impor, através dos contratos, suas vontades, desviando-se da função econômico-social. Urge a criação de uma lei única, que possa, disciplinar os contratos, as empresas, a relação das seguradoras com os segurados (primando os valores do Direito do Consumidor) e, finalmente, disciplinando o controle que o Estado deva exercer em nome do bem comum.

Palavras-chave: seguros; relação de consumo; legislação aplicável.

2,00 cm

Fonte: MACÊDO, Gabriela Emilia de Araújo. Aspectos jurídicos e sociais dos contratos de seguros privados. 2003.76 f. Monografias (Trabalho Acadêmico Orientado - TAO) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2003.

Anexo C - Modelo de Resumo em Língua Estrangeira (Exemplo

1)

The diagram shows a rectangular frame representing a resume template. At the top center, a vertical double-headed arrow indicates a height of 3,00 cm. Below this, the word "ABSTRACT" is centered. The main body of the text is a paragraph in English. To the left of the text, a horizontal double-headed arrow indicates a width of 3,00. To the right, another horizontal double-headed arrow indicates a width of 2,00. At the bottom center, a vertical double-headed arrow indicates a height of 2,00 cm.

3,00 cm

ABSTRACT

When analyzing the transplants of human organs, as a socially important action, approaches in the areas of Law and Medicine were carried out. The valid Brazilian Constitution utters in the 4th § of art. 199 the preoccupation with the transplants of organs, instituting them as constitutional disposition and remitting its regularization to the ordinary legislation. By that we understand to be constitutionally assured the right to obtain transplantations, as corollary of the State duty of providing health and, consequently, the protection to the Fundamental Right to life. The work was developed probing an approach related to a civil view of the Rights of Personality, confronting it with the juridical bibliography on transplantations and inserting it inside the limits of the Fundamental Rights. The transplants of organs are justified by the fact of being a scientific conquest, able to save thousands of human lives and to restore the health of countless people who wait for the opportunity to have their transplants carried out. With the goal of analyzing juridically the utilization of human organs and tissues for transplants purposes, as well as to clarify the matters concerning the validity criteria for death verification and the consent informed in the transplants, we have done descriptive approaches through consultations to the Constitution, legislative texts and pertinent bibliographies of the thematic pivot of this text. The procedure method used was descriptive analytic. The studies allowed to conclude that the current doctrine visualizes the permission of disposition of one's own organs, tissue or parts of the body, as an externalization of the right of human being's integrity which, for its turn, is an example of the Right of Personality, meant to assure the protection of the individual's interests regarding one's own body, dead or alive. We have still verified that death determination is essential for one to know in what moment one can consider legitimate to begin a transplant surgery when the donor is, without any doubt, a corpse. Thus, we verified that the current criteria of encephalic death are completely valid and acceptable, under the juridical point of view, for death determination. Finally, we also concluded that the informed consent must be guaranteed in donation cases, alive or after death, and in the reception of organs and tissue by means of transplant techniques.

3,00 ← → 2,00

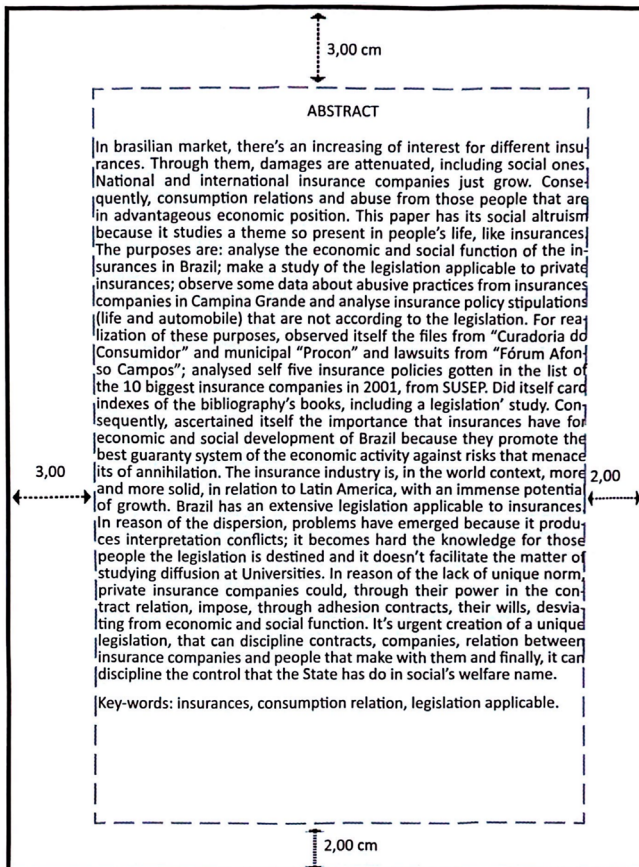
Key words: fundamental rights, right of personality, human organ transplants.

2,00 cm

Fonte: CATÃO, Marconi do Ó. Transplante de órgãos humanos: ação socialmente relevante. 2001. 282 f. Dissertação (Mestrado em Direito - Área de Concentração Direito Constitucional) - Universidade Federal do Ceará / Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

Anexo C - Modelo de Resumo em Língua Estrangeira (Exemplo

2)



Fonte: MACÊDO, Gabriela Emília de Araújo. Aspectos jurídicos e sociais dos contratos de seguros privados. 2003. 76 f. Monografias (Trabalho Acadêmico Orientado - TAO) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2003.

Anexo D - Modelo de Sumário

SUMÁRIO	
Introdução.....	12
Capítulo 1 - Da Bioética aos Direitos Humanos.....	20
1.1. Noções Gerais.....	21
1.2. Ética e Direito.....	23
1.3. Da Ética à Bioética.....	26
1.3.1. Aspectos Históricos e Conceito de Bioética.....	26
1.3.2. A Bioética e a Medicina.....	29
1.3.3. Os Princípios da Bioética.....	31
1.3.4. Da Bioética ao Biodireito.....	39
1.3.5. A Bioética e a Preservação do Patrimônio Genético da Humanidade.....	41
Capítulo 2 - Dos Direitos Fundamentais ao Direito à Saúde.....	45
2.1. Direitos Fundamentais.....	46
2.1.1. Conceito.....	46
2.1.2. Evolução Histórica.....	47
2.1.3. Considerações sobre a teoria dos Direitos Fundamentais.....	56
2.1.4. Gerações ou Dimensões.....	58
2.1.5. Princípios Gerais.....	59
2.1.6. Classificação.....	60
2.1.7. Funções, Características e Eficácia.....	63
2.2. Direitos Sociais.....	67
2.2.1. Histórico.....	67
2.2.2. Conceitos e Noções Gerais.....	70
2.2.3. Classificação.....	72
2.2.4. Positivização e Efetividade.....	73
2.3. Direito à Saúde.....	76
2.3.1. Generalidades.....	76
2.3.2. O Sistema Brasileiro de Assistência à Saúde.....	77
2.3.3. A Constituição Federal e o Direito à Saúde.....	78

Fonte: CATÃO, Marconi do Ó. Transplante de órgãos humanos: ação socialmente relevante. 2001. 282 f. Dissertação (Mestrado em Direito - Área de Concentração Direito Constitucional) - Universidade Federal do Ceará / Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

Anexo E - Modelo de Ilustração (Gráfico)

Exemplo 1

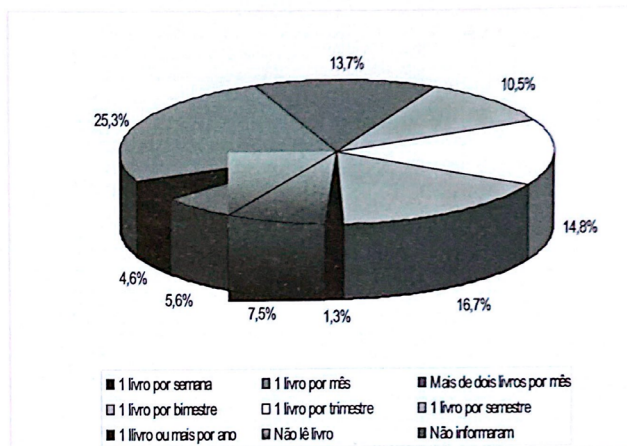


Gráfico 1 – Distribuição da quantidade de livros que os universitários pesquisados leem

¹ Fonte: LAURENTINO, Doris Nóbrega de Andrade. *Concepções e significados do lazer para discentes da Universidade Estadual da Paraíba*. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Saúde Coletiva - Área de Concentração Saúde e Sociedade) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

Anexo E - Modelo de Ilustração (Foto)

Exemplo 2



Foto 3 – *Annona marcgravii* Mart (nome vulgar: araticum)

Fonte: DANTAS, Ivan Coelho. *O raizeiro e suas raízes: um novo olhar sobre o saber popular*. 2002. 89 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Saúde Coletiva - Área Saúde e Sociedade) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

Anexo F - Modelo de Tabela

Exemplo 1

Tabela 1 – Distribuição dos Integrantes da Polícia Civil por Categoria Funcional – 2000

Categoria Funcional	Nº de Integrantes	%
Agente de Investigação	74	45,7
Delegado de Polícia Civil	23	14,2
Escrivão de Polícia	21	13,0
Perito Criminal	13	8,0
Motorista Policial	12	7,4
Necrotomista Policial	4	2,5
Agente de Telecomunicação	4	2,5
Perito Médico-legal	4	2,5
Auxiliar de Perito	3	1,9
Perito Químico-legal	2	1,2
Papiloscopista Policial	1	0,6
Perito Odonto-legal	1	0,6
TOTAL	162	100,0

Dados fornecidos pela Coordenação Regional Administrativa da 2ª SRPC-PB, UML, UC, DICC

Fonte: FARIAS, Aureci Gonzaga. *A Polícia civil: representação social de si mesma e o ideal da sociedade*. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade - Área de Concentração Políticas Sociais) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

Anexo F - Modelo de Tabela

Exemplo 2

Tabela 2 – Distribuição dos Integrantes da Polícia Civil de Campina Grande – PB, por Órgãos Setoriais – 2000

Categoria Funcional	Nº de Integrantes	%
Delegacias Especializadas	44	27,2
Delegacias Distritais	38	23,5
Unidade de Medicina Legal	20	12,3
Unidade de Criminalística	17	10,5
Operação Manuzá	17	10,5
Comunicações	5	3,1
Administrativo e Pessoal	4	2,5
Gabinete da 2ª Superintendência Regional da Polícia Civil	3	1,9
Coordenação Regional Judiciária	3	1,9
Coordenação Regional Administrativa	3	1,9
Carceragem	3	1,9
Coordenação Regional de Polícia Civil	2	1,2
Informática	1	0,6
Transportes	1	0,6
Departamento de Identificação Civil e Criminal	1	0,6
TOTAL	162	100,0

Dados fornecidos pela Coordenação Regional Administrativa da 2ª SRPC-PB, UML, UC, DICC

Fonte: FARIAS, Aureci Gonzaga. *A Polícia civil: representação social de si mesma e o ideal da sociedade*. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade - Área de Concentração Políticas Sociais) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

Anexo G - Modelo de Quadro

Exemplo 1

FATORES	ORDEM						Total	Classificação
	1	2	3	4	5	6		
Baixa remuneração	147	97	48	27	43	–	362	1º
Falta de tempo	120	88	51	64	35	02	360	2º
Falta de segurança	33	77	112	91	43	01	357	3º
Falta de opções de lazer	44	70	95	88	59	02	358	4º
Falta de motivação	20	28	50	83	173	03	357	5º
Outro fator	02	–	01	–	02	14	19	6º

Quadro 5 – Distribuição dos universitários, segundo fatores que dificultam a realização do lazer, de acordo com a ordem de prioridade.

Observação: 1, 2, 3, ..., 6 correspondem a ordem de prioridade.

Fonte: LAURENTINO, Doris Nóbrega de Andrade. *Concepções e significados do lazer para discentes da Universidade Estadual da Paraíba*. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Saúde Coletiva - Área de Concentração Saúde e Sociedade) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

Anexo G - Modelo de Quadro

Exemplo 2

OPÇÕES DE LAZER EM CAMPINA GRANDE	ORDEM				
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Cinema		x			
Teatro		x			
Clube Social			x		
Barzinho		x			
Casa de Show		x			
Parque Público		x			
Ginásio		x			
Museu			x		
Exposições Culturais			x		
Exposições de Animais			x		
Parque de Vaquejada		x			
Estádio de Futebol			x		
Acadêmias		x			
Livrarias		x			
Bibliotecas			x		
Festas Populares	x				
Praças Públicas		x			

Quadro 4 – Classificação das opções de lazer em Campina Grande, pela maior parte dos sujeitos pesquisados.

Fonte: LAURENTINO, Doris Nóbrega de Andrade. *Concepções e significados do lazer para discentes da Universidade Estadual da Paraíba*. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Saúde Coletiva - Área de Concentração Saúde e Sociedade) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

ANEXO H

ARTIGO ACADÊMICO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO



FPB
Faculdade Internacional da Paraíba
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

ESPECIALIZAÇÃO EM ALTA GASTRONOMIA

FLÁVIO ROMERO GUIMARÃES
LARISSA FERNANDES GUIMARÃES

**GASTRONOMIA MEDITERRÂNEA: SIGNOS INTERCULTURAIS DOS POVOS
HISTORICAMENTE ASSENTADOS NA PENÍNSULA IBÉRICA**

JOÃO PESSOA-PB

2016

FLÁVIO ROMERO GUIMARÃES
LARISSA FERNANDES GUIMARÃES

**GASTRONOMIA MEDITERRÂNEA:
SIGNOS INTERCULTURAIS DOS POVOS HISTORICAMENTE ASSENTADOS NA
PENÍNSULA IBÉRICA**

Artigo apresentado à Faculdade Internacional da Paraíba – FPB como requisito à obtenção do título de Especialista em Alta Gastronomia.

Orientador: Prof. André Melo de Athayde.

JOÃO PESSOA-PB

2016

**FLÁVIO ROMERO GUIMARÃES
LARISSA FERNANDES GUIMARÃES**

**GASTRONOMIA MEDITERRÂNEA:
SIGNOS INTERCULTURAIS DOS POVOS HISTORICAMENTE ASSENTADOS NA
PENÍNSULA IBÉRICA**

Aprovada em: 17/11/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. André Melo de Athayde (Orientador)
Faculdade Internacional da Paraíba (FPB)

Prof. Marcondes Martins da Silva
Faculdade Internacional da Paraíba (FPB)

SUMÁRIO

1. PENÍNSULA IBÉRICA: DAS DOMINAÇÕES PRIMITIVAS À RECONQUISTA PELOS REIS CRISTÃOS	05
2. SIGNO SOCIAL E INTERCULTURALIDADE: SUBSTRATOS CONCEITUAIS DA GASTRONOMIA PENINSULAR	10
3. O CALDEAMENTO GASTRONÔMICO PENINSULAR: A ARTE E A RIQUEZA CULINÁRIA COMO EXPRESSÃO INTERCULTURAL.....	12
4. A GASTRONOMIA ESPANHOLA: A DIVERSIDADE REGIONAL COMO FATOR PREPONDERANTE.....	17
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	26

GASTRONOMIA MEDITERRÂNEA: SIGNOS INTERCULTURAIS DOS POVOS HISTORICAMENTE ASSENTADOS NA PENÍNSULA IBÉRICA

Flavio Romero Guimarães*
Larissa Fernandes Guimarães†

RESUMO

A Península Ibérica se situa no sudoeste da Europa, sendo formada por Gibraltar, Portugal, Espanha, Andorra e uma pequena parte do território da França. É reconhecida como a segunda maior península da Europa e tem a sua história marcada pela presença de diferentes povos, como os Celtas, os gregos, os fenícios, os romanos e os árabes. Essa presença de povos com diferentes culturas contribuiu para a origem e a formação da cultura dos povos mediterrâneos, inclusive na gastronomia. O presente trabalho aborda a temática da influência desses povos na gastronomia da Espanha, numa perspectiva interdisciplinar, analisando múltiplos aspectos, como o histórico, o social, o econômico, o ambiental, entre outros. O artigo inova ao trazer ao âmbito da discussão o conceito de signo social que ao se unir ao de interculturalidade ou de multiétnia, constituem a base epistêmica da argumentação teórica do estudo. Quanto ao desenho metodológico, o estudo pode ser caracterizado como bibliográfico, com pesquisa em fontes secundárias. No que se refere aos métodos de procedimento, foram utilizados os métodos analíticos, descritivo e comparativo. Após a pesquisa na literatura especializada, foi possível concluir que as diversas culturas dos povos que marcaram a história da Península Ibérica, notadamente da Espanha, efetivamente contribuíram para o surgimento de uma gastronomia rica e diversificada, com expressiva diferença regional, e que fazem da gastronomia do país um elemento que assume papel insubstituível na dimensão simbólica e na realidade identitária do povo espanhol, que ultrapassa as barreiras geográficas e ganham reconhecimento em todo o mundo.

Palavras-Chave: Península Ibérica. Civilizações Mediterrâneas. Espanha. Gastronomia Espanhola. Interculturalismo.

* Concluinte da Especialização em Alta Gastronomia, pela Faculdade Internacional da Paraíba - FPB.

† Concluinte da Especialização em Alta Gastronomia, pela Faculdade Internacional da Paraíba - FPB.

1. PENÍNSULA IBÉRICA: DAS DOMINAÇÕES PRIMITIVAS À RECONQUISTA PELOS REIS CRISTÃOS

Geograficamente, a Península Ibérica se situa no sudoeste da Europa, sendo formada por Gibraltar, Portugal, Espanha, Andorra e uma pequena parte do território da França, situada nas vertentes ocidentais e norte dos Pirenéus, até ao local onde o istmo está situado. É reconhecida com a segunda maior península da Europa, somente ultrapassada pela península Escandinava, tendo uma área de cerca de 580 000 km².

A história dos países da Península Ibérica é marcada pela presença marcante de diferentes povos, inclusive antes da colonização pelo Império Romano, entre os quais é possível destacar os Celtas, os gregos e os fenícios. Certamente, essa presença de povos com diferentes culturas contribuiu decisivamente com o substrato local na origem e na formação da cultura dos povos mediterrâneos, inclusive na gastronomia, conforme destaca Areán-García (2009). Uma vez considerada a influência dos diversos povos, é importante destacar a importância da colonização da Península Ibérica pelos romanos, cujo processo se iniciou no ano de 210 a.C. Essa colonização ocorre, primeiramente, pelo litoral mediterrâneo, visando à dominação de cidades de colonização grega e fenícia.



Foto: Flávio Romero Guimarães (Mérida, Espanha, 2014).



Fotos: Flávio Romero Guimarães (Mérida, Espanha, 2014).

Posteriormente, iniciam o processo de expansão para o interior peninsular, seguindo rumo ao sul, conquistando a capital cartaginesa (Cádiz), considerada uma das mais antigas cidades da Europa. A romanização foi um processo relativamente lento que, conforme destacado inicialmente, começou na costa Este e Sul da Península, se expandindo, posteriormente, em direção ao Oeste e Norte. A costa cantábrica, que compreende as províncias espanholas de Galícia, Astúrias, Cantábria e parte do País Basco foram as últimas áreas da península a ser conquistada pelos romanos. Em resumo, é possível destacar que o processo de colonização e expansão na península foi rápido em algumas áreas (Este e Sul) e mais demorado em outras (como no interior e no Oeste e/ou Norte).

De acordo com os dados da historiografia peninsular, o Império Romano Ocidental (Hispania Romana) perdeu até o século V, quando sucumbiu pela invasão de povos germânicos (Visigodos), que ao serem expulsos pelos Francos do Reino de Toulouse (Toulouse), invadiram a península, favorecendo o declínio relativamente rápido do Império Romano do Ocidente. Como fato marcante da invasão germânica, destaca-se a elevação da cidade de Toledo como capital da Espanha visigótica (Reino Visigótico).

Um registro histórico importante para compreender a formação cultural dos povos peninsulares, ocorreu no ano de 711 d. C., com a invasão muçulmana por povos originários do Norte da África. À semelhança dos Visigodos, a presença dos muçulmanos não caracterizou uma islamização completa da península.

Neste sentido, é importante destacar que as zonas localizadas a norte do rio Douro (territórios setentrionais da Galícia, de Astúrias e de Portugal), assim como a Catalunha, não foram conquistadas pelos árabes. O período de dominação árabe foi caracterizado pela intensa integração entre os povos da península e os invasores. A coexistência destes reinos árabes com os povos cristãos que existiam no início da invasão teve um impacto significativo que perdura até a atualidade, com forte influência na cultura peninsular, inclusive na gastronomia. Durante a dominação árabe, que durou mais de sete séculos, a cidade de Estes novos Córdova (hoje denominada de Córdova), foi elevada à condição de capital do reino, conhecido como Califado de Córdova.



Foto: Flávio Romero Guimarães (Córdoba, Espanha, 2013).

No início do século VII, inicia-se o período da Reconquista cristã da Península Ibérica, com a expansão progressiva e fortalecimento dos reinos, unificados, de Catalunha, Aragão, Castela, Leão e Portugal no extremo ocidental em direção ao sul. Destaca-se, por oportuno, que Portugal surgiu como Estado no ano de 1143 d.C., confirmado, mais tarde, pelo Papa Alexandre III pela emissão da bula *Manifestis Probatum*.

A união dos dois reinos maiores e mais poderosos (Castela e Aragão) resultou no surgimento do Reino da Espanha e dificultou a situação para o Califato de Granada, único reino muçulmano que restava na península que se rendeu aos Cristãos, liderados pelos reis Católicos Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, em 02 de janeiro de 1492. Com esta expansão cristã em direção ao sul peninsular, sucumbiu à última dominação muçulmana na península Ibérica, o Reino de Granada. Com uma península toda cristianizada se inicia a época cristã, tendo como reino mais forte, o Reino de Castela. Portanto, não se pode abordar a temática da gastronomia da Península Ibérica sem que se faça o registro histórico da presença desses povos. Neste sentido, se insere a concepção da gastronomia como elemento cultural e multidisciplinar, que deve ser compreendida por seus múltiplos aspectos, a exemplo do histórico, do social, do fisiológico, do religioso, do econômico, ambientais, entre outros. A alimentação deve ser evidenciada na dimensão simbólica e intercultural, como um elemento-chave de identificação de um povo, conforme enfatiza Rocha *et. al.* (2013).

Assim, a Espanha, como herdeira dessa mestiçagem que se produziu ao longo dos séculos e, notadamente, durante o período medieval, quando conviveram três culturas de maneira pacífica e de marcante intercâmbio (judia, cristã e muçulmana), sedimentou um grande legado cultural com reflexos únicos na gastronomia, que gradativamente foi sendo enriquecida por novos produtos importados de outros países e continentes (MARTÍNEZ POZO, 2014), razão pela qual foi delimitada como o país a ser objeto de ênfase no presente artigo.

2. SIGNO SOCIAL E INTERCULTURALIDADE: SUBSTRATOS CONCEITUAIS DA GASTRONOMIA PENINSULAR

No presente artigo, os conceitos de signo social e de interculturalidade se unem, numa abordagem interdisciplinar, para constituírem a base epistêmica da argumentação teórica, desde a escolha do título.

Pierre Guiraud, destacado linguista francês, numa das suas obras célebres (1980), aborda a questão do signo social nos seus estudos, sobre a perspectiva da semiótica e da semântica. Enfatiza o referido autor que o signo social (na linguística) é o meio pelo qual o indivíduo expressa a sua identidade e sentido de pertencimento a um grupo.

Neste artigo, há uma apropriação extensiva deste conceito, para aplicá-lo ao estudo da gastronomia, notadamente a mediterrânea. Trata-se de uma ousadia teórica, explicada por uma razão simples, evidenciada de forma interrogativa: os alimentos e as suas formas de escolha têm ou não relação com a expressão da identidade e de pertencimento de um grupo (ou povo)?

Se a resposta é indubitavelmente afirmativa, justifica-se a apropriação conceitual do termo signo social, conforme explicitado por Guiraud na obra já referenciada. A gastronomia mediterrânea expressa o “caldeamento” da cultura dos diversos povos que marcaram presença na Península Ibérica, sendo uma das manifestações identitárias mais evidentes nos países mediterrâneos, notadamente na Espanha.

Esse “caldeamento” de cultura nada mais é do que a denominada interculturalidade – conceito que também foi apropriado como base teórica deste artigo.

A interculturalidade se faz presente quando duas ou mais culturas entram em interação de uma forma horizontal e sinérgica. No entanto, nenhum dos grupos ocupa posição superior em relação ao (s) outro (s), o que favorece a integração e a convivência das pessoas.

Nas relações interculturais, há o respeito pela diversidade, ainda que possam surgir conflitos, imprevisíveis e inevitáveis. Pergunta-se: considerando os registros históricos dos povos que marcaram presença na Península Ibérica, houve ou não essa interação cultural que fomentou o surgimento de um substrato social, diversificado e plural?

Se a resposta é necessariamente assertiva, o uso do conceito de interculturalidade ao tratar da gastronomia mediterrânea é plenamente justificável.

Conforme assevera Canclini (2013), o conceito de relação intercultural deve ser pensado como decorrência de um conjunto de processos nos quais os grupos expressam imaginariamente o social e estruturam as relações com outros grupos, demarcando as suas diferenças.

Assim, pensar neste “caldeamento” que favoreceu o surgimento e o aprimoramento de uma gastronomia mediterrânea ímpar e rica, pressupõe entender a multiplicidade de hábitos, de costumes e de gostos, que fez do espanhol um povo especialmente inclinado às experiências das relações interculturais. Emergem desse povo os diversos cenários que representam aquilo que é a gastronomia mediterrânea – única, diversificada e inimitável.

Este cenário não é marcado por componentes que são inevitavelmente associados com a cultura de um dos povos que marcou presença na Península Ibérica. Apesar de que seja possível identificar em alguns dos pratos a forte influência de uma determinada cultura, o que há, hegemonicamente, é a abrangência de diversas mesclas interculturais, configurando o que Canclini denomina como hibridação.

O citado autor prefere conceituar essa situação intercultural como uma hibridação em vez de usar outros termos difundidos na literatura, a exemplo de mestiçagem, “porque abrange diversas mesclas interculturais - não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo ‘mestiçagem’ - e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que ‘sincretismo’, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais” (CANCLINI, 2013).

Neste sentido, o autor conceitua como hibridação, *in verbis*:

Procesos socio-culturales en los que estructuras o prácticas discretas, que existían en forma separada, se combinan para generar nuevas estructuras, objetos y prácticas. A su vez, cabe aclarar que las estructuras llamadas discretas fueron resultado de hibridaciones, por lo cual no pueden ser consideradas fuentes puras” (CANCLINI, 2013).

O conceito de hibridação proposto por Canclini se molda, facilmente, ao que se aborda no presente trabalho, uma vez que a gastronomia mediterrânea deriva de um processo social e cultural em que as práticas e os costumes alimentares que existiam separadamente em cada povo que marcou presença na Península Ibérica, se combinaram para gerar uma riqueza gastronômica, fortemente marcada por cores, cheiros e sabores.

3. O CALDEAMENTO GASTRONÔMICO PENINSULAR: A ARTE E A RIQUEZA CULINÁRIA COMO EXPRESSÃO INTERCULTURAL

Conforme destacado anteriormente, a presença marcante de vários povos na Península Ibérica ao longo da história foi determinante na gastronomia, inclusive espanhola, caracterizada pela multiplicidade de temperos, de insumos e produtos diversos, de origem vegetal e animais. Assim sendo, a Espanha é um país de uma cultura muito rica e a sua história está marcada também por seus pratos típicos. É impossível, num artigo desta natureza, fazer o devido registro de todos os pratos que compõem a culinária típica deste país peninsular e nem detalhar, com a devida profundidade, as contribuições que cada povo deixou na gastronomia espanhola.

Martínéz Pozo (2014) distribui estas contribuições, resumidamente, em três diferentes grupos, a saber:

- La aportación clásica: griega y romana.
- La aportación oriental: persa y árabe, junto con la judía.
- La aportación del descubrimiento del Nuevo Mundo, que incorpora nuevos productos a la gastronomía española.

Destaca Walden (1997) que a cozinha espanhola é uma das mais “excitantes, gratificantes e variadas do mundo, pois abrangem pratos que contêm um caleidoscópio de ingredientes, preparados com grande quantidade de estilos, para servir perfeitamente cada ocasião, paladar e dieta”.

Assim, este autor também reforça a ideia de que a gastronomia espanhola é fruto da interculturalidade, derivada da presença de diversos povos na Península Ibérica ao longo de séculos.

A gastronomia espanhola é caracterizada pela multiplicidade de pratos regionais, resultantes das várias formas de comer, dos usos e dos costumes, dos povos que se fixaram nestas regiões.

Destaca o citado autor que os Fenícios, os romanos e notadamente os árabes, contribuíram, decisivamente, para a formação da mesa espanhola. Dos romanos, a gastronomia peninsular, herdou, além do alho, a denominada trilogia mediterrânea: pão, azeite e vinho. Estes alimentos, até os dias atuais, continuam fortemente presentes à mesa dos espanhóis.





Fotos: Flávio Romero Guimarães (Campina Grande, Brasil, 2016).

Bernardes e Oliveira (2015), no seu artigo que trata na gastronomia da região do Algarve (Portugal), destacam que o pão, o azeite e o vinho.

[...] são os três elementos que constituem a verdadeira trilogia alimentar mediterrânea! Trilogia que chega ao Algarve integrada no pacote de influência das civilizações mediterrâneas que, sobretudo a partir do século VIII a.C., começaram a demandar estas paragens. São trazidas por Fenícios, Gregos e Cartagineses para, com os Romanos, já nos alvares de nossa Era, integrarem a matriz cultural dos povos do sul peninsular até aos nossos dias.

Os autores também fazem um destaque bastante interessante, ao associarem os alimentos da trilogia mediterrânea ao Catolicismo, vejamos:

Se depressa se integram nos hábitos alimentares dos povos peninsulares, com o cristianismo, que dá aos três produtos um lugar fulcral na liturgia, o vinho, o azeite e o pão não mais deixarão de constituir o centro da dieta dos povos mediterrâneos. Sendo elementos essenciais da cultura do Mediterrâneo, plenamente integrados no modo de vida português, também eles farão parte da aventura ibérica da expansão, disseminando-se pelos quatro cantos do mundo, acabando a dieta mediterrânea por ser enriquecida com novos produtos.

De acordo com Leal (1998), a presença por mais de sete séculos dos árabes (mourous) na Espanha, favoreceu da laranja, do açafrão, da pimenta-do-reino, da canela, do açúcar e, possivelmente, do arroz e muitos outros produtos.

Conforme destacam Gomes *et. al.* (2014), de todos os conquistadores, destacam-se os árabes, que deixaram marcas profundas na cultura local. Neste sentido, os referidos autores asseveram:

No século VIII, quando chegaram ao país, levaram alimentos desconhecidos no continente entre eles o arroz e técnicas igualmente diferentes, como a destilação de bebidas. A destilação viria a permitir a fabricação de xerez, bebida muito usada, sobretudo, nas receitas da Andaluzia, no sul do país.

Ainda abordando a influência dos árabes na gastronomia da Espanha, os autores comentam:

O arroz se tornou essencial para a *paella*, um dos pratos mais famosos da Espanha, feito com arroz, frutos do mar ou carne de caça e açafrão. O açafrão é um pó extraído dos estigmas de flores de uma variedade de *crocus sativa* e acrescenta coloração avermelhada e sabor suave aos preparos.

Ao tratar da cozinha árabe, Pereira-Müller (2009) assevera que é a mais perfeita alquimia cultural, sendo o espelho do jardim da história.

Martín-Lorente e Fernández Fernández (2014) retratam que a história da gastronomia pode ser vista como uma crônica da arte de comer e como uma forma de aproximação ao desenvolvimento das nossas civilizações.

Ao abordar o contributo dos Árabes, destacam:

La invasión árabe de la península modernizó el campo mediante los sistemas de riego, aportando una mayor prosperidade al mismo. Se produjo una especialización en el cultivo del trigo y del olivo – que era muy apreciado -, de los cítricos, otros frutales y horlalizas, con lo que consiguieron una gran variedad de productos. Las uvas era uno de los frutos preferidos, se consumían frescas o convertidas em pasas y, pese a las prohibiciones del consumo del vino en la cultura islámica, existía um activo comercio de vino.

[...]

Los dulces dejaron una gran huella en nuestra cultura, la utilización de la miel y de la almendra daba una repostería muy reconocida. La pasta fue traída del Asia Oriental por los árabes, que la llevaron tanto a España como a Sicilia em tiempos anteriores a Marco Polo.

Assim, apesar da variedade da culinária, não se pode falar de uma “cozinha árabe”, no sentido específico, considerando que o termo se refere a vários países árabes, o que já remete a uma riqueza gastronômica, também relacionada com as peculiaridades, inclusive culturais, das diversas regiões. Portanto, a influência da cultura árabe na Península Ibérica, inclusive na Espanha, tem íntima relação com os povos árabes que invadiram o território peninsular.

Com as grandes navegações transoceânicas, levada a cabo a partir do século XV, os espanhóis incorporaram alimentos do continente americano, como o milho, o tomate, o pimentão, o cacau e a batata. Conforme pode se observar nos pratos típicos atuais, com o passar dos séculos, a cozinha espanhola mesclou os ingredientes estrangeiros com os locais, como peixes e frutos do mar, bastante abundante na costa marítima. Também é digno de registro o uso de aves, de porco, de carneiro e de cabra. A variedade da cozinha espanhola também se explica pelas fortes diferenças regionais, decorrentes do clima, da topografia, da localização geográfica, dos costumes e da cultura local. Toda a multiplicidade de pratos regionais forma um conjunto gastronômico de destaque no hábito alimentar da Europa (ou até do Ocidente), à semelhança da cozinha francesa e italiana.

Nesta mesma linha de raciocínio, Chemin *et.al.* ressalta que a gastronomia da Espanha é uma das mais diversificadas e ricas, inclusive face à posição geográfica do país no continente Europeu, estando próxima da África, das Américas e do Oriente.

Além dessa posição geográfica estratégica, como ressaltado ao longo deste artigo, os vários povos que invadiram à Espanha, desde os Fenícios até os árabes, deixaram contributos importantes na culinária espanhola.

A Susaeta Edições S.A. publica, periodicamente, o livro intitulado: *Cocina Española* de autoria institucional, em que apresenta ao longo de suas cinco centenas de páginas, da edição de 2014, receitas variadas de entradas, de primeiros pratos, de carnes, de peixes, de sobremesas e de *pinchos* diversos. No entanto, além da primorosa apresentação das receitas, com rico material fotográfico, o livro chama especial atenção pelo texto introdutório que resume de forma magistral a interculturalidade presente na gastronomia espanhola, senão vejamos:

Uno de los mayores atractivos de la cultura española es su cocina. A través del tiempo la gastronomía española ha incorporado influencias de la antigua Roma, judías, árabes y del Nuevo Mundo.

Los cocineros de la Península aprendieron de los egipcios las técnicas para hacer pan y fabricar cerveza, y fueron los fenicios los que trajeron y plantaron los olivos siendo hoy en día el aceite el ingrediente estrella de nuestra cocina.

Los árabes y bereberés se establecieron en nuestro país durante ochocientos años, y su contribución al mundo de nuestra gastronomía fue decisiva para la aportación de la variada cocina regional que disfrutamos en nuestros tiempos.

El Nuevo Mundo aportó el maíz, la patata, las alubias y el pimiento, que aprendimos a secar y moler para fabricar el pimentón, condimento que hay que destacar en nuestros platos regionales.

Este resumo é capaz de levar o leitor a um mergulho imaginário nessa maravilhosa diversidade que é a gastronomia espanhola que misturam tradições dos povos que ocuparam a região. A interculturalidade, como expressão da diversidade étnica ou da multiétnia, é a palavra que melhor define a Espanha e sua gastronomia.

4. A GASTRONOMIA ESPANHOLA: A DIVERSIDADE REGIONAL COMO FATOR PREPONDERANTE

Na gastronomia espanhola, quanto ao aspecto regional, destacam-se a cozinha do país basco, seguida da catalã e da região de Andaluzia. No País Basco, predominam os pratos à base de frutos do mar.

No entanto, Chemin *et. al.* (2014) destacam que “no país basco e em navarra, os legumes e as carnes constituem a base das refeições tradicionais”, ressaltando, ainda, que “a Província Basca tem peixes e frutos do mar maravilhosos, provenientes do Oceano Atlântico e possui os tipos mais nobres de gado e ovelhas e laticínios da Espanha”. Enfatizam, ainda, que “os pratos cozidos *al chilindron*, num molho aromatizado baseado nos pimentões vermelhos locais particularmente bons (*capsicums*) e tomates, cebolas e alhos, são típicos de Navarra e Aragão”.

Por outra parte, Walden (1997), destaca a culinária regional dos Pirineus, cuja especialidade é as trutas dos riachos limpos das montanhas, cozidas com presunto. Ressaltando, ainda, que na Catalunha, a comida é excitante, ricamente variada e exibem molhos interessantes, a exemplo do *Romesco* e do *Allioli*, ervas aromáticas e notável semelhança com a cozinha mediterrânea francesa, como a *Zarzuela*, prima bem próxima da *bouillabaise*.

Ainda fazendo um percurso gastronômico pelas regiões da Espanha, o citado autor aborda a culinária de Valência e de Múrcia, que juntas formam uma das regiões mais densamente povoadas do país com predomínio de plantações de laranjas e de amêndoas, grandes hortas e campos de arroz, estes dois últimos se constituem em ingredientes para a famosa *paella valenciana* – a adição de frutos do mar, segundo o autor, é uma adaptação moderna que se tornou mundialmente popular.



Fotos: Flávio Romero Guimarães e Larissa Fernandes Guimarães (João Pessoa, Brasil, 2015).

Já no sul da Espanha (Andaluzia), a carne grelhada e o *gazpacho andaluz* (sopa fria à base de pão, tomates maduros, pimentões verdes, alho, azeite de oliva, vinagre e sal) são mais comuns, juntamente com o porco e o arroz.

Walden (1997) ressalta que a “Andaluzia é considerada a terra das azeitonas, azeite de oliva e dos alimentos frios, particularmente a variedade de peixes e frutos do mar encontrados ao longo da costa”.

Certamente, essa predominância de pratos frios tem muito a ver com a temperatura calorosa, notadamente do verão, onde as temperaturas ultrapassam a marca de 40o C.

Em contraste, a Extremadura “é uma terra árida, com homens rústicos e uma cozinha substancial simples, com muitos pratos de ensopados”. Acrescentando que “o vasto e exposto planalto central produz o queijo mais conhecido da Espanha, o *Manchego*, bem como outros queijos de leite de ovelhas” e que “a região é geralmente mais conhecida como a terra dos assados, principalmente de carneiros novos e porcos suculentos”.

Ao norte do país, a carne de vaca e batatas ocupa uma posição de destaque na culinária regional. No centro do país, as melhores receitas são as de leitão e cordeiro assados no forno à lenha, acompanhados de *garbanzos* (grão-de-bico). Já no noroeste espanhol, às margens do Oceano Atlântico, entre a região de Galícia e do País Basco, o clima, a paisagem e a vegetação favorecem a que os sabores sejam completamente diversos do extremo meridional da Andaluzia, entre o Estreito de Gibraltar e o Golfo de Cádiz.

É importante destacar que com o passar dos séculos, a cozinha local (e regional) misturou os ingredientes estrangeiros com os típicos da península mediterrânea, como peixes e frutos do mar, abundantes na extensa costa marítima, inclusive da Espanha.

Assim, entre a enorme variedade de receitas que compõem a cozinha espanhola, algumas podem ser consideradas comuns a todo (ou quase todo o território), embora tenham uma origem conhecida e continuem sendo associadas a determinados lugares (ou regiões). Podem ser citados como exemplos a *tortilla de patata* (omelete de batata), embora existam muitas variantes de uma região a outra, e os *pistos* (uma espécie de ratatouille).

A culinária espanhola se notabilizou pela utilização do azeite de oliva como ingrediente principal. No entanto, é oportuno registrar que até princípios do século XX a utilização do azeite era pouco habitual, sendo predominante o uso de gorduras animais, sobretudo a *manteca de cerdo* (banha de porco), um pouco em desuso, na atualidade.

Neste contexto, é importante destacar a utilização de um condimento insubstituível na culinária espanhola - o açafrão. O açafrão é indispensável à *paella*, (originária de Valência e, por isso, em Portugal é normalmente denominada de “arroz à valenciana”).

Essa especiaria é um dos condimentos mais caros no mercado, produzido quase que exclusivamente pela Espanha, tendo sido difundido originalmente pelos Árabes, que na qualidade de exímios comerciantes, também levaram à região o segundo ingrediente indispensável na *paella* - o arroz.

Na Espanha, assim como nos demais países da Península Ibérica, o pão ocupa espaço de destaque à mesa do espanhol, podendo ser elaborado de diversas formas, com variedades muito distintas em cada região. Também são bastante típicos nas diversas regiões os pratos à base de grãos, como *garbanzos* (grão-de-bico), *lentejas* (lentilhas), *cocidos* (cozidos) e *potajes* (sopas de grãos e verduras), embora com variações importantes.

Chama especial atenção a utilização do *sofrito* (refogado com alho e cebola) como fase inicial na preparação de muitos pratos e o hábito de acompanhar as refeições com vinho, faz parte das peculiaridades marcantes do país, no sul ao norte do país.



Foto: Flávio Romero Guimarães (Sevilha, Espanha, 2014).

Talvez seja nos *postres* (sobremesas) em que as diferenças regionais são menos determinantes. Nas diversas regiões, coincidem as sobremesas e doces, notadamente porque os espanhóis foram os responsáveis pela introdução do chocolate nos hábitos de consumo da Europa.

As sobremesas típicas da Espanha são ricas em açúcar e amêndoas: *folhados*, *tortas recheadas com doce*, pudins de laranja, *flan*, *natillas*, *arroz con leche* (arroz-doce), *torrijas*, *magdalenas* e os *churros* são alguns dos mais representativos.



Foto: Flávio Romero Guimarães (Córdoba, Espanha, 2014).

Os *tartes* ou *pasteles* são geralmente reservados para dias especiais ou festas. Há uma grande variedade de *tartes* e *pasteles* na Espanha, por exemplo: *pastel de pisrachos caramelizados*, *tarta de helado de caramelo*, *pastel de trufa*, *pastel de higos glaseado*, *tarta de melocotón com salsa de framboesas*, *pastel de peras y almendras*, *tarta de arándanos y naranja* e *tarta de grosella espinosa y flor de saúco*.

Alguns pratos ultrapassaram as fronteiras geográficas, tornando-se referências Internacionais. É o caso dos ovos à *flamenca* (cozidos no forno em cima de um picado de carne e de legumes, guarnecidos de ervilhas, aspargos e pimentões). Outro exemplo é o frango *guisasse*, que é frito, sempre, com malagueta, alho e tomate. As sopas feitas com legumes secos, como a chamada *fabada* asturiana, que leva feijão branco, chouriço e toucinho, ou a sopa de grão-de-bico, com espinafres e bacalhau.

O bacalhau ocupa igualmente posição de realce na gastronomia espanhola, confeccionado de muitas maneiras: *bacalao monacal*, *bacalao ahumado com crema de quesos y anchoas*, *bacalao con espinacas*, *bacalao al pil-pil*, *bacalao à biscoiña*, *bacalao al ajoarriero*, *à moda da Bisciais*, *à madrilena* e *à Basca*, além da variada utilização do bacalhau em sopa, em saladas frias ou em pastéis, inclusive em pratos frios.



Foto: Larissa Fernandes Guimarães (Campina Grande, Brasil, 2015).

Também é difundido com requintada iguaria a carne de caça, compondo pratos da alta cozinha, especialmente com o uso da perdiz, do javali, do veado, do coelho e do cabrito montês.

Outro ponto de destaque na cozinha espanhola é a *charcutaria*, composta por presuntos e embutidos diversos, inclusive picantes, caracterizando a cozinha mais rústica de algumas regiões. Em geral, são pratos simples e saborosos que caracterizam uma determinada região do país, tendo sido difundido por questões geográficas, de clima e até de dificuldades passadas pela população em determinado período da história.

É o caso de um prato típico da região das *alpurajas* granadina – *a patata a lo pobre*, feito à base de batatas, cebola, azeite de oliva, pimentões verdes e vermelhos, alho e folhas de louro. Pelo próprio nome, é possível deduzir que se trata de um prato que teve origem num determinado período de crise do país, em que predominava a escassez de alimentos.

Na Espanha os queijos ocupam posição privilegiada na gastronomia. Em geral são de gosto forte, curados ou semicurados, feitos à base de leite de cabra ou de ovelha. No país, são fabricados vários tipos de queijos, alguns são muito famosos no restante do mundo.

Certas regiões tendem a ter um queijo mais famoso do que em outras, mais o *manchego* é igualmente conhecido por toda a Espanha. Algumas comunidades autônomas da Espanha se destacam na produção de queijos.

Apenas a título de exemplo, citamos algumas variedades produzidas em duas dessas comunidades, a saber: Andalucía (da *Sierra de Cazorla*, Queijo de *Pedroches* de leite cru de ovelha, especialmente de *Merino*; Queijo de cabra *payoya* da *Grazalema*, na *Sierra de Cádiz* e os Queijos de *Zuheros*, *Córdoba*) e Aragón (o queijo de *Tronchón*, que foi citado por Cervantes em *El Quijote*, é feito com leite de ovelha, às vezes misturado com leite de cabra, Queijo *Echo y Ansó*; Queijo de *Biescas*; Queijo *Patamulo*, etc).

Uma das características marcantes do povo espanhol é a saída aos bares, restaurantes e tabernas, notadamente à noite e no caloroso verão. Nestas saídas, os espanhóis tomam um trago de vinho e degustam as irresistíveis *tapas* (aperitivos). Chama especial atenção o fato de que estas saídas são marcadas por uma espécie de mobilidade estratégica e itinerante, ou seja, eles não permanecem durante toda a noite em um mesmo local. Saem de bar em bar, numa prazerosa mobilidade gastronômica itinerante.



Fotos: Flávio Romero Guimarães (Sevilha, Espanha, 2015).

As *tapas* são espécies de aperitivos deliciosos, variados e condimentados, por vezes se equiparando quase a uma refeição completa. Na atualidade, seguindo a *moda* da gastronomia *gourmet*, já existem vários bares e tabernas especializadas em oferecer umas *tapas* mais bem elaboradas e diferenciadas. Basta uma visita a *Plaza Mayor* de Madri ou de Salamanca, ou aos cascos antigos das cidades de Sevilha ou Barcelona, para se aproveitar as ricas iguarias em formas de *tapas* ou *pinchos*.

Antigamente, a *tapa* era construída, simplesmente, por um pequeno pedaço de queijo, presunto ou qualquer outro tipo de frios que servisse para "tapar" (daí a origem da palavra) a taça, impedindo a entrada de insetos. Outra explicação para a origem da palavra, talvez seja a de evitar males maiores ao se tomar o vinho "a seco".

É impossível relacionar a infinidade de *tapas* ou de *pinchos* servidos nas diversas regiões da Espanha. No entanto, considerando o gosto dos autores e como sugestão, citamos: *champiñón relleno*, *solomillo de cerdo*, *anchovas rebozadas con pimientos del piquillo*, *lomos de bacalao*, *jamón com queso brie*, *croquetas de hongos*, *tortilla de ajetes*, *San Jaco*, *flamenguines*, *salmorejo andaluz* e *codornices rellenas de foie*.

Conforme dito anteriormente, notadamente na última década, os chefs deram uma nova roupagem às *tapas*, fazendo delas "pequenos bocados" bem elaborados e sofisticados.

Finalmente, também não se pode deixar de enfatizar que a Espanha é um grande produtor mundial de vinhos e tem tradição milenar no cultivo de videiras, sendo a origem do vinho espanhol associada à época em que os romanos invadiram a península ibérica. Entretanto, há registro da presença de videiras no território espanhol, desde 4.000 a 3.000 a.c.

Há um aspecto que merece destaque, quanto ao consumo de vinho. De acordo com Bernardes e Oliveira (2006), "ao contrário de outras regiões, o Islão peninsular havia aceire o consumo de vinho, não faltando os testemunhos da sua venda pública em cidades como Málaga, Almeria, Córdoba, ou Sevilha".

Destacam, ainda, que:

Entre os mais cultos, ou mais requintados, é provável que o consumo de vinho fosse visto como um hábito próprio de gente civilizada, até porque os tratados de medicina receitavam o vinho como estímulo anímico, eficaz na convalescença de enfermos e na recuperação de pessoas debilitadas.

É importante destacar que a Espanha apresenta muitas regiões vitivinícolas. Face as diferenças de solo e de clima, o vinho produzido em cada região é bastante diferente, favorecendo a que cada vinho regional tenha características bem específicas ou peculiares. Assim, a Espanha produz diferentes tipos de vinho, desde os espumantes (Cavas) até os mais fortificados como o *Jerez*. Também é notável a produção de vinhos tintos e brancos.

Neste sentido, as principais macrorregiões produtoras de vinho da Espanha, podem ser assim identificadas: *La Rioja*, Navarra, Aragón, País Basco, Galícia, *Castilla y León*, *Castilla la Mancha*, *El levante*, Andaluzia, Extremadura, Ilhas Canárias e Ilhas Baleares.

De todos os vinhos, destacamos o *Jerez (xerez)* por ser um dos mais antigos produzidos em solo espanhol. O *xerez*, bebida que aromatiza muitas receitas locais, é um vinho licoroso, que provém de um país com a maior extensão de vinhas do mundo, sendo que 90% da produção espanhola é de vinho corrente, não sendo engarrafado, e bebido localmente como vinho de garraão. O vinho faz parte dos hábitos diários dos espanhóis, não somente por ser uma bebida, mas também por se constituir num agente que realça os sabores da boa comida. Na produção vinícola da Espanha, também se destacam os tintos de Alicante, os roses de Yecla, e os tintos e brancos dos arredores de Barcelona. A Espanha produz também alguns espumantes, sendo o melhor deles chamado *xampán*.

5. CONCLUSÃO

Conforme dito ao princípio, o objetivo do presente artigo foi analisar a influência dos diversos povos que marcaram a história da Península Ibérica na gastronomia mediterrânea, especialmente da Espanha. Após a pesquisa na literatura especializada, foi possível concluir que as culturas desses povos, efetivamente contribuíram para o surgimento de uma gastronomia rica, excitante, gratificante e diversificada, abrangendo pratos que contém um caleidoscópio de ingredientes, preparados com grande quantidade de estilos, para servir adequadamente cada ocasião, paladar ou dieta, tendo importantes diferenças regionais que fazem da gastronomia do país um elemento que assume papel insubstituível na dimensão simbólica e na realidade identitária do povo espanhol, que ultrapassa as barreiras geográficas do país, formando um conjunto gastronômico de destaque no hábito alimentar do Ocidente, ganhando reconhecimento em todo o mundo.

RESUMÉN

La Península Ibérica se encuentra en el suroeste de Europa, está formada por Gibraltar, Portugal, España, Andorra y una pequeña parte del territorio de Francia, es reconocida como la segunda península más grande en Europa y tiene su historia marcada por la presencia de diferentes civilizaciones, como los celtas, griegos, fenicios, romanos y árabes. Esta presencia de pueblos con diferentes culturas contribuyó al origen y la formación de la cultura de los pueblos del Mediterráneo, incluyendo la gastronomía. En este trabajo se aborda la cuestión de la influencia de estas personas en la gastronomía de España, en una perspectiva interdisciplinar, analizando diversos aspectos, tales como el contexto histórico, social, económica, ambiental, entre otros. Artículo innova para traer a la discusión bajo el concepto de signo social que se una a la interculturalidad o multiétnica y constituye la base epistémica del estudio teórico del trabajo. En cuanto al diseño metodológico, el estudio puede ser caracterizado como de revisión de la literatura, con la investigación en fuentes secundarias. En cuanto a los métodos de procedimiento, se utilizaron los métodos de análisis descriptivos y comparativos. Después de buscar en la literatura, se concluyó que las diferentes culturas de las civilizaciones que han marcado la historia de la Península Ibérica, especialmente de España, contribuyeron eficazmente a la aparición de una rica y variada gastronomía, con diferencias regionales significativas, y hacen que los alimentos sean un elemento insustituible en la dimensión simbólica y en la identidad del pueblo español, que va más allá de las barreras geográficas y obtiene el reconocimiento en todo el mundo.

Palavras Clave: Península Ibérica. Civilizaciones del Mediterráneo. Cocina Española. Interculturalidad.

REFERÊNCIAS

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. *Breve histórico da península ibérica*. Revista *Philologus*, a. 15, n. 45. Rio de Janeiro: CIFEFiL, set./dez. 2009, p. 25-48.

BERNARDES, João Pedro; OLIVEIRA, Luís Filipe. *A Vinha e o Vinho no Algarve – o renascer de uma velha tradição*. Porto/Faro: Afrontamento/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve, 2006. p. 11-23.

_____. *Em torno da trilogia alimentar mediterrânea*. In: FREITAS et. al (Coord.). *Dimensões da Dieta Mediterrânea: Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade*. Faro: Universidade do Algarve, 2015. p. 135-151.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. CINTRÃO, Heloisa P. (trad.). 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2013. 416 p.

CHEMIN, Sandra Maria; SILVA, Sealera da; MARTÍNEZ, Sílvia. *Cardápio: Guia Prático para a Elaboração*. 3. Ed. São Paulo: Ed. Roca, 2014. 444 p.

GOMES, Eduardo; NALON, Larissa; LIRA, Luiz Fernando; RAMOS, Leni; FÖRTHMANN, Taina. *Gastronomia Espanhola – da tradição à inovação*. 2014. 113 f. Portfólio - Trabalho Final Prático (graduação Tecnologia em Gastronomia). UNICEUB/Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde. Brasília, 2014.

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

LEAL, Maria Leonor de M. Soares. *A História da gastronomia*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1998. 144p.

MARTÍN-LORENTE, Manuel; FERNÁNDEZ-FERNÁNDEZ, César. Aspectos de cultura y comunicación en el protocolo gastronómico y las prácticas de alimentación en diferentes etapas históricas. *Historia y Comunicación Social*. v. 19. Número especial, Marzo, 2014. P. 831-842.

MARTÍNEZ POZO, Miguel Ángel. *Gastronomia, arte culinário y bebida em la fiesta de Moros y Cristianos*. *Revista Folklore* (Edición Digital). n. 394, p. 11-22. 2014.

PEREIRA-MÜLLER, M. Margarida. *Cozinha Árabe*. Sintra: Editora Colares, 2009. 117 p.

ROCHA, Carla Pires Vieira da; RIAL, Carmen Silvia; HELLEBRANDT, Luceni. Alimentação, globalização e interculturalidade alimentar a partir do contexto migratório. *Cadernos de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências Humanas*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, ISSN 1984-8951. v.14, n. 105, ago/dez, 2013. p. 187-199.

SUSAETA EDIÇÕES S.A. *Cocina Española*. Madrid: Tikal Ediciones, 2014. 509 p.

WALDEN, Hilaire. *O Livro de Tapas e Comida Espanhola*. 1. Ed. São Paulo: Ed. Manole Interesse Geral, 1997. 122p.

Chega ao público o livro *Como fazer?: Diretrizes para a Elaboração de Trabalhos Monográficos*, uma obra essencial para estudantes de graduação e pós-graduação que desejam transformar o desafio da escrita científica em um processo claro, estruturado e eficiente.

Mais do que um simples manual, o livro se apresenta como um guia teórico e prático completo para a elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), monografias, dissertações e teses.

A obra conduz o leitor por todas as etapas da pesquisa acadêmica — da formulação do problema e definição de objetivos à análise e discussão dos resultados — oferecendo orientações acessíveis e aplicáveis à realidade universitária. Com foco na excelência acadêmica, o livro também dedica atenção especial às normas da ABNT, fundamentais para garantir credibilidade, coerência e rigor científico aos trabalhos.

Ao abordar de forma didática as diretrizes de normalização técnica, a publicação auxilia o estudante a apresentar sua pesquisa com profissionalismo, ética e impacto. Indispensável para quem busca não apenas concluir um trabalho acadêmico, mas qualificá-lo, *Como fazer?: Diretrizes para a Elaboração de Trabalhos Monográficos* se consolida como um parceiro estratégico na jornada rumo à excelência científica.

